ADELIACOR

ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL DE ILHAS DOS AÇORES

23.27 pepac

Plano Estratégico da Política Agrícola Comum



ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

SÃO JORGE PICO FAIAL FLORES CORVO

SETEMBRO 2023

ÍNDICE GERAL

Introdução **3**

1. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DE PARTIDA **5**

1.1. Caracterização Geográfica 5

1.2. Caracterização Socioeconómica 7

Caracterização Demográfica 7

Caracterização Económica 15

Caracterização do Emprego 20

Setores de Atividade 23

Educação, Formação e Qualificação 45

Cultura 46

Proteção Social 47

1.3. Caracterização Ambiental 50

1.4. Transição Energética e Digital 65

Comunicações 66

2. ANÁLISE SWOT E NECESSIDADES **68**

2.1. Pontos Fracos 69

2.2. Ameaças 70

2.3. Pontos Fortes 70

2.4. Oportunidades 70

2.5. Necessidades 71

3. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E OBJETIVOS **74**

3.1. Objetivos, Viabilidade da Estratégia e Coerência com as Necessidades 83

3.2. Relação dos Objetivos Estratégicos da EDL e o PEPAC Açores 94

3.3. Relação dos Objetivos Estratégicos da EDL com os desafios do LEADER 96

3.4. Coerência e complementaridades com outras políticas 97

3.5. Impacto Esperado da Estratégia e Indicadores 103

3.6. Impacto dos Objetivos Estratégicos 106

4. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO E DINAMIZAÇÃO **107**

4.1. Envolvimento de entidades parceiras na conceção e preparação da EDL 107

4.2. Descrição da metodologia e resultados da participação na EDL 110

4.3. Métodos previstos de participação na fase de implementação da EDL 120

4.4. Descrição do Plano de Divulgação na fase de execução da EDL 121

4.5. Métodos previstos de avaliação da EDL 123

5. EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EDL **130**

5.1. Plano de Ação 130

5.2. Plano de Financiamento 136

5.3. Disposições para Gestão, Acompanhamento e Avaliação 139

6. PROCEDIMENTOS DE GESTÃO DE AVISOS **143**

6.1. Sistema de Priorização de Projetos 143

6.2. Procedimento de Resolução de Conflitos de Interesse/Combate a Fraudes 148

ANEXOS:

ANEXO I a) - Plano de Financiamento: Tipologia de Projetos
ANEXO I b) – Plano de Financiamento Anual
ANEXO II – Plano de Ação da EDL: Objetivos
ANEXO III – Plano de Ação: Indicadores

23.27
pepac
Plano Estratégico da
Política Agrícola Comum

INTRODUÇÃO

No período de programação a decorrer entre 2023 e 2027, o denominado "Desenvolvimento Local de Base Comunitária" (DLBC), tal como definido no artigo 31º a 34º do Regulamento (UE) n.º 2021/1060 e detalhado, no caso do FEADER, no artigo 77º do Regulamento (EU) n.º 2021/2115, será desenvolvido na Região Autónoma dos Açores, através da ação dos Grupos de Ação Local (GAL).

A ADELIAÇOR – Associação para o Desenvolvimento Local de Ilhas dos Açores, com sede na cidade da Horta, foi nos anteriores períodos de programação, o Grupo de Ação Local (GAL) responsável pela implementação da Abordagem LEADER rural e costeira, no território que abrange as ilhas de São Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo da Região Autónoma dos Açores.

No sentido de dar continuidade à sua atividade e à dinamização do território, nas suas vertentes económica, social, cultural e ambiental, entendeu a ADELIAÇOR candidatar-se ao DLBC rural, neste território, no período de programação 2023-2027, ao abrigo do PEPAC Medida 16.

Nesse sentido, a ADELIAÇOR, enquanto GAL que abrange todos os associados, nomeadamente 116 entidades, sendo que o setor privado é maioritário (64%) e não existe maioria de nenhum grupo de interesses.

O presente documento visa assim responder ao Aviso à submissão de candidaturas para o reconhecimento dos Grupos de Ação Local e seleção das Estratégias de Desenvolvimento Local, a operacionalizar no âmbito da programação 2023-2027 da Autoridade de Gestão do PEPAC, relativo à candidatura do GAL ADELIAÇOR.

O presente documento aborda a situação atual do território de atuação, fornecendo uma caracterização da sua situação socioeconómica em domínios-chave e uma análise mais detalhada da situação dos sectores da transformação agroalimentar, turismo, serviços e infraestruturas básicas, bem como da proteção da natureza e conservação da biodiversidade face às alterações climáticas.

O documento aborda igualmente o papel do GAL ADELIAÇOR no território, quer quanto à representatividade da parceria, quer quanto ao contributo que deu na gestão das medidas LEADER nos últimos períodos de programação, em contexto rural e costeiro.

É ainda analisada a coerência entre a Estratégia de Desenvolvimento Local apresentada e as principais políticas europeias, nacionais e regionais e os principais instrumentos de financiamento com incidência no mesmo território durante o mesmo período de vigência do PEPAC.

Os alicerces da presente EDL são a Agenda 2030 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Pacto Ecológico Europeu, Estratégia do Prado ao Prato, Estratégia de Biodiversidade da EU e o Roteiro para a Economia Circular no Setor Agroflorestal na RAA, em torno do conceito de Comunidade Inteligente (Smart Village).

Consubstancia-se em soluções sustentáveis mediante o uso eficaz e eficiente dos recursos, de forma circular e carbono neutro, contribuindo para a transição digital, energética e verde.

Seguidamente, é apresentada a proposta de Estratégia de Desenvolvimento Local para o território do GAL ADELIAÇOR, assente numa análise SWOT e nas necessidades deste território, dos quais decorre a definição de uma Visão, Objetivos Estratégicos e Indicadores subjacentes ao Plano Financeiro definido o qual dá especial importância ao setor privado sobretudo o tecido empresarial e à criação de emprego.
São ainda explicitados o processo participativo e a forma como as comunidades locais foram auscultadas na definição da EDL que ora se propõe, bem como os procedimentos de acompanhamento, avaliação e controle para a sua execução.

A presente EDL visa constituir-se como uma ferramenta estratégica para a melhor aplicação dos fundos disponíveis, face ao desenvolvimento sustentável do território, melhorando a sua resiliência e capacidade de adaptação aos desafios futuros.

1. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DE PARTIDA

1.1. Caracterização Geográfica

O território abrangido pela ADELIAÇOR localiza-se no Arquipélago dos Açores, compreendendo três ilhas do Grupo Central - Faial, Pico e São Jorge - e as duas ilhas do seu Grupo Ocidental - Flores e Corvo.

Localização Geográfica do Arquipélago dos Açores



Fonte: Depositfotos

É assim um território localizado no Atlântico Norte, entre as latitudes 38º22'N e 39º44'N e as longitudes 27º45'O e 31º17'O. A sua superfície total é de 1.019 km², cerca de 44% da superfície total do Arquipélago, sendo totalmente classificado como território rural.

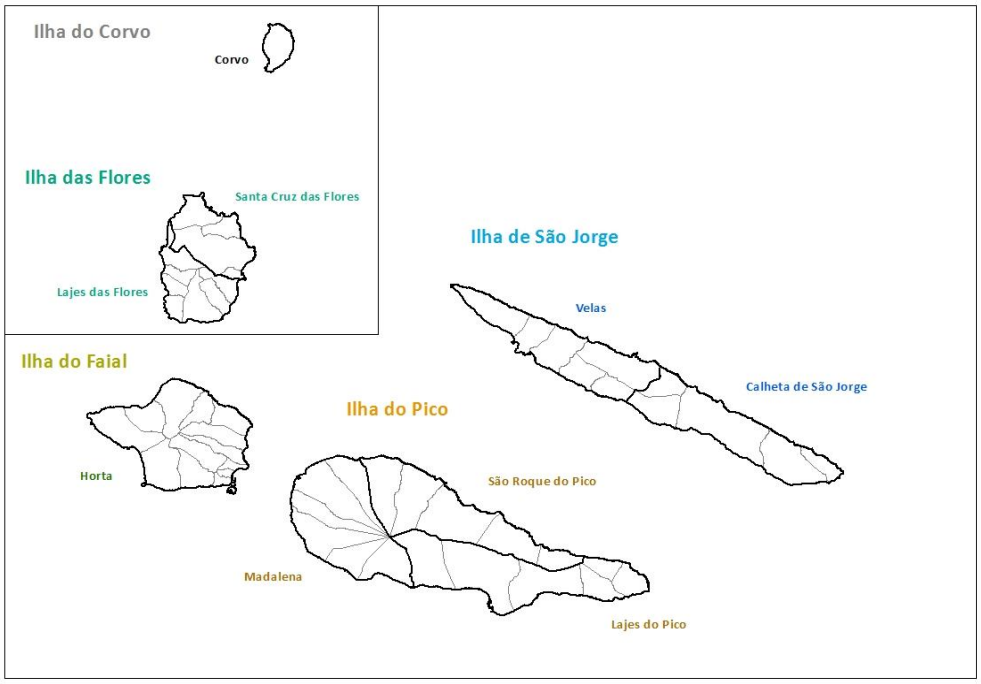
Superfície da Zona de Intervenção

Território	Superficie	% território ADELIAÇOR	% RAA
São Jorge	243,65	23,9%	10,5%
Pico	444,80	43,6%	19,2%
Faial	173,06	17,0%	7,5%
Flores	140,96	13,8%	6,1%
Corvo	17,11	1,7%	0,7%
Território ADELIAÇOR	**1 019,58**	**100,0%**	**43,9%**
R. A. Açores	2 321,96	-	100,0%
Portugal	**92 225,24**	**-**	**-**

Fonte: Anuário Estatístico dos Açores, 2020, SREA

Apesar da sua relevância na superfície total da Região, a zona de intervenção é muito fragmentada, com cinco ilhas relativamente dispersas numa distância de 320 km. Estas ilhas estão repartidas num total de 9 concelhos e 52 freguesias:

Ilhas, concelhos e freguesias - Zona de Intervenção da ADELIAÇOR



Fonte: ADELIAÇOR

Esta dispersão cria um conjunto de dificuldades e custos acrescidos de transporte e comunicação entre as populações, associadas à ultra-perifericidade face ao Continente português, bem como à insularidade e dupla-insularidade deste território.

As ilhas são de origem vulcânica com predomínio de basaltos. A sua orografia é relativamente acentuada, com falésia, planaltos e fajãs, com altitudes máximas entre os 718 metros na ilha do Corvo e 2.351 metros na ilha do Pico, ponto mais elevado de Portugal.

O clima é atlântico, maioritariamente classificado com Cfb (temperado sem estação seca com Verão temperado) na classificação de Köppen, caracterizado por elevados índices de humidade do ar, amenidade térmica, taxas de insolação pouco elevadas, chuvas regulares e abundantes e por um regime de ventos vigorosos, muito marcado pelo anticiclone dos Açores. Os Invernos, embora não excessivamente rigorosos, podem ser chuvosos. A ocorrência de

neve ocorre apenas nas zonas altas. Os Verões são amenos e mais ensolarados do que o resto do ano, contudo são raros os dias de céu completamente limpo.

Os solos são essencialmente de carácter basáltico ou de pedra-pomes, sendo estes últimos mais férteis em termos agrícolas. O quadro seguinte detalha a ocupação do solo nas diversas ilhas dos Açores e a sua aptidão para a agricultura de acordo com a Carta de Ocupação do Solo dos Açores (COS.A) de 2018:

Caracterização da ocupação do Solo da RAA

Ilha	Territórios artificializados	Agricultura	Florestas e meios naturais e seminaturais	Zonas Humidas	Massas de Agua
Santa Maria	7,75	57,93	32,28	0	0,04
São Miguel	6,02	58,95	32,25	1,54	1,15
Terceira	6,76	61,53	28,17	3,52	0,02
Graciosa	6,25	66,65	27,1	0	0
São Jorge	5,12	29,79	61,73	3,32	0,04
Pico	1,8	33,49	61,71	2,96	0,04
Faial	4,43	53,91	41,04	0,56	0,06
Flores	3,16	22,07	57,18	16,91	0,69
Corvo	2,05	34,04	55,69	6,33	1,89

Fonte: Carta de Ocupação do Solo dos Açores (COS.A) 2018

Como se pode verificar, no território de intervenção da ADELIAÇOR ocorre uma diferença significativa entre as ilhas do Grupo Central, em que menos de 40% dos solos são utilizados para a agricultura e as ilhas do Grupo Ocidental, em que a agricultura representa menos de 30% da utilização dos solos.

1.2. Caracterização Socioeconómica

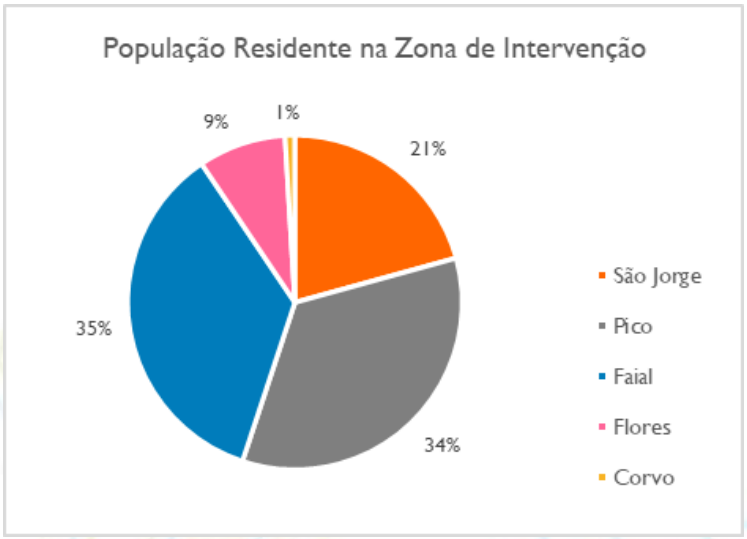
Caracterização Demográfica

No território de intervenção da ADELIAÇOR, de acordo com os dados constantes dos indicadores de contexto do PEPAC, toda a população da RAA é classificada como rural, o que, por maioria de razão, se aplica inequivocamente à população abrangida pela zona de intervenção da ADELIAÇOR.

Este território tinha, em 2021 e segundo o último Censo, 40.395 habitantes, o que representa cerca de 17% da população da Região Autónoma dos Açores (RAA). A população concentrava-

se essencialmente nas ilhas do Faial (35%), Pico (34%) e São Jorge (21%), sendo que as ilhas do Grupo Ocidental têm apenas 10% da população (9% nas Flores e 1% no Corvo).

Distribuição por Ilha da população da zona de intervenção em 2021



Fonte: INE, Censos da População Residente, 2021

Evolução da População Residente

Território	População Residente (n.º de habitantes)			
	1991	2001	2011	2021
São Jorge	10 219	9 674	9 171	8 373
Pico	15 202	14 806	14 148	13 879
Faial	14 920	15 063	14 994	14 331
Flores	4 329	3 995	3 793	3 428
Corvo	393	425	430	384
Território ADELIAÇOR	**45 063**	**43 963**	**42 536**	**40 395**
R.A.Açores	237 795	241 763	247 194	236 413
Portugal	**9 456 452**	**9 904 113**	**10 558 950**	**10 421 117**

Fonte: INE, Censos da População Residente, 1991, 2001, 2011 e 2021

Entre o Censo da População de 1991 e o último de 2021, verifica-se que todas as ilhas perderam população - principalmente as Flores, com uma quebra de 21%. Desta forma, a população total da zona de intervenção decresceu 10%, ou seja, 4668 habitantes; no mesmo período a população total da RAA decresceu apenas 1% (1382).

Evolução da População Residente por Concelho

População Residente (n.º de habitantes)			
Ilha	Concelho	2011	2021
São Jorge	Velas	5 398	4 936
	Calheta	3 773	3 437
Pico	Madalena	6 049	6 319
	Lajes do Pico	4 711	4 340
	São Roque	3 388	3 220
Faial	Horta	14 994	14 331
Flores	Lajes das Flores	1 504	1 408
	Santa Cruz	2 289	2 020
Corvo	Corvo	430	384
Território ADELIAÇOR		**42 536**	**40 395**
R.A.Açores		237 795	241 763
Portugal		**9 456 452**	**9 904 113**

Fonte: INE, Censos da População Residente, 2011 e 2021

Procedendo a uma análise da variação a população residente entre o Censo 2011 e Censo 2021, por Concelhos da Zona de Intervenção verifica-se perda de população residente com exceção do Concelho da Madalena, Ilha do Pico, cuja população cresceu 4%, ou seja, 270 habitantes.

A taxa de natalidade da zona de intervenção é, em todas as ilhas, exceto no Corvo, inferior à média da RAA e à média nacional, sendo particularmente reduzida na ilha das Flores. A taxa de mortalidade é elevada, superior em todas as ilhas às médias regional e nacional, destacando-se muito a ilha de São Jorge, em que esta taxa é superior em 2 pontos percentuais da zona de intervenção e em 4,5 pontos percentuais dos Açores.

Taxas de Natalidade e Mortalidade

Território	Taxa de Natalidade	Taxa de Mortalidade
São Jorge	7,6	15,7
Pico	7,8	14,6
Faial	7,7	11,8
Flores	5,7	13,4
Corvo	9,2	4,6
Território ADELIAÇOR	**7,6**	**13,6**
R.A.Açores	8,6	11,2
Portugal	**7,9**	**11,8**

Fonte: INE, 2022

No que respeita à repartição da população por género, o território da ADELIAÇOR apresentava no seu conjunto, tanto em 2011 como em 2021, uma situação mais equilibrada que o conjunto da RAA e de Portugal. Contudo esta situação altera-se quando analisada por ilha, sendo que apenas na Ilha de São Jorge este equilíbrio se mantém entre géneros.

No caso das Ilhas do Pico e do Faial, há um ligeiro predomínio de mulheres e nas ilhas das Flores e do Corvo há predomínio de homens, de forma mais evidente no Corvo, em que os homens são em maior número. Relativamente ao Corvo, a redução do número de homens (-14,6%) é muito mais acentuada que a redução do número de mulheres (-5,8%).

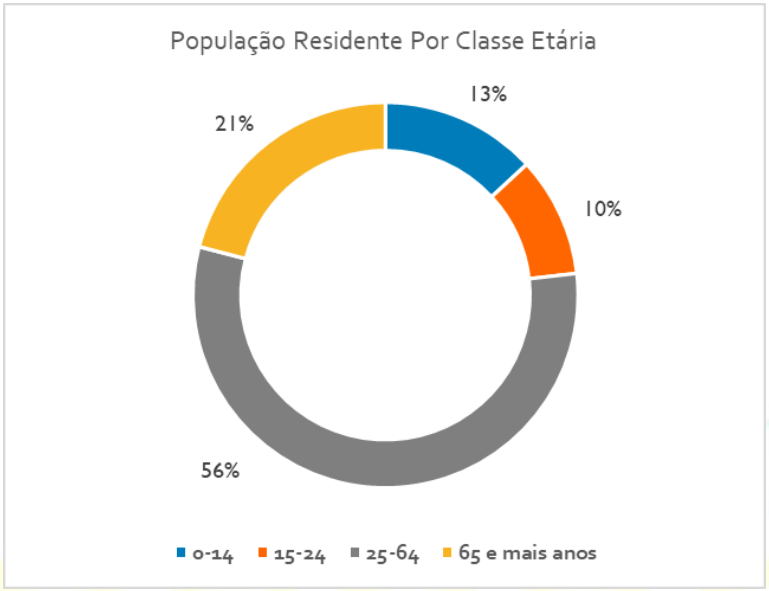
Variação da População Residente, por género

Território	Variação População Residente Por Género					
	2011		2021		2011/2021	
	H	M	H	M	H	M
São Jorge	49,8%	50,2%	49,6%	50,4%	-9,1%	-8,30%
Pico	49,2%	50,8%	48,8%	51,2%	-2,6%	-1,20%
Faial	48,8%	51,2%	48,8%	51,2%	-4,5%	-4,30%
Flores	50,4%	49,6%	50,8%	49,2%	-9,0%	-10,30%
Corvo	55,8%	44,2%	53,4%	46,6%	-14,6%	-5,80%
Território ADELIAÇOR	**49,4%**	**50,6%**	**49,2%**	**50,8%**	**-5,4%**	**-4,7%**
R.A.Açores	49,2%	50,8%	48,8%	51,2%	-5,0%	-3,4%
Portugal	**47,8%**	**52,2%**	**47,7%**	**52,3%**	**-1,4%**	**-1,2%**

Fonte: INE, Censos da população de 2011 e 2021

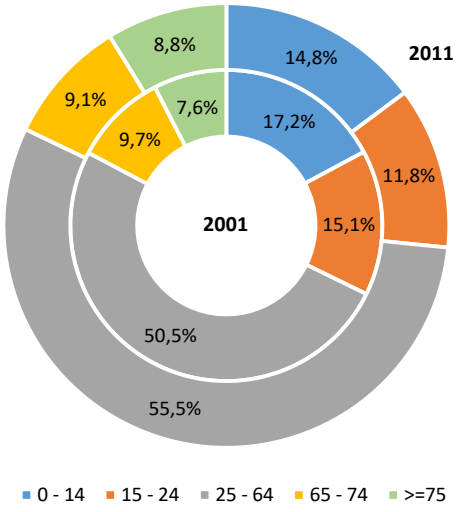
A repartição da população da zona de intervenção da ADELIAÇOR por classe etária mostra, em 2021, uma clara preponderância da classe de 25 a 64 anos (56%), seguida da classe 65 e mais anos (21%). Face a 2011 ocorreu uma redução da população jovem (< 25 anos), que passou de 27% para 23% da população e um acréscimo da população idosa (≥ 65 anos), de 18% para 21%, confirmando-se assim o envelhecimento da população residente.

População residente por classe etária em 2021



Fonte: INE, Censos 2021

População residente por classe etária em 2001 e 2011



Fonte: INE, Censos da população de 2001 e 2011

Numa análise comparativa por ilha, verificamos que todas elas têm uma distribuição da população relativamente uniforme, destacando-se apenas São Jorge com uma menor proporção de população jovem e o Corvo com uma maior proporção e população ativa. O conjunto dos concelhos abrangidos pela ADELIAÇOR tem uma distribuição etária muito semelhante à de Portugal, embora substancialmente mais envelhecida que o conjunto da RAA.

População Residente por Classe Etária

Território	População Residente Por Classe Etária							
	2011				2021			
	0-14	15-24	25-64	65 e mais anos	0-14	15-24	25-64	65 e mais anos
São Jorge	1 335	1 112	4 977	1 747	1 045	826	4 658	1 844
Pico	1 949	1 732	7 663	2 804	1 842	1 341	7 671	3 025
Faial	2 403	1 729	8 578	2 284	1 929	1 518	8 027	2 857
Flores	544	410	2 144	695	435	340	1 974	679
Corvo	61	34	264	71	49	45	231	59
Território ADELIAÇOR	6 292	5 017	23 626	7 601	5 300	4 070	22 561	8 464
R.A.Açores	44 197	34 731	135 466	32 378	34 553	28 239	134 512	39 109
Portugal	1 582 153	1 136 465	5 815 794	2 024 538	1 357 823	1 089 641	5 512 009	2 461 644

Fonte: INE, Censos da população 2011 e 2021

População Residente por Classe Etária

Território	População Residente Por Classe Etária							
	2011				2021			
	0-14	15-24	25-64	65 e mais anos	0-14	15-24	25-64	65 e mais anos
São Jorge	15%	12%	54%	19%	12%	10%	56%	22%
Pico	14%	12%	54%	20%	13%	10%	55%	22%
Faial	16%	12%	57%	15%	13%	11%	56%	20%
Flores	14%	11%	57%	18%	13%	10%	58%	20%
Corvo	14%	8%	61%	17%	13%	12%	60%	15%
Território ADELIAÇOR	15%	12%	56%	18%	13%	10%	56%	21%
R.A.Açores	18%	14%	55%	13%	15%	12%	57%	17%
Portugal	15%	11%	55%	19%	13%	10%	53%	24%

Fonte: INE, Censos da população 2011 e 2021

Esta situação é bem traduzida pela análise do Índice de Envelhecimento (IE) da população (rácio entre a população com idade igual ou superior a 65 anos e a população com idade igual ou inferior a 14 anos). A zona de intervenção, tal como os Açores e Portugal, verificaram um agravamento deste índice superior a 30%, sendo, contudo, a situação desta zona bastante menos favorável que o conjunto dos Açores.

Quanto às ilhas, destaca-se o Corvo, com uma variação de IE inferior a 5% devido a uma redução da população com idade inferior a 65 anos. Destacam-se o Faial e São Jorge, com uma variação de IE superior a 45%, devido a uma redução da população com idade inferior a 14 anos e ao aumento do número de indivíduos com 65 ou mais anos.

Índice de envelhecimento em 2001 e 2011

Território	Índice de Envelhecimento		
	2011	2021	2011/2021
São Jorge	130,9%	176,5%	45,6%
Pico	143,9%	164,2%	20,3%
Faial	95,0%	148,1%	53,1%
Flores	127,8%	156,1%	28,3%
Corvo	116,4%	120,4%	4,0%
Território ADELIAÇOR	**120,8%**	**153,1%**	**32,3%**
R. A. Açores	73,3%	113,2%	39,9%
Portugal	**127,8%**	**182,1%**	**54,3%**

Fonte: INE, Censos da população 2011 e 2021

No quadro seguinte apresenta-se, para o ano de 2022, um conjunto de outros índices que refletem a situação etária da população da zona de intervenção.

A referida situação de maior envelhecimento face ao conjunto dos Açores determina igualmente um menor índice de juventude e uma maior dependência dos idosos, embora com um maior índice de longevidade.

Refira-se ainda uma taxa de renovação da população ativa inferior à regional e nacional, em todas as ilhas, com exceção do Corvo onde o índice (84%) surge superior ao valor nacional (75%) e próximo do regional (87%).

Índices Relativos à População Residente

Território	2022					
	Envelhecimento	Juventude	Dependência de Idosos	Dependência de Jovens	Longevidade	Renovação da População Activa
São Jorge	181,6%	56,0%	34,8%	19,2%	48,2%	71,8%
Pico	170,6%	60,8%	34,0%	53,4%	45,8%	72,7%
Faial	156,1%	64,1%	31,3%	20,0%	43,4%	74,7%
Flores	174,8%	59,4%	30,1%	17,4%	43,6%	71,7%
Corvo	141,1%	70,9%	26,6%	18,9%	41,8%	84,2%
Território ADELIAÇOR	**169,1%**	**60,8%**	**32,2%**	**30,2%**	**45,1%**	**65,7%**
R. A. Açores	117,2%	85,3%	24,9%	21,2%	42,3%	87,0%
Portugal	**188,0%**	**53,9%**	**38,0%**	**20,4%**	**48,7%**	**75,2%**

Fonte: Estimativas Anuais da População Residente, 2022

No que respeita à densidade demográfica, a zona de intervenção da ADELIAÇOR apresenta uma média de 40 habitantes/Km², o que representa apenas 39% da média da RAA e 35% da média nacional.

As ilhas das Flores e do Corvo são as menos povoadas com menos de 25 habitantes/Km², destacando-se inversamente o Faial, de longe a zona mais densamente povoada, com cerca de 83 habitantes/Km², mais próximo das médias regional e mesmo nacional.

De facto, com apenas 17% da superfície da zona de intervenção, a ilha do Faial tem 35% da sua população.

Densidade Demográfica na Zona de Intervenção

Território	Densidade Demográfica (habitantes/km2)		
	2022	RAA=100	PT=100
São Jorge	34,7%	33,7%	30,7%
Pico	31,9%	30,9%	28,2%
Faial	83,4%	80,9%	73,7%
Flores	24,8%	24,1%	21,9%
Corvo	24,7%	24,0%	21,8%
Território ADELIAÇOR	**39,9%**	**38,7%**	**35,2%**
R. A. Açores	103,1%	100,0%	91,1%
Portugal	**113,2%**	**-**	**100,0%**

Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente, 2022

Caracterização Económica

A caracterização da estrutura económica com base nas contas económicas regionais é possível ao nível de NUTS II, isto é, nível regional, sendo apenas possível obter dados mais desagregados para um número reduzido de indicadores macroeconómicos.

Na Região Autónoma dos Açores, entre 2012 e 2021, ocorreu uma variação positiva do PIB e do PIB *per capita* (24% e 27%, respetivamente) que foi menos significativa que a variação dos mesmos indicadores em Portugal (27% e 30%, respetivamente). Em 2021, na RAA o PIB tinha um valor de 4.421 milhões de euros e o PIB *per capita* era de 18,3 mil euros.

PIB e PIB per capita, preços correntes (milhares de euros)

Ano	PIB e PIB per Capita, preços correntes (milhares de euros)			
	PIB		PIB *per capita*	
	Portugal	RAA	Portugal	RAA
2012	168 296	3 569	16,0	14,4
2013	170 492	3 653	16,3	14,8
2014	173 054	3 686	16,6	14,9
2015	179 713	3 824	17,4	15,5
2016	186 490	3 973	18,1	16,2
2017	195 947	4 111	19,0	16,8
2018	205 184	4 285	20,0	17,6
2019	214 375	4 487	20,8	18,5
2020	200 519	4 163	19,5	17,2
2021	214 471	4 421	20,8	18,3
variação (%) 2012-2021	27,44%	23,87%	30,24%	26,57%

Fonte: SREA, Contas Regionais (Base 2016) 2021 (dados provisórios)

Plano Estratégico da Política Agrícola Comum

A análise dos indicadores, em termos reais, identifica um crescimento para a RAA de 5% para PIB acompanhando o crescimento nacional de 5,5%.

Evolução Real do PIB

Ano	Evolução Real do PIB	
	Portugal	RAA
2012	-4,1	-3,6
2013	-0,9	-0,8
2014	0,8	0,5
2015	1,8	3,3
2016	2,5	3,0
2017	3,5	1,7
2018	2,8	2,0
2019	2,7	2,6
2020	-8,3	-9,1
2021	5,5	5,0

Fonte: SREA, Contas Regionais (Base 2016) 2021 (dados provisórios)

O VAB regional, a preços correntes, em 2021, cifrou-se em 3.828 milhões de euros, um valor 22,6% superior ao de 2012, o que indica um crescimento acentuado na Região, mas inferior ao do país (26,1%).

VAB na RAA, a preços correntes

Ano	VAB	
	Portugal	RAA
2012	147215	3122
2013	149802	3209
2014	151136	3218
2015	156517	3330
2016	161993	3450
2017	169462	3558
2018	177466	3705
2019	185536	3883
2020	174768	3628
2021	185730	3828
variação (%) 2012-2021	26,16%	22,61%

Fonte: SREA, Contas económicas regionais 2021 (dados provisórios)

A repartição do VAB por sector de atividade permite identificar o sector terciário como o mais importante da Região representando 80,2% do VAB, seguido do sector secundário com 11,3% do VAB e depois o sector primário com 8,5% do VAB, o primário e o secundário muitos mais próximos entre si em termos de representatividade no VAB total.

VAB na RAA, por ramo de atividade, preços correntes (M€)

Ano	VAB		
	Setor Primário	Setor Secundário	Setor Terciário
2012	272	414	2 437
2013	274	410	2 526
2014	295	389	2 535
2015	299	400	2 631
2016	292	400	2 759
2017	308	401	92 741
2018	330	414	2 961
2019	327	438	3 100
variação (%) 2012-2019	20,22%	5,80%	27,21%

Fonte: Contas Económicas Regionais, 2021 (dados provisórios)

Ao longo do período em análise o VAB do sector terciário foi o que mais cresceu (+27,2%), o VAB do sector primário cresceu 20,2% e o VAB do sector secundário apresenta um acréscimo de 5,8%.

No que respeita à representatividade de cada sector, entre 2012 e 2019, não houve alterações da sua ordem de importância, no entanto, constata-se que o sector primário e o setor secundário registam uma variação negativa da sua importância de -2,9 e -14,5%, respetivamente. Apenas o sector terciário cresce (+2,8%).

VAB na RAA, por ramo de atividade/setor (%)

Ano	VAB		
	Setor Primário	Setor Primário	Setor Terceário
2012	8,71%	13,26%	78,03%
2013	8,54%	12,77%	78,69%
2014	9,16%	12,08%	78,75%
2015	8,98%	12,01%	79,01%
2016	8,46%	11,59%	79,95%
2017	0,33%	0,43%	99,24%
2018	8,91%	11,17%	79,92%
2019	8,46%	11,33%	80,21%
variação (%) 2012-2019	-2,86%	-14,51%	2,78%

Fonte: SREA, Contas económicas regionais 2021 (dados provisórios)

Informação disponível no Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA) permite a análise de alguns indicadores por ilha, o que se torna muito relevante no âmbito do presente relatório. Note-se, contudo, que estes valores são baseados nas Contas Económicas Regionais (base 2016) 2021, dados provisórios, uma base diferente da utilizada na análise anterior, que utiliza a informação mais recente disponível.

O quadro que se apresenta a seguir mostra a evolução do PIB, a preços correntes, entre 2016 e 2018 nas ilhas que compõem o território de intervenção da ADELIAÇOR, na RAA e em Portugal. Observa-se que em todas as unidades geográficas representadas ocorreu um acréscimo do PIB.

Do ponto de vista económico a ilha do Faial é a mais importante tendo registado um PIB de 267.779 milhares de euros em 2019 e a ilha do Pico é a segunda mais importante com um PIB de 206.738 milhares de euros.

PIB por Ilha, preços correntes (milhares de euros)

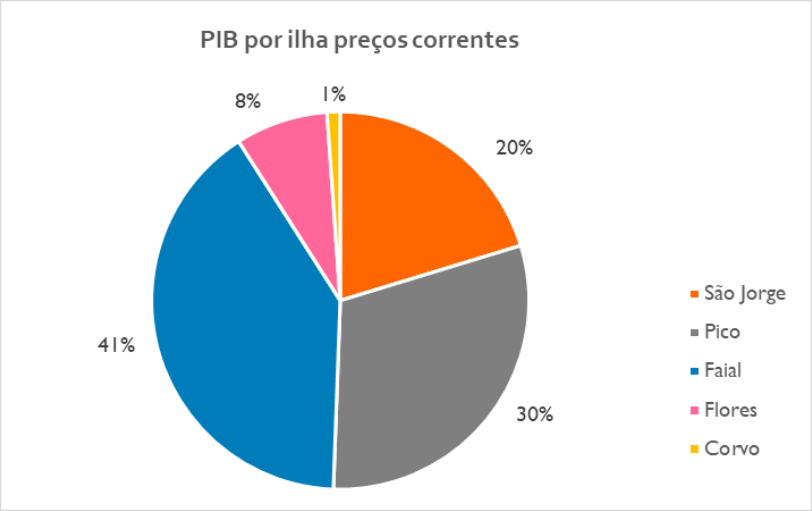
Território	PIB por ilha preços correntes (milhares de euros)		
	2016	2017	2018
São Jorge	127 995	126 177	131 410
Pico	190 979	195 333	206 738
Faial	254 569	262 532	267 779
Flores	49 957	54 467	52 114
Corvo	7 099	8 348	9 078
Território ADELIAÇOR	**630 599**	**646 857**	**667 119**
RAA	3 973 064	4 110 578	4 261 984
Portugal	**186 489,8**	**195 947,1**	**205 184,2**

Fonte: SREA, Contas económicas regionais (base 2016), 2021 (dados provisórios)

O território ADELIAÇOR representou, em média, no período entre 2016 e 2018, 15,7% do PIB regional.

Com base nos dados de 2016, construiu-se o gráfico que se apresenta de seguida e que mostra a importância económica (PIB) das diferentes ilhas no âmbito do GAL ADELIAÇOR. Assim, estabelece-se a seguinte ordem: ilha do Faial (41%), ilha do Pico (30%), ilha de São Jorge (20%), Flores (8%) e Corvo (1%).

Importância do PIB por ilha na Zona de Intervenção (%)



Fonte: SREA, Contas económicas regionais (base 2016), 2021 (dados provisórios)

No que respeita ao VAB, observou-se uma evolução favorável entre 2016 e 2018. De facto, no território da esfera de ação do GAL este indicador aumentou 5,3%, um acréscimo menos significativo que a RAA (6,8%) e Portugal (9,6%).

O VAB do conjunto do território ADELIAÇOR representa 15,7%, sendo que para esta representatividade as ilhas que mais contribuem são Faial e Pico, que somadas representam cerca de 71% do VAB.

VAB por Ilha, preços correntes (milhares de euros)

Território	VAB		
	2016	2017	2018
São Jorge	111 159	109 212	113 606
Pico	165 859	169 067	178 728
Faial	221 084	227 230	231 499
Flores	43 386	47 143	45 053
Corvo	6 165	7 226	7 849
Território ADELIAÇOR	547 653	559 878	576 735
RAA	3 450 468	3 557 850	3 684 557
Portugal	161 993,33	169 642,25	177 465,92

Fonte: SREA

Caracterização do Emprego

Tendo como fonte o INE e o SREA foi possível reunir indicadores que permitiram caracterizar o mercado do trabalho na Região e estabelecer uma comparação com Portugal.

Indicadores do mercado do trabalho (2013 - 2022 - População em milhares e taxas em %)

Território	RAA		Portugal	
	2013	2022	2013	2022
População Empregada	99,0	115,4	4 429,0	4 908,7
População Desempregada	20,0	7,4	855,0	313,9
População Activa	120,0	122,7	5 285,0	5 222,6
Taxa de Emprego Total	48,5	57,0	49,7	56,5
Taxa Emprego - M	42,7	52,0	45,3	52,6
Taxa de Desemprego Total	17,0	6,0	16,2	6,0
Taxa de Desemprego - M	13,7	6,4	16,4	6,5
Taxa de Atividade Total	48,2	60,7	50,6	60,1
Taxa de Atividade - M	41,3	55,5	46,7	56,3

Fonte: INE, Anuário estatístico de Portugal, 2022

Os elementos recolhidos mostram uma evolução favorável do mercado do trabalho para a RAA, uma vez que, entre 2013 e 2022, a população empregada aumentou 16,6%, a população desempregada diminuiu 63% e a população ativa permaneceu quase inalterada (+2,7%).

Em 2022, a taxa de emprego total era de 57%, mais 17,5% do que em 2013, a taxa de desemprego era de 6%, um valor com uma redução superior a 100% face a 2013, e a taxa de atividade era de 60,7% (variação positiva acentuada de 25,9%).

A situação em Portugal é também favorável, com uma evolução menos positiva no que respeita à população ativa.

Para os indicadores anteriores não foi possível obter informação para unidades geográficas mais desgregadas. No entanto, os próximos indicadores já permitem a análise por ilha pertencente ao território da ADELIAÇOR.

Ganho médio mensal (€)

Território	Ganho Médio Mensal		
	2012	2019	2021
São Jorge	834,4	976,9	992,0
Pico	874,1	952,6	996,1
Faial	925,0	1 125,8	1 174,4
Flores	910,3	1 134,2	1 112,7
Corvo	993,5	1 089,1	1 060,7
Território ADELIAÇOR	**907,5**	**1 055,7**	**1 067,2**
R.A.Açores	976,1	1 100,5	1 126,1

Fonte: INE; SREA, Anuário Estatístico da RAA, 2021

Em 2021, o ganho médio mensal de um trabalhador na Região Autónoma dos Açores era de € 1.126,10 €, o que representa um acréscimo de 15,4% em comparação com o ano de 2012. No território ADELIAÇOR a média do ganho mensal era de € 1.067,20, um valor ligeiramente inferior ao regional.

À exceção da ilha do Faial que revela ter um ganho médio mensal superior ao da RAA, todas as outras ilhas apresentam valor inferior. Depois do Faial, a ilha com maior ganho médio mensal é as Flores seguida do Corvo, sendo a ilha com menor ganho médio mensal a ilha de São Jorge.

No que respeita ao número de trabalhadores por conta de outrem, apresentam-se duas situações distintas: nas ilhas do Corvo (29,5%), Faial (19,5%) e Pico (13,8%) houve um aumento no número de trabalhadores por conta de outrem, enquanto que nas ilhas de São Jorge (-5,6%) e das Flores (-4,9%) esse número reduziu.

Em 2021, a área de intervenção da ADELIAÇOR havia 6203 trabalhadores por conta de outrem, o que representa cerca de 15,4% dos trabalhadores por conta de outrem da Região. Os trabalhadores por conta de outrem de São Jorge, Pico e Faial representam 92% do total deste território.

Trabalhadores por conta de outrem (nº)

Território	Trabalhadores por conta de outrem	
	2013	2021
São Jorge	1238	1169
Pico	1709	1944
Faial	2178	2602
Flores	453	431
Corvo	44	57
Território ADELIAÇOR	5622	6203
R.A.Açores	35489	40287

Fonte: INE

A distribuição de trabalhadores por conta de outrem por ramo de atividade em 2021 revela um padrão idêntico para as várias unidades geográficas analisadas: o sector primário representa, em média, 2,9% em número de trabalhadores, o sector secundário representa 15,9% e o sector terciário ocupa, em média, 81,2%.

Trabalhadores por conta de outrem por sector de atividade (nº)

Território	Trabalhadores por conta de outrem por setor de atividade					
	2013			2021		
	Primário	Secundário	Terciário	Primário	Secundário	Terciário
São Jorge	15	444	779	98	621	2119
Pico	95	465	1149	187	737	3641
Faial	66	486	1626	106	689	4599
Flores	19	120	314	27	200	1069
Corvo	-	10	33	2	19	157
Território ADELIAÇOR	195	1525	3901	420	2266	11585
R.A.Açores	1412	8870	25207	3244	12946	66774

Fonte: População empregada (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2021), Sexo, Setor de atividade económica (2) e Situação na profissão; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

"

A evolução da distribuição de trabalhadores por conta de outrem por ramo de atividade entre 2013 (dados da anterior EDL) e 2021 revela um aumento do número de trabalhadores no setor terciário na ordem dos 297%, em detrimento dos setores primário (115%) e secundário (49%).

A ilha de São Jorge é onde o sector secundário é mais importante (21,9% de trabalhadores por conta de outrem), devido às indústrias de lacticínios e de conservas de peixe; o sector terciário tem um peso maior nas ilhas das Flores e do Corvo (88,2%) devido aos serviços do estado; e no Pico é onde se verifica a maior percentagem de trabalhadores no sector primário (4,1%) devido à extensão de SAU.

Setores de Atividade

A análise do tecido empresarial da zona de intervenção por CAE permite concluir que cerca de 35% das empresas locais dedicam-se a atividades do setor primário (agricultura, floresta e pesca), 10% dedicam-se a atividades do setor secundário (indústria e construção civil) e 55% das empresas dedicam-se ao setor terciário dos quais se destaca: 12% comércio por grosso e a retalho incluindo reparação de veículos/motociclos; 10% atividades relacionadas com o turismo (restauração, alojamento e similares) e 10% atividades administrativas/serviços de apoio.

Empresas por CAE - 2021

Território	Empresas por CAE e ilha (nº) - 2021												
	Agri. produção animal, caça floresta e pesca	Industrias	Construção	Comércio por grosso e a retalho, reparação de veiculos automoveis e motociclos	Transportes e Armazenagem	Alojamento, restauração e similares	Atividades de informação e de comunicação	Atividades Consultoria cientificas, técnicas e similares	Atividades admninistrativas e dos serviços de apoio	Educação	Atividades de saúde humana	Atividades artisticas de espetáculos, desportivas e recreativas	Outras atividades de serviços
São Jorge	560	49	97	161	40	112	8	52	104	21	43	22	40
Pico	853	118	133	260	48	253	18	114	239	59	75	65	77
Faial	615	90	128	268	64	206	29	184	245	72	140	86	112
Flores	246	11	35	56	11	84	2	13	61	11	8	9	42
Corvo	34	2	4	13	1	11	0	2	18	2	0	3	3
Território ADELIAÇOR	2 308	270	397	758	164	666	57	365	667	165	266	185	274
R.A.Açores	7 251	1 062	1 758	3 443	599	2 815	323	2 176	3 726	1 188	1 979	910	1 269
Portugal	126 000	67 317	97 355	215 729	36 483	111 094	24 595	141 540	186 484	58 588	109 474	38 608	65 113

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas

Setor Primário – Agricultura | Pecuária

Tendo por base os indicadores estruturais da agricultura e o Recenseamento Agrícola de 2019 constata-se que mais de metade da superfície da zona de intervenção da ADELIAÇOR (50%) é

ocupada por explorações agrícolas, com um total de 58.875 há, dos quais 94,5% é superfície agrícola útil (SAU), com apenas uma pequena proporção de outras utilizações.

Evolução dos Indicadores estruturais da Agricultura

Evolução dos Indicadores Estruturais da Agricultura							
Território	Nº Explorações		Explorações (ha)	SAU (ha)		Nº UTA	
	2009	2019	2019	2009	2019	2009	2019
São Jorge	1 147	812	15 180	13 911	14 429	950	823
Pico	1 098	1 454	22 930	18 113	21 487	1251	1271
Faial	856	721	9 309	9 095	9 018	563	602
Flores	1 081	318	5 506	8 464	5 045	392	304
Corvo	56	38	950	976	950	52	22
Território ADELIAÇOR	**4 238**	**3 343**	**53 875**	**50 559**	**50 929**	**3208**	**3022**
R.A.Açores	13 541	10 598	127 076	120 412	120 632	11532	10594
Portugal	305 266	286 191	5 121 413	3 668 145	3 963 945	367393	314509

Fonte: INE, Recenseamento agrícola, 2019

Em 2019, existiam nas ilhas abrangidas pela ADELIAÇOR 3.343 explorações agrícolas com uma SAU de 50.929ha e uma utilização de mão-de-obra de 3.022 unidades de trabalho-ano (UTAs), representando, respetivamente, 32% das explorações, 42% da SAU e 29% das UTAs do conjunto dos Açores.

Enquanto que em 2009 o número de explorações se repartia de forma relativamente uniforme por quatro ilhas – São Jorge, Pico, Faial e Flores e a ilha do Pico destacava-se quanto à SAU e UTAs, tendo a ilha do Corvo, em todos os indicadores, uma expressão muito reduzida, verifica-se que em 2019 este cenário alterou-se significativamente.

Desde logo em quatro ilhas o número de explorações teve uma variação negativa, que se revela drástica na Ilha das Flores (71%). No caso da ilha do Pico o número de explorações aumentou 32%.

Em termos de área de SAU esta diminuiu nas ilhas do Faial (1%), Flores (40%) e Corvo (3%) e aumentou em São Jorge (4%). Destaque-se o grande crescimento da SAU no Pico (19%) e que foi por isso uma das duas ilhas onde o trabalho agrícola cresceu: Pico (2%) e Faial (7%).

Por ilha, verifica-se que todas as ilhas da zona de intervenção têm uma superfície média por exploração superior à média dos Açores (12), destacando-se particularmente as ilhas do Corvo e de São Jorge, com áreas agrícolas médias de 25 ha/expl. e 19 ha/expl. respetivamente.

A repartição da SAU por ocupação cultural mostra o quase total domínio das pastagens permanentes, com 92% da SAU da zona de intervenção, chegando mesmo a ser superior a 95% em São Jorge e no Corvo.

Em todas as ilhas ocorrem algumas áreas de culturas temporárias, e na ilha do Pico surge alguma área de culturas permanentes (essencialmente vinhas). Apesar da RAA no seu conjunto revelar a mesma tendência, a proporção de cultura temporárias é bastante maior.

Composição da SAU da Zona de Intervenção em 2019

Território	Composição de SAU (ha)				Composição da SAU (%)			
	Terras aráveis	Horta familiar	Culturas permanentes	Pastagens permanentes	Terras aráveis	Horta familiar	Culturas permanentes	Pastagens permanentes
São Jorge	585	20	82	13 743	4,1%	0,1%	0,6%	95,2%
Pico	1 149	92	1 224	19 022	5,3%	0,4%	5,7%	88,5%
Faial	427	15	98	8 479	4,7%	0,2%	1,1%	94,0%
Flores	489	10	10	4 537	9,7%	0,2%	0,2%	89,9%
Corvo	31	0	0	919	3,3%	0,0%	0,0%	96,7%
Território ADELIAÇOR	**2 681**	**137**	**1 414**	**46 700**	**5,3%**	**0,3%**	**2,8%**	**91,7%**
R.A.Açores	27 782	303	2 574	89 973	23,0%	0,3%	2,1%	74,6%
Portugal	1 036 682	16 152	860 663	2 050 448	26,2%	0,4%	21,7%	51,7%

Fonte: INE, Recenseamento Agrícola 2019

A produção de hortícolas em modo de produção biológico (MPB) tem vindo a aumentar nas várias ilhas acompanhando a tendência regional. Apresentam-se os dados da evolução, quer do número de produtores quer em termos de área dedicada a este tipo de produção hortícola, nomeadamente em 2017 e 2020. Em 2020 o número de produtores na RAA era de 57 (mais 12 do que em 2017) e a área em MPB hortícola atingia 52,84 hectares.

Evolução de Produtores de hortícolas em MPB, 2017-2020

Território	Evolução do número de produtores e áreas de hortícolas em MPB, 2017-2020			
	2017		2020	
	Produtores (nº)	Área (ha)	Produtores (nº)	Área (ha)
São Jorge	3	12,88	5	13,50
Pico	0	0	0	0,00
Faial	8	3,87	18	10,59
Flores	0	0	1	0,72
Corvo	0	0	0	0,00
Território ADELIAÇOR	**11**	**16,75**	**24**	**24,09**
R.A.Açores	45	51,98	57	52,84

Fonte: SRADR, Plano Estratégico para a Horticultura na RAA, 2022

Verifica-se uma evolução da área dedicada a este tipo de produção nos últimos 4 anos (2017-2020), variando positivamente em termos do número de produtores e da área em produção.

No território verifica-se que o MPB tem significado em Faial e São Jorge, contribuindo com 32% e 9%, respetivamente dos produtores da RAA e 75% e 21%, respetivamente na zona de intervenção. Em termos de área em ha, a ilha de São Jorge representa 56% do MPB da zona de intervenção e 26% da RAA, enquanto o Faial representa 44% do MPB no território e 20% da RAA.

É de referir a existência de 1 produtor em MPB na ilha das Flores (Be Bio) com uma área de 0,72ha para a produção de morango.

Segundo o Plano Estratégico para a Horticultura na RAA – 2022, comparando as áreas candidatas a apoios do POSEI relativas à horticultura, as mais expressivas referem-se aos hortícolas de ar livre. Analisando a sua repartição em termos de percentagem, por ilha, em 2020 aparecem, na zona de intervenção, a ilha de São Jorge (23,01ha), Pico (3,33ha), Faial (16,11ha), Flores (1,04ha), face a um total regional de 579,25ha. Assim a produção de hortícolas de ar livre da zona de intervenção representa 7,5% do total regional.

As áreas relativas a hortícolas em estufa na Região são mais reduzidas comparativamente às hortícolas ao ar livre e distribuem-se, percentualmente, em 2020 do seguinte modo: Faial (3%), Pico (2%), São Jorge (1%).

Tendo em conta as hortas familiares sujeitas a apoios no âmbito do POSEI, não existe uma definição estabelecida com uma área definida e estas não se limitam ao autoconsumo. São "pequenas hortas" com produção de várias culturas hortícolas, que não se destinam exclusivamente ao autoconsumo, conforme a definição nacional do INE. As áreas relativas às hortas familiares candidatas a ajudas do POSEI são ainda mais reduzidas comparativamente às hortícolas ao ar livre e em estufa e distribuem-se, percentualmente, em 2020: ilha do Pico (35%), São Jorge (20%), Faial (8% e Flores (7%). A produção da zona de intervenção contribui com cerca de 70% do total regional.

Atendendo à distribuição das hortas familiares por área e ilha, é na ilha do Pico que se registam as áreas mais significativas para hortas familiares, com cerca de 25 ha, mantendo-se estes valores constantes ao longo dos últimos anos. Segue-se a ilha de São Jorge onde estas áreas reduziram de 21,18ha em 2015 para 14,49ha em 2020.

Na zona de intervenção as principais culturas que se destacam por ilha são: batata nas Flores; inhame no Faial, Pico e Flores; batata doce nas Flores; morango em São Jorge.

Analisando por ilha, o sector hortícola na ilha de São Jorge caracteriza-se por propriedades de pequena dimensão, produção para autoconsumo existindo alguns operadores/produtores que produzem e comercializam a sua própria produção. Atualmente assiste-se ao aparecimento de novos produtores no mercado que estão a contribuir para rejuvenescer o setor e aumentar o grau de autossuficiência, da ilha em hortícolas. Predominam as hortas familiares e a produção ao ar livre.

Esta ilha possui uma elevada aptidão para a pecuária, no entanto, as Fajãs são locais onde devido à sua exposição e localização possuem características adequadas para a produção de hortícolas sobretudo no lado sul da ilha. As Fajãs caracterizam-se por possuírem geralmente solos com alguma profundidade e fertilidade, consequência da sua origem e que reúnem condições para uma intensificação da produção hortícola.

Segundo o **Plano Estratégico para a produção de hortícolas na RAA**, a produção de hortícolas em estufa revela-se como uma atividade interessante e rentável na ilha de São Jorge, no entanto as áreas, que reúnem as condições para a sua implantação são reduzidas devido aos ventos dominantes que assolam a ilha, no inverno e início da primavera.

Os locais identificados com aptidão para este tipo de exploração são: Urzelina, Queimada, Fajã dos Vimes e Fajã Grande, mas têm a grande limitação de existir falta de água no verão, sendo necessário para obviar esta situação, criar dispositivos de armazenamento de água para irrigação.

Em termos de culturas, a produção de tomate, alface, pepino, feijão verde e courgette em estufa têm potencial pois permitem elevada rentabilidade. Outras culturas ao ar livre, como a batata-doce, batata branca e feijão rasteiro têm potencial de aumento da sua área de produção uma vez que a produção atual não é suficiente para as necessidades e procura pelo que tem condições para aumentar a sua área de produção.

Culturas como a melancia, meloa, cebola, alho e inhame são culturas que se adequam bem à ilha, são produtivas e bem remuneradas. Começa a surgir a venda direta ao consumidor também de plantio e aromáticas.

Na ilha do Pico predominam as hortas familiares com cerca de 25ha e a produção contempla: alface, tomate, morango, batata branca, batata doce, couve e repolho, cebolinho, pepino, nabos, meloa, melancia, salsa e inhame (fresco e cozido embalado em vácuo).

Em termos de hortícolas em regime de estufa a grande produção da ilha assenta em 2 produtores de alface, tomate, morango, meloa (Gália e Cantaloupe), pepino, salsa, coentros, rúcula, agrião, curgete e mix de saladas.

Na ilha do Faial a produção ao ar livre é dominante sobretudo para batata, batata-doce, cenoura, cebola, curgete, meloa, melancia, pepino, couve, nabiça, inhame, abóbora, feijão, milho doce, verduras para sopas, hortelã, salva e ainda coentros e agrião.

Em sistema de hidroponia constata-se a produção de alface, tomate, pimento, malagueta (para massa), morango e aromáticas (incluindo funcho), curgete, melão e meloa.

Na ilha das Flores predominam as hortas familiares com batata, batata doce, cenoura, cebola, couve, abóbora, alho, alho francês, feijão, ervilha, alface, tomate, aromáticas. A cultura com maior expressão em estufa é a alface, morango, meloa e amora. O inhame de água, que se desenvolve excecionalmente graças à disponibilidade hídrica tem potencial de valorização quando vendido cozido.

No Corvo a produção hortícola visa essencialmente o autoconsumo. Existem na ilha 2 horticultores registados e uma área total coberta de 168 m² (48 m² + 120 m²) que produz alface, tomate, pimento vermelho. Ao ar livre produz-se batata-doce, couve e repolho, brócolos, nabos, batata branca, abóbora e ervas aromáticas (alecrim; rúcula).

Tendo em conta a preponderância da atividade pecuária (o efetivo animal da zona de intervenção é quase exclusivamente composto por bovinos), nas terras aráveis predominam as culturas forrageiras.

Nas culturas permanentes destaca-se naturalmente a presença da vinha, particularmente na ilha do Pico, mas também, com menor expressão, em São Jorge e Faial.

Principais Culturas 2010-2020

Território	Prinicpais Culturas 2010			Principais culturas 2020		
	Batata (ton)	Milho Forragem (ton)	Vinho (hl)	Batata (ton)	Milho Forragem (ton)	Vinho (hl)
São Jorge	626	7846	337	469	9 602	314
Pico	992	22145	5812	956	30 858	6 825
Faial	292	5605	126	213	6 347	168
Flores	172	397	31	80	700	-
Corvo	31	53	8	3	70	-
Território ADELIAÇOR	**2113**	**36046**	**6314**	**1 721**	**47 577**	**7 307**
R.A.Açores	10220	300713	11344	15 037	610 884	8 535

Fonte: SREA, 2020

No que respeita à produção leiteira, em 2022 a zona de intervenção da ADELIAÇOR produziu perto de 44 milhões de litros, cerca de 7% da produção total do Arquipélago.

Na produção da zona de intervenção destaca-se a ilha de São Jorge, com 58% da produção, Faial (28%) e Pico (13%). Desde 2022 que a Ilha do Corvo não regista produção de leite.

Leite recolhido diretamente da produção e Produção de Lacticínios

Território	Leite recolhido diretamente da produção	
	2012	2022
	Leite entregue (1000L)	
São Jorge	29 490 923	25 566 061
Pico	8 891 292	5 638 644
Faial	12 990 122	12 164 858
Flores	1 037 935	448 581
Corvo	55 630	-
Território ADELIAÇOR	**52 465 902**	**43 818 144**
R.A.Açores	565 971 577	601 694 486

Fonte: SREA

Na área da diversificação da produção agrícola destaque para o potencial da produção de café sobretudo na ilha de São Jorge, Fajã dos Vimes.

Setor Secundário

Agroindústrias e Produções de Qualidade

A produção de lacticínios na zona de intervenção centra-se primordialmente na produção de queijo de leite de vaca que, em 2022, representava cerca de 11% da produção regional e se concentrava essencialmente nas ilhas de São Jorge e Faial, mas também no Pico.

Este foi, aliás, o único lacticínio cuja produção se manteve aproximadamente constante ao longo da última década, exceto na Ilha do Corvo onde a LACTICORVO encerrou a sua atividade.

São variados os tipos de queijo de vaca produzidos nas várias ilhas.

Produção de Lacticínios, 2012-2022

Território	Leite recolhido diretamente da produção		Produção de Lacticinios							
	2012	2022	2012	2022	2012	2022	2012	2022	2012	2022
	Leite entregue (1000L)		Leite vaca para consumo (Lt)		Manteiga (Kg)		Queijo de vaca (Kg)		Iogurte (Kg)	
São Jorge	29 490 923	25 566 061	-	-	-	-	2 918 554	2 188 686	-	-
Pico	8 891 292	5 638 644	-	-	40 508	24 626	796 372	528 619	-	-
Faial	12 990 122	12 164 858	-	2 553	127 572	111 408	1 288 584	1 253 054	-	-
Flores	1 037 935	448 581	-	-	553	124	89 509	42 396	8 494	749
Corvo	55 630	-	-	-	-	-	5 621	-	-	-
Território ADELIAÇOR	52 465 902	43 818 144	-	2 553	168 633	136 158	5 098 640	4 012 755	8 494	749
R.A.Açores	565 971 577	601 694 486	118 128 405	104 669 746	9 868 586	10 404 843	30 295 269	35 318 235	367 986	636 992

Fonte: SREA

Na ilha de São Jorge verifica-se a produção de Queijo São Jorge DOP, mas também de queijo ilha sem certificação e queijo fresco, neste último caso numa pequena unidade apoiada pelo PRORURAL+/ADELIAÇOR.

Na ilha do Pico verifica-se a produção de queijo flamengo (prato e barra) Ponta da Ilha, queijo fresco, queijo de pasta mole Mistério e queijo amanteigado Ilha dos Mistérios, estes últimos dois revelam-se inovadoras experiências a cargo da Cooperativa Leite Montanha. Para além destes verifica-se a produção de queijo tipo tradicional do Pico por parte de 2 pequenas unidades, mas não existe produção certificada de Queijo do Pico DOP.

Na ilha do Faial verifica-se a produção de queijo prato Ilha Azul, Moledo e Capelinhos e queijo flamengo Ilha Azul (fatiado, bola e barra), pela Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial.

Para além deste produtor surge a Queijaria o Morro que produz queijo amanteigado Morro e queijo fresco, tendo sido apoiada pelo PRORURAL+/ADELIAÇOR. Existe ainda a pequena unidade de produção de queijo fresco da empresa José Cunha, lda.

Na ilha das Flores mantém-se a produção de queijo artesanal de pasta mole: Queijaria Val da Fazenda, em Santa Cruz e Queijaria Pico Redondo, na Fajãzinha. A produção de queijo tipo ilha é inexistente atualmente devido ao encerramento da UNIFLORES em 2022.

A produção de manteiga, principalmente no Faial, representa 82% da produção da zona de intervenção e apenas 1% da produção regional. Para além desta ilha, verifica-se que no Pico – *Rainha do Pico* e Flores – UNIFLORES, também apresentam produção, embora menos

significativa, representando 18% e 0,1%, respetivamente, da produção na zona de intervenção. Na ilha das Flores a produção da manteiga tradicional, de reconhecida qualidade, terminou desde o encerramento da UNIFLORES conforme mencionado supra.

A produção de iogurtes na zona de intervenção estava centrada nas Flores, tendo desaparecido também com o fecho da UNIFLORES.

A produção de lacticínios, em todas as tipologias, decresceu substancialmente desde 2012 e na zona de intervenção, não acompanhando o crescimento que se verifica a nível regional, sobretudo na manteiga (5%), queijos (17%) e iogurte (73%).

A variação negativa da produção de lacticínios na zona de intervenção é de 19% na manteiga, 21% no queijo e 91% no iogurte.

O leite para consumo tem uma expressão quase nula nestas ilhas (apenas 0,002% da produção regional), sendo mesmo inexistente em São Jorge, Pico, Flores e Corvo. Nenhuma das ilhas produz nata para consumo ou leite em pó, produtos com alguma relevância ao nível da RAA.

O decréscimo da produção de lacticínios verificado na zona de intervenção na última década, em contraciclo da tendência regional é preocupante, na medida em que o número de consumidores locais está a aumentar com o boom turístico e a procura por produtos açorianos de qualidade nunca esteve tão em alta.

Verifica-se que o principal motivo é o decréscimo verificado na produção de leite (-17%) contrariamente ao aumento de produção regional (6%). O decréscimo de produção de leite na zona de intervenção verifica-se em todas as ilhas: 13% em São Jorge, 37% no Pico, 6% no Faial, 57% nas Flores e 100% no Corvo.

A redução ou perda total da produção de leite nestas ilhas reflete-se negativamente:

- nas produções agroalimentares de qualidade;
- na manutenção dos lacticínios tradicionais com margem de inovação;
- consequente perda de rendimento, postos de trabalho, tradição alimentar e oferta de produtos intrínsecos às ilhas, por via da criação de produtos de valor acrescentado neste setor primordial na região.

A qualidade dos produtos locais pode ser certificada através do seu reconhecimento nacional e comunitário como DOP, IGP e ETG. Na zona de intervenção da ADELIAÇOR estão reconhecidos os seguintes produtos:

- Queijo de São Jorge DOP – área de abrangência é a Ilha de São Jorge;
- Queijo do Pico DOP – área de abrangência é a Ilha do Pico;
- Mel dos Açores DOP – área de abrangência é o arquipélago dos Açores;
- Carne dos Açores IGP - área de abrangência é o arquipélago dos Açores;
- Vinhos dos Açores – DO Pico e IG Açores – áreas de abrangência são a Ilha do Pico e o arquipélago dos Açores, respetivamente.

No sector da transformação e comercialização de produtos agrícolas na área abrangida pela ADELIAÇOR destacam-se naturalmente três sectores – as carnes, os lacticínios e o vinho, sem esquecer o mel e o café.

No sector do leite existe um grande número de entidades, algumas das quais agrupadas. Assim, na ilha de São Jorge a UNIQUEIJO - União de Cooperativas Agrícolas de Lacticínios de São Jorge, agrupa atualmente 4 entidades locais (3 cooperativas e um posto de recolha). Esta cooperativa faz parte da Lactaçores, entidade que agrega três grandes cooperativas em todo o Arquipélago. As entidades pertencentes à UNIQUEIJO são as seguintes:

- Cooperativa de Leitaria da Beira, produz queijo tipo ilha "*Beira*";
- Finisterra - Cooperativa de Lacticínios do Topo, produz queijo tipo ilha "*Topo*";
- Cooperativa dos Lourais, produz queijo tipo ilha "*Lourais*";
- Cooperativa Agrícola de Lacticínios de Norte Pequeno (atualmente posto leite).

O queijo tipo ilha obtém certificação e a menção Queijo São Jorge DOP caso reúna as condições estipuladas no Caderno de especificações respetivo. Atualmente é produzido com cura de 3 meses, 4 meses, 7 meses, 12 meses e 24 meses.

Na ilha do Pico existe a Leite Montanha (atras mencionada) e três queijarias tradicionais que produzem o queijo tipo tradicional do Pico, sem, contudo, obter a certificação Pico DOP; no Faial existe a CALF (Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial), pertencente à Lactaçores,

para além da Queijaria "*O Morro*" e uma queijaria de queijo fresco. Nas ilhas das Flores e Corvo existiu uma única cooperativa em cada: UNIFLORES e a LACTICORVO, respetivamente que no fim de 2022 já estavam ambas encerradas.

Na ilha das Flores mantém-se a produção de queijo artesanal de pasta mole: Queijaria Val da Fazenda, em Santa Cruz produz queijo curado de pasta mole e Queijaria Pico Redondo, na Fajãzinha produz queijo curado de pasta mole e queijo fresco.

No sector da carne, todas as ilhas dispõem de um matadouro público, gerido pelo IAMA.

A área de produção global de vinha na zona de intervenção da ADELIAÇOR, duplicou entre 2010 e 2020. A produção de vinho tende a oscilar todos os anos, consoante as condições atmosféricas são mais ou menos adequadas à maturação das uvas.

Verifica-se que em 2022 a ilha do Pico representa 100% da produção de vinho da zona de intervenção e é aquela que mais contribui para a produção de vinho nos Açores com cerca de 95%.

Em termos de organização do setor vitivinícola regional, o reconhecimento dos produtos vitivinícolas regionais como produtos de qualidade está sujeito a processo de certificação pela Comissão Vitivinícola Regional dos Açores (CVR Açores).

Nos Açores existem 4 zonas demarcadas com áreas geográficas definidas:

- DO Biscoitos (freguesia dos Biscoitos, vinhas de altitude igual ou inferior a 100 m). São castas aptas: Verdelho, Arinto dos Açores e Terrantez do Pico.
- DO Graciosa (freguesias de Santa Cruz, Guadalupe, Praia e Luz, vinhas de altitude igual ou inferior a 150m). São castas aptas: Verdelho, Arinto dos Açores e Terrantez do Pico.
- DO Pico (freguesias da Madalena, Candelária, Criação Velha e Bandeiras, Santa Luzia, Prainha - lugar da Baía de Canas e Piedade - lugares de Engrade e Manhenha, vinhas de altitude igual ou inferior a 100 m). São castas aptas: Verdelho, Arinto dos Açores e Terrantez do Pico.
- IG Açores (vinhas localizadas em todo o território dos Açores).

O vinho dos Açores é afamado há séculos e nos últimos anos tem conhecido um desenvolvimento muito favorável, quer em termos de vinhos com certificação DO quer com certificação IG. No território da ADELIAÇOR a Ilha do Pico é a única com agentes económicos que produzem vinhos certificados com DO e IG.

Vinho Certificado, por ano e aptidão/ilha

Território		Vinho Certificado, ano e aptidão/ilha (litros)			
		2010	2014	2018	2022
DO Pico		11 040	65 819	59 683	149 960
DO Graciosa		8 000	3 500	1 100	3 260
DO Biscoitos		0	3 500	1 000	0
IG Açores	Pico	222 000	65 860	58 880	162 421
	Terceira	8 865	750	0	7 750
	São Miguel	4 900	8 305	14 300	6 880
Território ADELIAÇOR		**233 040**	**131 679**	**118 563**	**312 381**
R.A.Açores		254 805	147 734	134 963	330 271

Fonte: CVR Açores

Em 2022 94,6% do vinho certificado regional foi produzido na Ilha do Pico, dos quais 45,4% DO Pico e 49,2% IG Açores Pico. A variação na produção de vinho certificado tem sido muito significativa com um aumento de 34% na zona de intervenção e de 29,6% na RAA, entre 2010 e 2022.

O aumento verificado no DO Pico entre 2010-2022 é de 1258% e no IG Açores Pico é de -26,8%, claramente numa aposta pela produção de vinho DO em detrimento de vinho IG Açores.

Agentes Económicos com Vinhos Certificados, 2022

Território	Agentes Económicos com Vinhos Certificados		
	2012	2017	2022
Pico	7	6	21
Graciosa	1	1	1
Terceira	2	3	7
São Miguel	4	3	3
Território ADELIAÇOR	**7**	**6**	**21**
R.A.Açores	14	13	32

Fonte: CVR Açores

Na presente data existem 53 vinhos DO e 47 vinhos IG na zona de intervenção, nomeadamente na ilha do Pico produzidos por um total de 21 agentes económicos/produtores, os quais representam 66% do total de produtores de vinho certificado dos Açores.

A Ilha do Pico caracteriza-se também pela produção de aguardentes (de figo, bagaço, mel, caroço de nêspera) e pelos licores (amora, anis).

Em termos de produções agroalimentares certificadas importa relevar a produção de Mel dos Açores DOP, cuja área geográfica abrange todo o Arquipélago dos Açores. Na ilha de São Jorge encontra-se a empresa Mel da Ilha São Jorge, numa quinta orgânica, localizada na Urzelina. Na ilha do Pico existe a *Flor de Incenso* – Cooperativa Apícola; no Faial encontra-se a CAIF – Cooperativa Agrícola da Ilha do Faial; e na Ilha das Flores existe a empresa Castromel que produz mel monofloral de Incenso e multifloral.

Em todas as ilhas exceto no Corvo encontram-se pequenas indústrias familiares de panificação com produção de pão e bolo de milho tradicional.

Na ilha do Pico e Faial é possível encontrar pequenas unidades de transformação e carne de suíno para produção de enchidos tradicionais nomeadamente linguiça, salsicha e morcela de sangue.

Setor Terciário

Comércio

Em termos de comércio e serviços a zona de intervenção acompanha a tendência da região com distribuição por grosso e a retalho em todas as ilhas. Nas ilhas de São Jorge, Pico e Faial encontram-se estabelecimentos de pequena dimensão dedicados à venda de produtos locais agroalimentares e artesanais com um papel relevante na divulgação e promoção das pequenas produções locais de qualidade tradicionais.

Na ilha do Pico e Faial começam a surgir "concept stores", um novo conceito multidisciplinar, associado ao lifestyle, com incidência nas mais variadas manifestações criativas e que destaca e enfatiza a comercialização de peças exclusivas de artesãos/designers e marcas, emergentes e consagradas.

Importa aqui fazer referência aos Mercados locais, que têm um papel fundamental na transição a economia rural com o reforço das cadeias de abastecimento curtas, sem intermediários e que existem numa minoria de concelhos do território.

Na Horta, Velas e Madalena existe infraestrutura fixa concebida para este fim e com potencial de apoio complementar a atividades de animação e dinamização do tecido económico. No concelho de São Roque e Lajes do Pico o mercado local é realizado em local adaptado para o efeito aquando da sua realização com carater pontual.

Serviços

Turismo

De acordo com o Plano de ação da sustentabilidade do destino turístico Açores, os aspetos que permitem ao destino Açores diferenciar-se dos seus concorrentes são a proximidade do mercado, a singularidade e a autenticidade de cada ilha, a paisagem, a segurança e a tranquilidade dos locais.

A adoção de comportamentos ativos e constantes, quer pela comunidade local, quer pelos agentes e operadores turísticos, quer inclusive pelos turistas, tem conduzido à sustentabilidade do destino.

Foi esta dinâmica que permitiu, em 2019, tornar os Açores o primeiro arquipélago do mundo certificado como destino turístico sustentável, posicionando-se, como boa prática internacional em vários indicadores chave.

Na zona de intervenção a oferta de serviços, incluindo os relacionados com o turismo - alojamento, restauração e similares, agências de viagem, alugueres, guias turísticos, etc - contribuem com 48% dos serviços disponíveis.

Em termos de território, na do Corvo, Flores e Pico os serviços de apoio ao turismo têm maior peso no total de serviços prestados: 73%, 60% e 52%, respetivamente. No caso do Faial, é inferior (34%) face aos restantes serviços disponibilizados.

Verifica-se assim que o sector turístico é uma atividade muito relevante para a Região Autónoma dos Açores, tendo vindo a crescer de forma acelerada nos últimos anos.

De facto, entre 2013 e 2021, houve um acréscimo muito significativo no número de estabelecimentos e na capacidade de alojamento.

O número de estabelecimentos cresceu de 48 para 145 no território da ADELIAÇOR e a capacidade de alojamento registou um acréscimo de 125%. Neste território a evolução mais favorável registou-se na ilha de São Jorge com acréscimos superiores a 350% em número de estabelecimentos e 143% na capacidade de alojamento.

Evolução do número de estabelecimentos turísticos e da capacidade de alojamento (nº)

Território	Estabelecimentos		Capacidade de Alojamento	
	2013	2021	2013	2021
São Jorge	6	27	263	639
Pico	20	64	604	1 292
Faial	17	37	799	1 365
Flores	4	15	-	457
Corvo	1	2	-	48
Território ADELIAÇOR	**48**	**145**	**1 666**	**3 801**
R.A.Açores	154	367	9 579	14 568
Portugal	**3 345**	**6 271**	**326 187**	**404 857**

Fonte, INE, 2021

Para o ano de 2022 é possível obter um conjunto de dados mais detalhados relativos ao comportamento da hotelaria tradicional e do turismo em espaço rural (TER).

No que respeita à hotelaria tradicional, o Faial é a ilha com maior oferta e com maior procura, com mais de metade do número de hóspedes e das dormidas no território da ADELIAÇOR, com ¼ dos estabelecimentos.

A taxa de ocupação neste território (33%) é inferior à média regional (46%). Contudo analisando este indicador por ilha verifica-se que na ilha do Corvo a taxa de ocupação (41%) aproxima-se do valor regional. Todas as ilhas apresentam uma taxa de ocupação superior ao valor do território (33%) exceto no caso de São Jorge (21%).

Refira-se ainda que a média de dormidas por hóspede é de 2,4 noites face a uma média regional de 3 noites, sendo que apenas na ilha do Pico (2,6 noites) a média de dormidas por hóspede é superior ao valor da zona de intervenção.

Hotelaria tradicional em 2022

Território	Hotelaria Tradicional					
	N.º Estabelecimentos *	Pessoal ao Serviço *	N.º Camas *	N.º Hospedes **	N.º Dormidas **	Taxa de Ocupação
São Jorge	6	45	365	12 058	27 415	20,6%
Pico	9	104	606	25 948	67 225	30,4%
Faial	7	191	837	51 848	120 365	39,4%
Flores	3	37	188	10 393	23 597	34,4%
Corvo	1	4	27	2 148	4 058	41,2%
Território ADELIAÇOR	**26**	**381**	**2 023**	**102 395**	**242 660**	**32,9%**
R.A.Açores	105	2 860	11 898	662 286	1 977 834	45,5%
% Território ADELIAÇOR	**24,8%**	**13,3%**	**17,0%**	**15,5%**	**12,3%**	

Fonte: SREA, Estatísticas do Turismo Açores, 2022

Plano Estratégico da Política Agrícola Comum

É particularmente evidente a sazonalidade da procura, que se traduz, em certa medida, num ajustamento da oferta ao longo do ano. A procura (refletida pelo número de hóspedes e de dormidas e pela taxa de ocupação) aumenta nos meses de Verão, decrescendo no Outono e Inverno. O número de camas e o pessoal ao serviço variam em conformidade, embora naturalmente com oscilações muito menores.

É ainda interessante observar a origem dos hóspedes neste tipo de turismo. Ligeiramente mais de metade são portugueses (51%), destacando-se entre os estrangeiros os provenientes da Alemanha (12%). Esta distribuição é relativamente uniforme nas ilhas de São Jorge (53% nacionais e 12% alemães)) e Pico (51% nacionais e 14% alemães). Nas ilhas das Flores e Corvo mais de 60% são nacionais (61% e 67%, respetivamente) e no Faial mais de metade dos hóspedes são estrangeiros (53%).

Refira-se ainda a capacidade do território de captar turistas estrangeiros sobretudo de França (em todas as ilhas, mas com menor expressão nas Flores onde predominam turistas de Espanha), EUA (em todas as ilhas, mas com menor expressão em São Jorge e Corvo), Itália, Países Baixos (com grande expressão em São Jorge) e Espanha (com grande expressão nas Flores e Corvo).

Origem dos hóspedes em hotelaria tradicional em 2022

Território	Origem dos Turistas																	
	Portugal	Alemanha	Áustria	Bélgica	Brasil	Canadá	Dinamarca	Espanha	E.U.A.	Finlândia	França	Países Baixos	Itália	Noruega	Reino Unido	Suécia	Suíça	Outros Países
São Jorge	6 389	1 425	206	217	36	185	166	211	471	18	647	619	516	18	254	20	124	536
Pico	13 140	3 645	287	498	13	309	174	417	1 407	23	1 551	936	1 053	30	488	40	789	1 148
Faial	24 572	5 595	951	1 091	185	846	325	1 444	2 661	88	3 131	1 725	2 560	83	1 329	189	1 506	3 567
Flores	6 302	1 066	144	153	31	105	13	439	398	9	358	183	257	8	143	14	188	582
Corvo	1 428	97	13	17	7	10	6	102	45	2	109	21	100	5	13	6	53	114
Território ADELIAÇOR	51 831	11 828	1 601	1 976	272	1 455	684	2 613	4 982	140	5 796	3 484	4 486	144	2 227	269	2 660	5 947
R.A.Açores	351 600	51 828	6 852	10 411	3 030	17 145	10 112	26 365	52 961	998	28 630	16 389	16 845	907	14 505	2 374	11 820	39 514
% Território	14,7%	22,8%	23,4%	19,0%	9,0%	8,5%	6,8%	9,9%	9,4%	14,0%	20,2%	21,3%	26,6%	15,9%	15,4%	11,3%	22,5%	15,1%

Fonte: SREA, Estatísticas do Turismo Açores, 2022

Os dados relativos ao turismo em espaço rural (TER) são mais escassos. No entanto, foi possível caracterizar as ilhas no que respeita a número de estabelecimentos, tendo-se verificado que no conjunto do território da ADELIAÇOR existiam, em 2022, 36 estabelecimentos, uma evolução positiva face aos valores de 2013 (16%), sobretudo nas ilhas São Jorge (67%) e Pico (33%). No caso do Faial verifica-se uma evolução negativa no número de estabelecimentos nesta tipologia (-25%).

Turismo em espaço rural em 2013 e 2022

Território	Estabelecimentos	
	2013	2022
São Jorge	3	5
Pico	15	20
Faial	12	9
Flores	1	2
Corvo	0	0
Território ADELIAÇOR	31	36
R.A.Açores	74	104

Fonte: INE

Este território é também particularmente importante no que respeita ao Alojamento Local (AL), realidade que apresenta uma evolução 2015-2023 muito positiva na ordem dos 360%. Esta evolução tem variações positivas distintas exceto no Corvo onde se mantém nula. Destaque para as ilhas de São Jorge (544%), Flores (562%) e Pico (407%). A oferta de AL no Pico representa 51% da oferta de AL no território e 13% de AL da RAA.

Alojamento local em 2015 e 2023

Território	Nº Estabelecimentos		Nº Camas	
	2015	2023	2015	2023
São Jorge	16	103	125	769
Pico	92	466	426	2 525
Faial	69	212	434	1 379
Flores	21	139	193	747
Corvo	3	3	11	16
Território	201	923	1 189	5 436
R.A.Açores	411	3 470	2 238	19 682

Fonte: Direção Regional do Turismo

No território existem ainda duas das cinco pousadas da juventude existentes na Região, no Pico e São Jorge. Relativamente a Campismo, o território dispõe de 17 infraestruturas: 5 em São Jorge, 3 no Pico, 4 no Faial, 4 nas Flores e 1 no Corvo.

Em São Jorge, a oferta contempla um Glamping (Glamorous Camping) que surge da necessidade de associar o contacto com a Natureza à sofisticação e conforto do alojamento, numa vivência, respeito e proximidade autêntica com os recursos naturais.

O Turismo de Natureza é o resultado da evolução do modelo de sociedade em que vivemos num encontro e respeito pela Natureza e por nós mesmos.

O Glamping *Retiro Atlântico* oferece alojamento em "Yurts", tendas circulares usadas tradicionalmente pelos pastores nómadas da Mongólia e inclui uma quinta biológica certificada – *Food Forest* - assente em princípios de permacultura e que abrange a maior coleção de frutíferas tropicais e subtropicais raras e bio de Portugal.

Na ilha do Faial surge o Glamping *Azul Singular*, um parque de campismo rural que foi o primeiro glamping dos Açores, instalado numa plantação de plantas ornamentais e que oferece alojamento em tendas híbridas de madeira e têxtil e yurts.

A análise dos proveitos totais do turismo revela um acréscimo muito significativo de valor entre 2013 e 2022, em Portugal (148%), na RAA (183%), e no território da ADELIAÇOR (102%).

Na zona de intervenção as ilhas onde o crescimento foi mais acentuado são o Corvo (149%), São Jorge (143%) e Pico (132%). O Faial é a ilha com menor variação de proveitos (84%).

Proveitos totais do turismo (€)

Território	Proveitos Totais	
	2013	2022
São Jorge	596 205	1 446 608
Pico	1 973 388	4 570 001
Faial	4 205 133	7 724 367
Flores	746 311	1 419 115
Corvo	61 816	153 719
Território ADELIAÇOR	**7 582 853**	**15 313 810**
R.A.Açores	44 672 444	126 536 168
Portugal	**2 023 940 000**	**5 014 083 000**

Fonte: Estatísticas do Turismo, INE (milhares de euros).

A atividade turística tem crescido e tem-se diversificado nos últimos anos, tendo o território da ADELIAÇOR uma grande diversidade de serviços e atividades mar-terra disponibilizadas aos seus visitantes:

Atividades de Animação Turística – Terra |Mar

T01 PASSEIOS EM VEÍCULOS TODO O TERRENO E OUTROS VEÍCULOS AUTOMÓVEIS
T02 PASSEIOS EM BTT MOTO 4 E OUTROS
T03 PASSEIOS EM SEGWAY, SCOOTERS
T04 KARTING
T05 TERMAS, SPA
T06 GOLFE
T07 PARQUES TEMÁTICOS
T08 CENTROS EQUESTRES E HIPÓDROMOS
T09 PASSEIOS A CAVALO OU EM BURRO, PASSEIOS EM CHARRETTE
T10 PASSEIOS EM PERCURSOS PEDESTRES E INTERPRETATIVOS, OBSERVAÇÃO DE FAUNA E FLORA
T11 ESPELEOLOGIA, ALPINISMO, MONTANHISMO
T12 RAPPEL, SLIDE, BUGGY JUMP, CANYONING
T13 PASSEIOS EM AERONAVES (ATÉ 6 PESSOAS)
T14 BALONISMO, PARAPENTE, ASA DELTA
T15 ANIMAÇÃO AMBIENTAL "TURISMO DE NATUREZA"
T16 INSTALAÇÕES PARA CONGRESSOS, SEMINÁRIOS, COLÓQUIOS E CONFERÊNCIAS
T17 ORGANIZAÇÃO DE VISITAS A MUSEUS, MONUMENTOS HISTÓRICOS E OUTROS LOCAIS DE RELEVANTE INTERESSE TURÍSTICO
T18 ORGANIZAÇÃO DE CONGRESSOS E EVENTOS DE VÁRIA NATUREZA
T19 ATIVIDADES DE GINÁSIO
T20 OUTRAS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO TURÍSTICA
M01 ALUGUER DE EMBARCAÇÕES A MOTOR COM/SEM TRIPULAÇÃO
M02 ALUGUER DE EMBARCAÇÕES À VELA COM/SEM TRIPULAÇÃO
M03 PASSEIOS TURÍSTICOS (VELA/MOTOR), TAXI MARÍTIMO
M04 CANOAGEM, WINDSURF, ALUGUER DE PEQUENAS EMBARCAÇÕES
M05 MERGULHO, ESCAFANDRISMO
M06 CENTRO DE MERGULHO
M07 ESCOLA DE MERGULHO
M08 ESTAÇÃO DE ENCHIMENTO
M09 ALUGUER DE EQUIPAMENTO DE MERGULHO
M10 PESCA TURÍSTICA E DESPORTIVA
M11 OBSERVAÇÃO DE CETÁCEOS
M12 ATIVIDADES EM MARINAS, PORTOS DE RECREIO
M13 PESCA

Fonte: Direção Regional do Turismo, 2023

Estão também disponíveis aos residentes e visitantes diversas atividades na Natureza e de índole cultural, como zonas balneares, 4 praias (no Faial) e 3 marinas (Marina da Horta, Núcleo de Recreio Náutico das Lajes do Pico e Núcleo de Recreio Náutico de Velas) com bandeira azul, jardins e parques, reservas naturais, património arquitetónico (casa senhoriais, moinhos,

maroiços) e religioso, centros de interpretação, centros culturais, museus, rotas e percursos temáticos, nomeadamente associados ao enoturismo e à baleação.

No âmbito do património natural, destaca-se a montanha do Pico, ponto mais elevado de Portugal, as múltiplas fajãs, lagoas, caldeiras, grutas e mistérios, o vulcão dos Capelinhos e centros de visitação. Dos 19 centros de interpretação existentes na RAA, 12 estão localizados no território de intervenção o que demonstra a riqueza natural e cultural destas ilhas:

- São Jorge: Centro de Interpretação da Fajã da Caldeira de Santo Cristo e Casa do Parque de São Jorge;
- Pico: Centro de Interpretação da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico (Paisagem cultural classificada pela UNESCO), Casa dos Vulcões, Centro de Visitantes da Gruta das Torres e Casa da Montanha;
- Faial: Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos, Jardim Botânico do Faial, Casa dos Dabney e Estação de Peixes Vivos - Aquário do Porto Pim;
- Flores: Centro de Interpretação Ambiental do Boqueirão;
- Corvo: Centro de Interpretação de Aves Selvagens do Corvo.

Em todas as ilhas com exceção do Corvo, é possível encontrar empresas dedicadas aos bem-estar e "wellness", com oferta diversificada, a pensar no bem-estar físico, emocional, mental e espiritual: massagens, meditação, ioga, pilates, práticas associadas à natureza e ao mar/água, dança, escrita, tantra, práticas xamânicas, caminhadas e cerimónias na floresta, terapias expressivas. Esta área tem muito potencial face à necessidade crescente de sustentabilidade, atividades de baixo carbono, circularidade, harmonia com a natureza.

A gastronomia local, com uma grande diversidade de produtos regionais (carne, peixe, queijos, mel, conservas, doçaria, vinho) é igualmente um foco de atração para os visitantes do território. Destaca-se particularmente, o Queijo de São Jorge DOP, com curas de 3 a 24 meses e as ameijoas em São Jorge; a carne IGP; o vinho do Pico, assente em castas regionais, com denominação DO e IG, associado à paisagem protegida da cultura da vinha da Ilha do Pico, classificada pela UNESCO.

Refira-se ainda o café de São Jorge e a doçaria regional, assente em produtos como as espécies e as rosquilhas de aguardente e as brancas.

O artesanato local é único nas matérias primas utilizadas e nas suas funcionalidades:

- São Jorge: tecelagem em ponto alto e ponto de repasso.
- Pico: rendas, miolo de escama, scrimshaw.
- Faial: miolo de figueira, bordado de palha sobre tule, scrimshaw.
- Flores: miolo de hortênsia.
- Corvo: fechaduras em madeira de cedro e barretas de lã.

Nas ilhas existem também artesãos dedicados a peças artesanais inovadoras associadas à olaria, tecelagem e madeira.

Educação, Formação e Qualificação

Todas as ilhas têm estabelecimentos de ensino com educação pré-escolar, 1º, ciclo, 2º ciclo, 3º ciclo e ensino secundário.

Estabelecimentos de Ensino – ano letivo 2020/2021

Território	Estabelecimentos de ensino, 2020/2021 (nº)				
	Educação Pré-Escolar	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Ensino Secundário
São Jorge	7	5	3	3	3
Pico	11	10	4	3	4
Faial	12	10	1	1	2
Flores	4	3	2	1	1
Corvo	1	1	1	1	1
Território ADELIAÇOR	**35**	**29**	**11**	**9**	**11**
R.A.Açores	187	146	36	35	40
Portugal	5 774	4 057	1 180	1 440	967

Fonte: Ministério da Educação e Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

No território em apreço existem várias entidades dedicadas ao ensino e formação/qualificação que disponibilizam cursos em áreas associadas à agricultura e ao desenvolvimento rural.

Existem três escolas profissionais, nas ilhas de São Jorge, Pico e Faial, que lecionam diversos cursos técnico profissionais, incluindo nas áreas da agropecuária e produção agrícola para além do turismo e animação turística, com uma oferta formativa que inclui cursos de nível IV e V.

Cultura

Em todas as ilhas do território, existem associações, irmandades, casas do povo e outras coletividades cuja atividade está relacionada com o desenvolvimento sociocultural. Várias entidades coletivas são parceiras do GAL revendo importância nesta parceria e o contributo potencial do DLBC para dinamizar as suas atividades com qualidade e em segurança, conforto e higiene.

Destacam-se as filarmónicas, tunas, grupos folclóricos, coros, que contribuem para perpetuar a etnografia e as tradições locais, mas também proporcionam animação sociocultural nas várias ilhas, sendo igualmente um fator de atração para visitantes.

Em todos os concelhos da zona de intervenção existem salas de espetáculo, coretos, bibliotecas, auditório, para além das sedes sociais das filarmónicas, irmandades e das casas do povo. Na ilha do Faial existe teatro municipal, antigas instalações do Teatro Faialense que foram requalificadas, para além da Sociedade Amor da Pátria, centro artístico cuja origem está na fundação de uma loja maçónica designada Amor da Pátria, em 1859, sob a dependência da Confederação Maçónica Portuguesa.

A celebração anual das festividades associadas ao culto do Espírito Santo, em todas as ilhas dos Açores e da zona de intervenção tem especial referência na ilha de São Jorge pela profusão de impérios e distribuição de bolos de véspera e bolo da Coalhada (Santo António – Norte Grande), tremoços demolhados no mar, queijo e vinho.

Na ilha do Pico destaque também para a quantidade de impérios em todas as freguesias e a distribuição de rosquilhas, vésperas ou pão doce.

Na ilha do Faial é de relevar o Império dos Nobres na Horta, com a distribuição de massa sovada e na Praia do Norte com a distribuição de rosquilhas. Todas as ilhas partilham da ementa do Pentecostes: as tradicionais Sopas do Espírito Santo, Carne Assada, Massa Sovada e Arroz Doce, acompanhados de vinho de cheiro, variando os temperos e as receitas conforme o lugar.

Proteção Social

No sector do apoio social, é de grande importância o trabalho desenvolvido pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). Nos Açores, segundo dados da Carta Social dos Açores - 2020, existem 302 IPSS que gerem no seu conjunto 713 unidades de apoio com diversas valências, com uma capacidade instalada para 34.313 pessoas.

No território de intervenção da ADELIAÇOR encontram-se 18% destas unidades de apoio social e 20% das respostas sociais, com presença mais significativa nas ilhas do Pico e Faial.

Instituições Particulares de Solidariedade Social

Território	IPSSs		
	N.º Entidades	N.º Resposta	Capacidade
Calheta	5	15	567
Velas	4	16	575
São Jorge	**9**	**31**	**1 142**
Lajes do Pico	6	12	494
Madalena	9	21	693
São Roque do Pico	5	12	490
Pico	**20**	**45**	**1 677**
Horta	17	50	2 874
Faial	**17**	**50**	**2 874**
Lajes das Flores	3	5	154
Santa Cruz das Flores	3	9	389
Flores	**6**	**14**	**543**
Corvo	1	6	97
Corvo	**1**	**6**	**97**
Território ADELIAÇOR	53	146	6 333
R.A.Açores	302	713	34 313
% Território ADELIAÇOR	**17,5%**	**20,5%**	**18,5%**

Fonte: Direção Regional da Solidariedade Social, Carta Social 2020

Este território distingue-se particularmente no apoio à terceira idade, pessoas com deficiência, sem-abrigo e vítimas de violência doméstica, representando 51% das respostas sociais do território. A infância e juventude, representam 34% do total de respostas sociais do território e possui apenas 14% de respostas sociais de apoio à família e comunidade em geral.

Tipologia de Respostas Sociais por Concelho

Território	N.º Resposta		
	Apoio à Infância e Juventude	Apoio à 3.ª Idade e outras Pessoas Fragilizadas	Outro Apoio
Calheta	7	7	1
Velas	6	6	4
São Jorge	**13**	**13**	**5**
Lajes do Pico	2	10	0
Madalena	8	10	3
São Roque do Pico	3	9	0
Pico	**13**	**29**	**3**
Horta	17	22	11
Faial	**17**	**22**	**11**
Lajes das Flores	1	4	0
Santa Cruz das Flores	3	4	2
Flores	**4**	**8**	**2**
Corvo	3	3	0
Corvo	**3**	**3**	**0**
Território ADELIAÇOR	50	75	21
R.A.Açores	318	238	157

Fonte: Direção Regional da Solidariedade Social, Carta Social, 2020

Plano Estratégico da Política Agrícola Comum

Pela auscultação realizada aquando da preparação da presente EDL constatou-se que existem listas de espera de utentes sobretudo nos serviços de apoio aos idosos (Serviço de Apoio ao Domicílio e Lar de Idosos) e de apoio à infância (Creche e ATL).

Pela Lei n.º 19-A/96 de 29 de junho, o Estado português criou o Rendimento Mínimo Garantido (RMG), como experiência piloto, no ano de 1996, enquadrando-se, a partir de 01 de julho de

1997, no sistema de Proteção Social, como um direito, sendo uma medida de política que visa contribuir para diminuir as desigualdades e atenuar a pobreza e a exclusão social.

Com o RMG, pela primeira vez, em Portugal, foi criada, sob a forma de um direito, a garantia generalizada de acesso a um rendimento mínimo por parte de indivíduos e grupos sociais com menores recursos financeiros. O objetivo desta medida era o de assegurar, a todos os indivíduos e famílias que viviam em situações de extrema carência, os recursos à satisfação das necessidades mínimas, proporcionando, simultaneamente, a sua progressiva integração social e profissional.

Em 2003, com a Lei n.º 13/2003, de 21 de maio, que revogou a Lei n.º 19-A/96, cria-se o atual Rendimento Social de Inserção (RSI). Ao longo dos vinte e cinco anos, desde a criação desta medida, verificaram-se outras alterações à respetiva legislação, não se modificando, contudo, os princípios básicos subjacentes ao RMG, embora se tivessem registado algumas alterações, nomeadamente a contabilização dos rendimentos, as condições de elegibilidade e o conceito de agregado familiar.

A taxa de risco de pobreza, em 2020, correspondia à proporção de habitantes com rendimentos monetários líquidos anuais por adulto equivalente inferiores a 6 653 euros (554 euros por mês). Este limiar, ou linha de pobreza relativa, corresponde a 60% da mediana (11 089 euros). Em 2020, a taxa de intensidade da pobreza foi de 27,1%, superior em 2,7 p.p. ao valor registado no ano anterior (24,4%). Verificou-se assim que a insuficiência de recursos da população em risco de pobreza, continuou a aumentar desde 2018.

A taxa de intensidade da pobreza permite avaliar em que medida o rendimento monetário disponível mediano dos pobres se aproxima ou afasta do limiar de pobreza, constituindo um indicador da insuficiência de recursos da população em risco de pobreza por região, verifica-se ainda que a Região Autónoma dos Açores em 2019 era aquela com maior desigualdade: 34,5%, superior à média nacional de 31,2%.

Em 2020, a desigualdade aumentou em todas as regiões, à exceção dos Açores, continuando mesmo assim a ter um dos valores mais elevados (33%), a par da região Centro (33,3%) que foi aquela em que a desigualdade mais aumentou. Por sua vez, o Alentejo, em 2020, foi a região do país, com uma distribuição de rendimentos menos desigual, 30,8%.

O período compreendido entre os anos de 2018 e de 2021 caracterizaram-se por uma diminuição muito significativa e sustentada do número de agregados familiares e de beneficiários do Rendimento Social de Inserção, atingindo-se o valor mais baixo de sempre, desde que foi generalizada a todo o país esta prestação social. Este decréscimo verificou-se em todas as ilhas.

No território verifica-se que o número de beneficiários do RSI acompanha a dimensão populacional das ilhas aquelas que apresentam maior número são por esta ordem, o Faial, Pico, São Jorge, Flores e Corvo, sendo a sua distribuição equilibrada por género e mais significativa nos jovens com idade inferior a 25 anos.

Beneficiários do Rendimento Social de Inserção

Território	Rendimento Social de Inserção, segundo o género e idade - 2021					
	Género		Idade			
	H	M	< 25 anos	25-39 anos	40-54 anos	55 e + anos
São Jorge	72	85	54	32	29	42
Pico	139	139	115	65	64	34
Faial	162	161	133	68	70	52
Flores	30	28	23	-	-	8
Corvo	4	7	7	-	-	0
Território ADELIAÇOR	**407**	**420**	**332**	**165**	**163**	**136**
R.A.Açores	8 696	8 587	8 142	3 721	3 483	1 937
Portugal	125 908	136 298	180 156	42 252	56 292	55 506

Fonte: Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, 2021

Plano Estratégico da Política Agrícola Comum

1.3. Caracterização Ambiental

O Arquipélago dos Açores é abrangido pela denominada Região Biogeográfica da Macaronésia (conjunto de arquipélagos do Atlântico Norte localizados entre o Sudoeste da Europa (SW) e o Noroeste de África (NW)). Inclui os arquipélagos dos Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde. Este conjunto de arquipélagos têm em comum a origem vulcânica.

A flora da RAA, bem como de outras regiões da Macaronésia com diversidade elevada e com elevado número de endemismos, remonta à Era Terciária, que no continente europeu não existe devido às glaciações.

O Clima associado ao isolamento geográfico, ao relevo e às características geológicas originou uma grande variedade de biótopos, ecossistemas e paisagens, que proporcionam a existência de um elevado número de habitats que albergam uma grande variedade de espécies.

Como vegetação natural endémica da Macaronésia e com estatuto de proteção, existe a floresta Laurissilva cuja origem surge relacionada com as florestas húmidas do Terciário existente no sul da Europa e desaparecidas há milhões de anos aquando das últimas glaciações. A floresta primitiva (Laurissilva e Cedro) sofre os efeitos da introdução de áreas de pastagens, bem como a introdução de plantas exóticas e invasoras (incenso, roca, chorão, cana da índia, hortênsia).

No entanto, o número de espécies endémicas ainda é muito elevado. Por exemplo, conta-se com um número de 66 plantas vasculares, sendo possível também encontrar um elevado número de endemismos noutros grupos. A diversidade de comunidades vegetais permite também a existência de diversas comunidades de aves terrestres endémicas.

Encontram-se também, no conjunto das ilhas dos Açores, cerca de 300 espécies endémicas de artrópodes.

No que respeita a mamíferos, vivem nos Açores naturalmente 25 espécies marinhas (24 das quais cetáceos – baleias e golfinhos) e uma espécie endémica terrestre (único mamífero autóctone) – Morcego-dos-Açores.

As rochas predominantes são o basalto, traquito, tufos e bagacinas.

No que respeita à paisagem, este é marcadamente agrícola quase sempre dividida em quadrículas separadas por muros de pedra solta "currais" ou divisórias de urze ou hortências "cerrados" ou "pastos" consoante a dimensão.

Até 300 metros de altitude predomina a policultura. A partir daí passa-se para pastagens que, atualmente, pelo desenvolvimento da pecuária descem até à costa em muitos pontos.

A terra não fértil permite que surjam matas e vinhedos, onde a exposição solar e o microclima são mais favoráveis.

Conservação da Natureza e Proteção da Biodiversidade

Na Região Autónoma dos Açores a Rede de Áreas Protegidas dos Açores, regulamentada pelo DLR nº15/2012/A, de 2 de abril, integra o conjunto das áreas protegidas existentes na RAA, com a missão de contribuir para a conservação da natureza e proteção da biodiversidade, concretizando a classificação adotada pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), adaptada às especificidades do território dos Açores.

A **Rede de Áreas Protegidas dos Açores** estrutura-se tendo por base de gestão os 9 Parques Naturais de Ilha que abrangem as áreas terrestres e as áreas marinhas localizadas no mar territorial adjacente a cada uma das ilhas e o Parque Marinho dos Açores que inclui as áreas marinhas situadas para além do limite exterior do mar territorial.

No âmbito da área de intervenção da ADELIAÇOR existem 5 Parques Naturais de Ilha, cuja caracterização genérica se apresenta a seguir:

Parque Natural da Ilha de São Jorge

A área do Parque Natural de São Jorge representa 24% da área total da ilha. No âmbito do parque merecem especial referência:

- Centros: Centro de Interpretação da Fajã da Caldeira de Santo Cristo e Casa do Parque de São Jorge.
- Monumento Natural: Ponta dos Rosais.
- Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies: Costa de Velas; Costa do Topo e Ilhéu do Topo; Costa Noroeste; Costa Sudoeste; Pico da Esperança e Planalto Central; Fajã das Almas (também está classificada como IBA – Área Importante para as Aves e Biodiversidade).
- Área de Paisagem Protegida: Fajãs do Norte.

- Área Protegida de Gestão de Recursos: Costa das Fajãs; Costa Nordeste; Costa Oeste; Entre Morros.
- Trilhos Pedestres: PR01SJO Serra do Topo – Caldeira de Santo Cristo – Fajã dos Cubres; PR02SJO Serra do Topo – Fajã dos Vimes; PR03SJO Fajã de São João – Lourais – Fajã dos Vimes; PR04SJO Pico do Pedro – Pico da Esperança – Fajã do Ouvidor; PR05SJO Fajã d'Além; PR06SJO Norte Pequeno; PR09SJO Fajã dos Vimes – Fragueira – Portal.

Parque Natural da Ilha do Pico

É o maior parque natural dos Açores, inclui 22 áreas protegidas, o que representa 35% da sua superfície terrestre, tendo também cerca de 79 km² de área de proteção marinha. Como locais de referência:

- Centros: Centro de Interpretação da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico, Casa dos Vulcões, Centro de Visitantes da Gruta das Torres e Casa da Montanha.
- Reserva Natural: Caveiro; Furnas de Santo António; Mistério da Prainha; Montanha do Pico.
- Monumento Natural: Gruta das Torres.
- Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies: Furnas de Santo António; Lagoa do Caiado; Lajes do Pico; Mistérios de São João; Ribeiras; Silveira; Terra Alta; Zona do Morro.
- Área de Paisagem Protegida: Cultura da Vinha - Ponta da Ilha, Ponta do Mistério, São Mateus/São Caetano, Zona Norte, Zona Oeste, Zona Central.
- Área Protegida de Gestão de Recursos: Canal Faial-Pico/sector Pico; Ponta da Ilha; Porto das Lajes.
- Trilhos Pedestres: PR01PIC Caminhos de Santa Luzia; PR02PIC Caminho dos Burros: Vertente Norte; PR03PIC Porto Calhau - Manhenha; PR05PIC Vinhas da Criação Velha; PR07 PIC Caminho das Voltas; PRC08 PIC Ladeira dos Moinhos; PRC09 PIC Prainha do Norte; PR10PIC Santana - Lajido; PRC11PIC Calheta do Nesquim; PR13PIC Lagoa do Capitão; PR15PIC Mistérios do Sul do Pico; PR18PIC Canadas da Ribeirinha; PR19PIC Caminho das Lagoas; Montanha do Pico.

Parque Natural da Ilha do Faial

Este Parque Natural é reconhecido pelo seu carácter inovador, na medida em que foi distinguido a nível europeu como melhor local para atividades turísticas sustentáveis. De facto, a Comissão Europeia escolheu este local como destino para representar Portugal no programa EDEN (European Destinations of Excellence).

No Parque Natural do Faial, os locais de referência são:

- Centros: Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos; Jardim Botânico do Faial; Casa dos Dabney; Estação de Peixes Vivos - Aquário do Porto Pim.
- Reserva Natural: Caldeira do Faial, Caldeirinhas, Morro de Castelo Branco.
- Monumento Natural: Vulcão dos Capelinhos.
- Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies: Cabeço do Fogo, Capelinhos, Costa Noroeste e Varadouro, Lomba Grande, Varadouro – Castelo Branco.
- Área de Paisagem Protegida: Monte da Guia e Zona Central.
- Área Protegida de Gestão de Recursos: Canal Faial-Pico – Setor Faial, Capelinhos, Castelo Branco e Cedros.
- Trilhos Pedestres: PRC01 FAI Cabeço do Canto; PRC02 FAI Rocha da Fajã; PR03FAI Levada; PRC04 FAI Caldeira; PRC05 FAI Rumo ao Morro de Castelo Branco; PR06 FAI Dez Vulcões; PR07 FAI Caminhos Velhos; PRC08 FAI Entre Montes; PRC09 FAI Ribeirinha.

Parque Natural da Ilha das Flores

Nas Flores, o Parque Natural é constituído por ecossistemas terrestres e marinhos representativos de elevada biodiversidade e geodiversidade. Como locais de referência:

- Centros: Centro de Interpretação Ambiental do Boqueirão.
- Reserva Natural: Caldeiras Funda e Rasa; Ilhéu de Maria Vaz; Morro Alto e Pico da Sé.
- Monumento Natural: Rocha dos Bordões.
- Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies: Costa Nordeste; Costa Sul e Sudoeste; Ponta da Caveira.

- Área de Paisagem Protegida: Zona Central e Falésias da Costa Oeste.
- Área Protegida de Gestão de Recursos: Costa Norte.
- Trilhos Pedestres: PR01 FLO Ponta Delgada - Fajã Grande; PR02 FLO Lajedo - Fajã Grande; PR03 FLO Miradouro das Lagoas - Poço do Bacalhau; PRC04 FLO Fajã de Lopo Vaz.

Parque Natural da Ilha do Corvo

O Parque Natural do Corvo caracteriza-se por uma enorme biodiversidade e variedade de habitats, contando-se cerca de 48 espécies de plantas endémicas dos Açores, o que representa a maior proporção de endemismos do Arquipélago.

A ilha do Corvo é reconhecida internacionalmente pelo papel relevante como local de nidificação de importantes colónias de aves marinhas (como por exemplo o Cagarro). Das espécies de avifauna existentes na ilha merecem especial destaque, para além da espécie já referida, o Garajau-comum, o Painho-da-Madeira e o Pombo-torcaz-dos-açores. A ilha é assim reconhecida como local privilegiado para a observação de aves.

Este Parque Natural conta diversos locais de interesse:

- Centros: Costa e Caldeirão do Corvo; Costa do Corvo.
- Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies: Costa e Caldeirão do Corvo.
- Área Protegida de Gestão de Recursos: Costa do Corvo.
- Trilhos Pedestres: PR01 COR Cara do Índio; PRC02 COR Caldeirão.

No âmbito da **Rede Natura 2000**, rede ecológica para o espaço da União Europeia, destinada a contribuir para a proteção da biodiversidade através da conservação dos habitats naturais e da fauna e flora selvagens no território europeu e através da implementação das diretivas comunitárias "Aves" e "Habitats" foram designados Sítios de Interesse Comunitário (SIC), Zonas Especiais de Conservação (ZEC) e Zonas de Proteção Especial (ZPE).

No território de intervenção da ADELIAÇOR estão classificados mais de 21.000 ha em Sítios de Interesse Comunitário / Zonas de Especial Conservação (ZEC) e quase 10.000 ha em Zonas de Proteção Especial (ZPE), num total de quase 22.000 ha, como detalhado nos quadros seguintes:

Rede Natura 2000: SIC e ZEC

Sítio Interesse Comunitário/Zona Especial Conservação					
Designação	Ilha	Área (ha)	% Total	Área por Ilha (ha)	% Área da Ilha
Ponta dos Rosais	São Jorge	307,08	1,4%	4 272,23	17,5%
Costa NE e Ponta do Topo	São Jorge	3 965,15	18,7%		
Baixa do Sul - Canal do Faial	Pico	50,06	0,2%	9 196,38	20,7%
Montanha do Pico, Prainha e Caveiro	Pico	8 462,65	39,8%		
Ponta da Ilha	Pico	398,29	1,9%		
Lajes do Pico	Pico	142,17	0,7%		
Ilhéus da Madalena	Pico	143,21	0,7%		
Caldeira e Capelinhos	Faial	2 086,25	9,8%	2 613,45	15,1%
Monta da Guia	Faial	383,17	1,8%		
Ponta do Varadouro	Faial	17,61	0,1%		
Morro de Castelo Branco	Faial	126,42	0,6%		
Zona Central - Morro Alto	Flores	2 931,09	13,8%	4 181,85	29,7%
Costa Nordeste	Flores	1 250,76	5,9%		
Costa e Caldeirão	Corvo	972,67	4,6%	972,67	56,8%
Total ADELIAÇOR		**21 236,58**	**100,0%**	**-**	**20,8%**

Fonte: ICNF

Rede Natura 2000: ZPE

Zona Proteção Especial					
Designação	Ilha	Área (ha)	% Total	Área por Ilha (ha)	% Área da Ilha
Ilhéu do Topo e Costa Adjacente	São Jorge	369,75	3,7%	369,75	1,5%
Lajes do Pico	Pico	64,53	0,7%	6 390,90	14,4%
Ponta da Ilha	Pico	293,80	3,0%		
Furnas Santo António	Pico	13,37	0,1%		
Zona Central do Pico	Pico	6 019,20	60,8%		
Caldeira e Capelinhos	Faial	2 047,14	20,7%	2 047,14	11,8%
Costa Sul e Sudoeste	Flores	254,02	2,6%	395,95	2,8%
Costa Nordeste	Flores	141,93	1,4%		
Costa do Caldeirão	Corvo	699,85	7,1%	699,85	40,9%
Total ADELIAÇOR		**9 903,59**	**100,0%**	**-**	**9,7%**

Fonte: ICNF

Da Convenção sobre Zonas Húmidas realizada em 1971, vulgarmente designada por "**Convenção de Ramsar**", resultou a definição de Zonas Húmidas como "zonas de pântano, charco, turfeira ou água, natural ou artificial, permanente ou temporária, com água estagnada ou corrente, doce, salobra ou salgada, incluindo águas marinhas cuja profundidade na maré baixa não exceda os seis metros".

Estas zonas são reconhecidas pela importância dos ecossistemas e pela biodiversidade, pelo elevado valor económico, científico, cultural e recreativo para as comunidades envolventes e pela ação mitigante relativamente às alterações climáticas. Em 1980 Portugal ratificou a "Convenção de Ramsar", estando atualmente oficialmente reconhecidas 31 sítios Ramsar no País, dos quais 13 nos Açores e 6 na área de intervenção da ADELIAÇOR.

Sítios Ramsar

Sítios Ramsar			
Designação	**Ilha**	**Área (ha)**	**% Total**
Fajã das Lagoas dos Cubres e de Santo Cristo	São Jorge	87,00	0,9%
Planalto Central (Pico da Esperança)		231,00	2,3%
Planalto Central (Achada)	Pico	748,00	7,6%
Caldeira do Faial	Faial	312,00	3,2%
Planalto Central (Morro Alto)	Flores	2 572,00	26,0%
Caldeirão do Corvo	Corvo	316,00	3,2%
Total ADELIAÇOR		**4 266,00**	**-**

Fonte: ICNF

A região é ainda abrangida pela **Rede Mundial de Reservas da Biosfera da UNESCO**, sendo as ilhas do Corvo, das Flores e de São Jorge parte integrante desta rede.

Em 1972, a UNESCO adotou a Convenção do Património Mundial, Cultural e Natural que tem por objetivo proteger os bens patrimoniais dotados de um valor universal excecional. Na área intervencionada pelo GAL ADELIAÇOR existe classificada como Património Mundial da UNESCO a Paisagem Protegida da Cultura da Vinha da Ilha do Pico.

Nos Açores merece igualmente referência o seu Geoparque. Existem atualmente a Rede Global de Geoparques (RGG – Criada em 2004) e a Rede Europeia de Geoparques (REG – Criada

em 2000). No arquipélago existe o Geoparque dos Açores, que assenta numa rede de geossítios dispersos pelas nove ilhas e zona marinha envolvente. Dos 117 geossítios da Região e 4 áreas marinhas, 53 geossítios e 3 áreas marinhas encontram-se na área de intervenção da ADELIAÇOR.

Corvo: COR 1Caldeirão; COR 2Fajã lávica de Vila do Corvo; COR 3Ponta do Marco; COR 4Coroínha e Arriba de Pingas.

Flores: FLO 1Caldeiras Negra, Comprida, Seca e Branca; FLO 2Caldeiras Rasa e Funda das Lajes; FLO 3Fajã Grande e Fajãzinha; FLO 4Pico da Sé; FLO 5Ponta da Rocha Alta e Fajã de Lopo Vaz; FLO 6Rocha dos Bordões; FLO 7Costa Nordeste; FLO 8Filão dos Frades; FLO 9Litoral de Santa Cruz; FLO 10Ponta do Albernaz - Ponta Delgada; FLO 11Vale da Ribeira da Cruz e Pta da Caveira; FLO 12Vale das Ribeiras da Badanela e Além da Fazenda; FLO 13Vale e Fajã lávica das Lajes; FLO 14Ilhéu de Monchique.

Faial: FAI 1Caldeira; FAI 2Graben de Pedro Miguel; FAI 3Monte da Guia e Porto Pim; FAI 4Morro do Castelo Branco; FAI 5Península do Capelo; FAI 6Vulcão dos Capelinhos e Costado da Nau; FAI 7Arriba fóssil da Praia do Norte; FAI 8Arriba fóssil do Varadouro; FAI 9Ponta Furada.

Pico: PIC 1Arriba fóssil Santo António - São Roque; PIC 2Fajã lávica das Lajes do Pico; PIC 3Gruta das Torres; PIC 4Ilhéus da Madalena; PIC 5Lajido de Santa Luzia; PIC 6Montanha; PIC 7Planalto da Achada; PIC 8Ponta da Ilha; PIC 9Algar/Gruta do Canto da Serra; PIC 10Fajã lávica de São Mateus; PIC 11Fajã lávica das Ribeiras; PIC 12Furna Vermelha; PIC 13Gruta dos Montanheiros; PIC 14Hornitos e Furna do Frei Matias; PIC 15Lajido da Criação Velha; PIC 16Lomba do Fogo; PIC 17Ponta do Mistério; PIC 18Cabeço Debaixo da Rocha.

São Jorge: SJO 1Arriba da Fajã dos Vimes - Fajã de São João; SJO 2Cordilheira vulcânica central; SJO 3Fajãs do Ouvidor e da Ribeira da Areia; SJO 4Fajãs dos Cubres e da Caldeira do Sto Cristo; SJO 5Morro de Velas e Morro de Lemos; SJO 6Ponta dos Rosais; SJO 7Mistério da Urzelina; SJO 8Ponta e ilhéu do Topo.

Tendo em conta a relevância da atividade turística na Região, existem inúmeros empreendimentos turísticos com reconhecimento de sustentabilidade e qualidade ambiental.

De forma a definir critérios de certificação adequados à realidade açoriana foi criado o **Galardão Miosótis**.

Os objetivos deste galardão são a criação de um prémio ambiental credível e rigoroso a atribuir aos alojamentos de acordo com as características regionais em que estes se inserem, o reconhecimento dos alojamentos que implementam boas práticas ambientais de acordo com características específicas regionais e a implementação de boas práticas ambientais nos alojamentos turísticos acompanhada de campanhas de sensibilização de funcionários e clientes.

Com base nos dados fornecidos pela SRAAC verifica-se que na RAA existe um total de 96 estabelecimentos com este galardão, dos quais 41 (43%) na zona de intervenção da ADELIAÇOR distribuídos da seguinte forma: 1 no Corvo, 5 nas Flores, 20 no Faial, 8 no Pico e 7 em São Jorge.

Destaque-se, por último, a existência na Região de diversas campanhas ambientais, nomeadamente:

- A campanha da Bandeira Azul – em 2023, na zona de intervenção da ADELIAÇOR foi atribuída a: Núcleo de Recreio Náutico de Velas, na Ilha de São Jorge; Núcleo de Recreio Náutico das Lajes do Pico, na Ilha do Pico; e Praias do Almoxarife e Porto Pim; Piscinas de Castelo Branco e Varadouro e Marina da Horta, na Ilha do Faial.
- A campanha SOS Cagarro, cujo principal objetivo é alertar a população açoriana para a necessidade de preservação desta espécie protegida que nidifica nos Açores permitiu em 2021 salvar a vida a 8314 cagarros, dos quais 5643 nas ilhas da zona de intervenção da ADELIAÇOR.

Resíduos Sólidos Urbanos

Os serviços de gestão de Resíduos Urbanos (RU) abrangem diversas fases, nomeadamente a recolha, transporte e triagem, até à valorização ou eliminação do resíduo. Considera-se que a recolha dos RU constitui uma atividade em baixa e as restantes etapas constituem atividades em alta.

A gestão em baixa é da competência dos municípios, enquanto a gestão em alta é assegurada por sistemas de gestão de resíduos urbanos (SGRU), operadores de gestão de resíduos e entidades gestoras de sistemas integrados.

Todas as ilhas da zona de intervenção dispõem de Centro de Processamento de Resíduos com estação de triagem, estação de transferência, valorização orgânica e tratamento mecânico exceto o Corvo que apenas dispõe das duas primeiras soluções técnicas indicadas. No caso do Pico dispõe também de Aterro Sanitário para resíduos não perigosos.

Em 2021 a produção de RU aumentou 5,9% em relação ao ano anterior devido à retoma das atividades do setor turístico (restauração e hotelaria) e ao aumento muito significativo da população flutuante (turistas).

Caraterização da Gestão de Resíduos Urbanos

Território	Caracterização da Gestão de Resíduos Urbanos (RU) - 2021					
	Produção de RU (t)		Tratamento de RU			
	2016	2021	Valorização material	Valorização Orgânica	Valorização Energética	Eliminaçao em Aterro
São Jorge	3 785	3 729	47,5%	35,0%	17,6%	0,0%
Pico	5 521	6 235	43,2%	37,6%	0,0%	19,2%
Faial	6 633	7 294	43,4%	38,4%	17,3%	0,8%
Flores	1 585	1 791	56,9%	28,3%	14,8%	0,0%
Corvo	272	283	46,0%	35,4%	18,5%	0,0%
Território ADELIAÇOR	**17 796**	**19 332**	**47,4%**	**34,9%**	**13,6%**	**4,0%**
RAA	131 703	150 142	22,5%	16,3%	17,9%	43,2%

Fonte: Relatório SRIR, 2021

A RAA tem evoluído no tratamento de RU e na aplicação do princípio da hierarquia da gestão de resíduos por via do aumento da valorização em detrimento da eliminação, apesar da estabilização a partir de 2016.

Em 2021, a RAA valorizou mais de metade dos RU produzidos (56,8%), com 22,5% dos RU encaminhados para valorização material (reciclagem), 16,3% submetidos a valorização orgânica (compostagem) e 18% submetidos a valorização energética (incineração). A fração de RU eliminados em aterro foi de 43,2%.

No caso do território da ADELIAÇOR a taxa de valorização dos RU produzidos é quase total (95,9%) com 47,4% dos RU encaminhados para valorização material (reciclagem), 34,9% submetidos a valorização orgânica (compostagem) e 13,6% submetidos a valorização energética (incineração). A fração de RU eliminados em aterro foi de 4%.

A taxa de valorização de RU não é de 100% na zona de intervenção devido ao Pico (19,2%) e Faial (0,8%) que apresentam em 2021 RU eliminados por via de aterro. Neste ano a necessidade de eliminar resíduos sem pré-tratamento ocorreu na ilha do Faial num período específico. É fundamental que sejam implementadas na ilha do Pico soluções de valorização de RU originados na recolha indiferenciada, bem como de destino final dos refugos que não passe pela sua eliminação em aterro.

As ilhas de São Jorge, Flores e Corvo conseguiram retomar o objetivo de "Aterro Zero", tendo valorizado a totalidade dos respetivos RU, já que os refugos gerados nessas ilhas foram encaminhados para valorização energética na ilha Terceira.

A ilha onde se verifica a maior valorização material (56,9%) é as Flores, maior valorização orgânica (38,4%) é o Faial e valorização energética mais significativa é no Corvo (18,5%).

É necessário continuar o trabalho de informação e sensibilização para a prevenção da produção e em simultâneo reforçar as medidas que visam incutir hábitos de separação dos RU na população, quer pela via da sensibilização quer pela via da implementação de sistemas de poluidor-pagador (PAYT) e que possam contribuir para uma economia circular.

Recursos Hídricos

De acordo com os resultados estimados, os Açores apresentam necessidades hídricas totais para as atividades associadas a usos consumptivos de água na ordem dos 27,7 hm por ano, sendo o setor urbano o mais representativo (56%), seguido pela agricultura e pecuária (30%), indústria transformadora (9%) e turismo (4%).

As disponibilidades hídricas exploráveis totais (2041 hm /ano) mostram-se suficientes para comportar as necessidades hídricas estimadas, visto que as disponibilidades hídricas subterrâneas exploráveis se estimam na ordem dos 1197 hm /ano e de água de disponibilidade hídrica superficial aproximadamente 844 hm /ano.

Importa gerir de forma adequada o recurso água, não só em termos de quantidade, mas também em termos de qualidade considerando que as pressões existentes sobre este recurso poderão comprometer ambos.

A carência de água nas origens, face às necessidades, habitualmente é confundida com os problemas de falta de água que se verificam nos sistemas de abastecimento. A eventual escassez de água na origem pode ser fortemente potenciada por uma deficiente gestão/manutenção dos sistemas de abastecimento além de que a ausência de água nos sistemas de abastecimento por vezes não reflete a escassez de água nas origens.

Por outro lado, a inacessibilidade e dificuldade, de acesso a algumas origens de água conduz a carências de água em determinadas ilhas, durante o período estival, como é o caso do Pico, na zona de intervenção.

As águas subterrâneas constituem a principal origem de água na Região e na zona de intervenção, constatando-se que satisfazem aproximadamente 98% das diferentes utilizações. O facto de algumas ilhas estarem totalmente dependentes das origens de água subterrânea para o abastecimento público contribui para sublinhar a importância dos recursos hídricos subterrâneos nos Açores.

Neste contexto, a água subterrânea é um recurso natural de importância estratégica e o seu valor para a sociedade açoriana foi, desde a descoberta e povoamento das ilhas, indiretamente reconhecido pelas múltiplas utilizações deste recurso.

De acordo com a Diretiva-Quadro da Água, a definição do preço da água deve considerar não apenas o princípio de recuperação dos custos dos serviços de utilização da água, mas também as diversas externalidades associadas à utilização do recurso (custos ambientais e de escassez), uma vez que a sua internalização total ou parcial nas taxas e tarifas (preço-sombra do recurso água) conduzem a uma maior racionalidade na utilização dos recursos hídricos (INAG, 2001).

As infraestruturas associadas aos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais são, de um modo geral, de pequena dimensão, apresentando uma implantação dispersa e procurando satisfazer isoladamente as populações e as atividades económicas da Região, não se verificando, aparentemente, um esforço efetivo no sentido da integração/otimização dos sistemas.

Devido a constrangimentos no acesso a sistemas coletivos de drenagem e de tratamento de efluentes, e a elevados custos de investimento associados à construção de estações de tratamento de águas residuais convencionais, economicamente insustentáveis, a implantação de fossas sépticas é, ainda, a opção utilizada para o tratamento de águas residuais domésticas e industriais.

As atividades industriais com sistemas de tratamento individuais são sujeitas a título de utilização de recursos hídricos (TURH) no desenvolvimento do seu processo produtivo.

Unidades Industriais com Sistemas de Tratamento de Efluentes detentoras e TURH

Território	Unidades Industriais com Sistemas de Tratamento de Efluentes detentoras de TURH - 2019						
	Matadouros	Suinicultura	Indústria Lacticinios	Avicultura	Produção Energia	Gestão Resíduos	Produção Rações
São Jorge	1	0	3	0	1	1	0
Pico	1	0	1	0	1	1	0
Faial	0	0	0	0	1	1	0
Flores	1	0	0	0	1	2	0
Corvo	-	-	-	-	1	-	-
Território ADELIAÇOR	3	0	4	0	5	5	0
RAA	7	2	14	4	9	17	4

Fonte: Direção Regional do Ambiente, 2019 – Relatório do Estado do Ambiente dos Açores 2017-2019

Note-se que todas as ilhas dos Açores, à exceção da ilha do Faial, dispõem de um matadouro com sistema de tratamento de águas residuais devidamente licenciado. Todas as centrais elétricas dos Açores possuem sistema de tratamento de águas residuais licenciadas para o efeito.

Desde o ano de 2006, todas as entidades gestoras dos sistemas de abastecimento de água da RAA encontram-se em cumprimento no que respeita à implementação do Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), através da comunicação dos resultados da verificação da qualidade da água para consumo humano obtidos à autoridade competente.

O sector de abastecimento público de água dispõe, na RAA, de infraestruturas que proporcionam um serviço público de abastecimento de água fiável, dando garantias de distribuição em contínuo e com qualidade.

Relativamente a distribuição geográfica na zona de intervenção do cumprimento dos valores paramétricos na RAA, constata-se que, no ano de 2018, o concelho do Corvo foi o que apresentou menor eficiência em termos de cumprimento com os valores paramétricos de qualidade de água para consumo humano, atingindo o valor de 93,14% das análises em cumprimento.

Em contrapartida, o concelho de Santa Cruz das Flores atingiu 100% no cumprimento dos valores paramétricos legalmente impostos.

As causas dos incumprimentos dos valores paramétricos devem-se, essencialmente, a problemas associados aos sistemas de tratamento de água, ao estado de conservação e higienização da rede pública de distribuição e à ausência de zonas de proteção das origens de água.

Todas as lagoas classificadas como massas de água ao abrigo da Diretiva Quadro da Água, à exceção da lagoa do Caldeirão da ilha do Corvo, encontram-se abrangidas por plano especial de ordenamento do território (PEOT). Torna-se, assim, expetável que a médio-longo prazo estas massas de água venham a registar a manutenção e melhoria na qualidade da água.

1.4. Transição Energética e Digital

Energia

Mais de 75 % das emissões de gases com efeito de estufa da UE decorrem da produção e da utilização de energia em todos os setores económicos. Deve ser dada prioridade à eficiência energética. É necessário desenvolver um setor energético largamente baseado em fontes de energia renováveis.

Simultaneamente, o abastecimento energético da UE tem de ser seguro e economicamente acessível para consumidores e empresas. Para que tal aconteça, é fundamental assegurar a integração, a interligação e a digitalização plenas do mercado europeu da energia, respeitando em simultâneo a neutralidade tecnológica.

Em termos da zona de intervenção e no que se refere às fontes de produção de energia constata-se que em 2022 a produção de energia é maioritariamente baseada em fontes não renováveis, nomeadamente o fuel e gasóleo (87%).

Produção de Energia, KWh

Produção de Energia, KWh												
Território	Central de Ondas		Eólica		Fuel		Gasóleo		Hídrica		Micro-fotovoltaica	
	2012	2022	2012	2022	2012	2022	2012	2022	2012	2022	2012	2022
São Jorge	0	0	1 448 790	2 471 638	0	0	28 512 016	27 473 928	0	0	15 398	46 706
Pico	10144	0	4 874 320	4 754 062	40 613 700	44 707 359	2 160	5 539	0	0	5 045	22 324
Faial	0	0	1 625 640	5 310 488	47 274 670	45 737 257	4 165	30 748	52 350	206 261	0	22 324
Flores	0	0	964 760	684 548	0	0	7 329 780	6 323 096	2 980 894	5 076 694	8 387	2 912
Corvo	0	0	0	0	0	0	1 365 200	1 691 999	0	0	0	37 194
Território ADELIAÇOR	10144	0	8 913 510	13 220 736	87 888 370	90 444 616	37 213 321	35 525 310	3 033 244	5 282 955	28 830	131 460

Fonte: SREA

Em 2022 apenas 12,9% da energia produzida na zona de intervenção resultou de fontes renováveis: eólica (9,1%), hídrica (3,7%) e micro-fotovoltaica (0,1%).

Esta tendência é transversal a todas as ilhas do território: em São Jorge e no Pico, a energia produzida a partir de fontes renováveis (eólica e micro-fotovoltaica) corresponde a 8,4% e 9,7%, respetivamente; no Faial 10,8% da energia é produzida a partir de fontes renováveis (eólica, hídrica e micro-fotovoltaica); nas Flores a produção de energia renovável corresponde

a 47,7% (eólica, micro-fotovoltaica e hídrica); e no Corvo situa-se nos 2,2% (micro-fotovoltaica).

Destaque para a Ilha das Flores onde cerca de metade da produção de energia elétrica tem por base fontes renováveis sendo 88,1% de origem hídrica.

Todas as ilhas continuam a recorrer a gasóleo, contudo apenas o Pico e o Faial recorrem em simultâneo a fuel.

Em termos de consumo de energia elétrica constata-se que 42% é realizado pela população nas suas residências, 31% pelo comércio e serviços e 14% pela indústria. Verifica-se, portanto, que as empresas dos setores terciário e secundário são maioritariamente (45%) responsáveis pelo consumo de energia elétrica no território.

Consumo de Energia (KWh) 2022

Território	Consumo de Energia (KWh) 2022					
	Comércio e Serviços	Serviços Públicos	Industriais	Iluminação Pública	Mobilidade elétrica	Domésticos
São Jorge	6 396 138	1 839 804	6 989 086	819 323	54	11 175 790
Pico	13 442 727	3 113 953	5 542 294	1 951 493	1 105	19 348 290
Faial	14 373 229	6 714 234	5 098 039	1 280 147	3 771	18 502 968
Flores	4 369 878	1 283 084	343 168	405 166	35	4 437 262
Corvo	727 303	84 609	21 257	4 392	0	84 609
Território ADELIAÇOR	**39 309 275**	**13 035 684**	**17 993 844**	**4 460 521**	**4 965**	**53 548 919**

Fonte: SREA, 2022

Plano Estratégico da Política Agrícola Comum

Comunicações

Em Portugal o setor das comunicações – postais e eletrónicas - é regulado, supervisionado e representado pela ANACOM.

A transformação digital das zonas rurais permite aproximar a população e inclui-la num ecossistema digital alargado. O acesso à internet liga as zonas rurais ao mundo fomentando a descentralização e o desenvolvimento sustentado. Importa, pois, analisar o acesso local à internet e a consequente inclusão digital a qual determina o uso generalizado de serviços e comércio digitais e a capacitação e alfabetização digital.

Analisando as comunicações por concelho da zona de intervenção, verifica-se que a média do território é superior aos valores regionais no caso do acesso telefónico por 100 habitantes (54%) nos postos telefónicos residenciais (36%) e no acesso à internet de banda larga em local fixo (43%).

Em termos de serviços postais verifica-se que todos os concelhos estão servidos, havendo ilhas em que existe posto de correio em freguesias que distam do centro, fomentando a descentralização e o acesso a serviços básicos. É o caso das ilhas de maior dimensão nomeadamente São Jorge, Pico e Faial.

Na RAA, as estações e postos de correio têm um papel muito relevante nos meios rurais uma vez que disponibilizam uma quantidade de serviços essenciais como sejam: postal, transações financeiras, reembolsos viagens aéreas, pagamento de faturas/serviços/impostos, carregar telemóveis e transportes.

Comunicações por Concelho

Território	Comunicações por Concelho, 2021				
	Acessos telefónicos *	Postos telefonicos residenciais *	Acesso internet banda larga local fixo *	Acesso internet banda larga local fixo nº	Estações e Postos de correio
São Jorge	47,9	35,6	39,5	3 310	3
Pico	49,8	35,4	41,6	5 793	5
Faial	51,2	36,9	43,9	6 287	5
Flores	55,1	37,5	42,3	1 453	2
Corvo	63,8	33,3	48,3	190	1
Território ADELIAÇOR	**53,5**	**35,7**	**43,1**	**17 033**	**16**
R.A.Açores	48,4	35,4	40,1	94 798	25
Portugal	50,5	37,7	41,6	4 311 643	570

Fonte: INE, Inquérito às telecomunicações; ANACOM; *Por 100 habitantes

2. ANÁLISE SWOT E NECESSIDADES

Introdução

Do diagnóstico do território apresentado em conjugação com a informação obtida a partir das reuniões e da consulta escrita promovidas com as forças vivas do território em todas as cinco ilhas que o compõem, permitiram atualizar o conhecimento das suas dinâmicas, pontos fortes e fracos, oportunidades e desafios, identificando assim um leque de necessidades no território em geral e dos setores prioritários e complementares em especial, a atender com a Estratégia de Desenvolvimento Local.

Importa, pois, interpretar esta informação preciosa à luz das lições do projeto **SMART RURAL Areas 21** (Áreas Rurais Inteligentes no Século 21), apoiado pela Comissão Europeia, cujos princípios evocam o propósito de promover e inspirar as comunidades rurais a desenvolver e implementar abordagens e estratégias inteligentes.

A Estratégia a desenhar tem o princípio e o propósito de alcançar múltiplos objetivos de desenvolvimento local, adaptados às necessidades locais e reproduzíveis/transferíveis através de:

- ✓ Abordagem estratégica territorial transversal e em articulação com os atores e as políticas, programas e estratégias com incidência no território;
- ✓ Abordagem local inteligente com soluções face aos desafios específicos e prioritários, em áreas-chave com potencial de crescimento e fator de estímulo à criação de dinâmicas económicas e sociais, nomeadamente:
    - Organização da cadeia alimentar contribuindo para a segurança alimentar;
    - Segurança energética: energias renováveis e eficiência energética;
    - Mobilidade inteligente de pessoas e bens;
    - Inclusão social: garantia de serviços básicos para contrariar o despovoamento e envelhecimento da população;
    - Clima: sustentabilidade ambiental e preservação dos ecossistemas e da biodiversidade.

Através da análise SWOT foi possível diagnosticar as necessidades e definir um conjunto de intervenções coerentes com as necessidades específicas para converter os desafios em vantagens e capitalizar as complementaridades e sinergias.

Através da abordagem participativa e soluções inovadoras potencia-se o desenvolvimento em prol de melhores condições locais:

- ✓ **Tecnologicamente**: plataformas online, IoT – Internet of things, sensores remotos, recolha e tratamento de dados, etc.
- ✓ **Socialmente**: cooperação e parcerias, participação nas tomadas de decisão, coesão e inclusão sociais, reforço de competências locais, etc.
- ✓ **Economicamente**: próprio emprego, maximização e recursos e ativos locais, economia circular, bioeconomia, etc.
- ✓ **Ambientalmente**: baseadas na natureza, cadeias de abastecimento curtas, redução de emissões, redução de resíduos, etc.
- ✓ **Culturalmente**: valorização dos recursos endógenos através de atividades complementares.

2.1. Pontos Fracos

- ✓ Envelhecimento da população ativa e diminuição da população jovem;
- ✓ Inexistência de mercados locais/mercadinhos em todos os concelhos para promover Circuitos de Abastecimento Curtos e a economia circular;
- ✓ Pouca inovação, diferenciação e especialização na transformação, conservação e comercialização de produtos agroalimentares;
- ✓ Insuficiente cobertura de respostas sociais destinadas à infância e terceira idade;
- ✓ Insuficiente cobertura de equipamentos lúdicos infantis promotores de inclusão social e contrariando a dependência infantil de écrans;
- ✓ Reduzida taxa de separação e valorização dos resíduos urbanos e domésticos;
- ✓ Fraca digitalização dos serviços básicos de apoio à população.

2.2. Ameaças

- ✓ Elevada taxa de inflação e especulação no mercado imobiliário dificultam habitação para os residentes;
- ✓ Capacidade financeira limitada das entidades públicas para suportar intervenções de requalificação e modernização de infraestruturas de base;
- ✓ Aumento da pressão turística no território;
- ✓ Utilização excessiva de embalagens plásticas nos agroalimentares dos Açores;
- ✓ Fragilidade dos ecossistemas e da biodiversidade por via das alterações climáticas.

2.3. Pontos Fortes

- ✓ Agentes locais, públicos e privados, intervenientes, interessados e ativos na implementação da transição digital, energética e ambiental;
- ✓ Rede de serviços básicos de proximidade de apoio à população;
- ✓ Tradição e know-how na transformação de produtos agroalimentares, incluindo produtos certificados e de referência nacional;
- ✓ Património natural, histórico e cultural com carater identitário e diferenciador;
- ✓ Existência de centros e infraestruturas de valorização e divulgação da cultura local;
- ✓ Condições favoráveis ao Turismo de Natureza e Histórico-Cultural associado a artesanato certificado e único;
- ✓ Rede de infraestruturas de inclusão social através de respostas sociais e equipamentos lúdicos e de lazer, incluindo balneares;
- ✓ Rede de Áreas Protegidas dos Açores para a proteção da biodiversidade e conservação dos ecossistemas.

2.4. Oportunidades

- ✓ Existência de incentivos comunitários e regionais;
- ✓ Potencial empreendedor de base local;

- ✓ Apetência do mercado nacional para os produtos agroalimentares dos Açores - dieta mediterrânea e potencial enograstronómico dos vinhos dos Açores;
- ✓ Modernização para a descarbonização da indústria agroalimentar e comercialização através de novas tecnologias e adaptação a métodos mais sustentáveis e com melhores condições de trabalho;
- ✓ Existência de capacidade de progressão na cadeia de valor dos produtos agroalimentares, incluindo na valorização de excedentes e resíduos agrícolas e silvícolas;
- ✓ Forte atratividade turística regional, nacional e internacional pelo património natural de elevado valor ambiental;
- ✓ Valorização do turismo sustentável associado à atividade agrícola e ao património cultural e natural (agroturismo, turismo cultural e ambiental, turismo de bem-estar, rotas temáticas);
- ✓ Instituições de ensino profissional com potencial de atração de jovens para atividades económicas associadas à transformação de produtos agroalimentares tradicionais e novos;
- ✓ Refuncionalização do património edificado com fins sociais, económicos, turísticos e culturais;
- ✓ Promoção, sensibilização e literacia sobre formas de adaptação e mitigação das alterações climáticas;
- ✓ Biodiversidade e fontes de energia renováveis como ativos únicos para a produção de energias limpas no âmbito da transição energética;
- ✓ Aplicação de conhecimento científico e I&T na economia local no âmbito da transição digital.

Plano Estratégico da Política Agrícola Comum

2.5. Necessidades

A Estratégia de Desenvolvimento Local da ADELIAÇOR visa ir ao encontro das necessidades com as quais o território se confronta e que cumpre superar para capitalizar as complementaridades e sinergias através de soluções inteligentes para responder aos desafios em contexto local, em termos sociais, económicos, culturais e ambientais.

São 12 as necessidades identificadas (NE) constituindo-se como mandamentos à atuação e implementação da EDL:

NE1 Promoção do conceito Smart Village (comunidade inteligente) no reforço da sustentabilidade dos serviços de base através da transição digital, energética e ambiental;

NE2 Criação de um ambiente favorável à iniciativa empresarial e à criação do próprio emprego através do apoio ao empreendedorismo e à inovação, visando empresas neutras em carbono, sustentáveis e competitivas em linha com a conservação e proteção da biodiversidade;

NE3 Fomento de sistemas alimentares sustentáveis através da valorização das cadeias de abastecimento curtas com baixa pegada ambiental e colaboração entre os produtos locais, gastronomia e o saber fazer tradicional;

NE4 Incentivo à tendência do "ecoturismo", "turismo lento" e "turismo de bem-estar" associados ao "cuidado eco" que promove a saúde física e mental e o bem-estar através do contato com a natureza;

NE5 Aproveitamento turístico do potencial de atratividade externa das Ilhas dos Açores, sobretudo nas atividades terrestres, deve afirmar-se como produto turístico complementar às atividades no mar e às condições naturais favoráveis;

NE6 Diversificação da base económica local através do estímulo ao surgimento de novas ideias, de produtos e serviços inovadores, assentes nos recursos locais e das zonas rurais;

NE7 Contributo das instituições de ensino profissional, de I&D e das incubadoras para um ambiente favorável à inovação e à partilha de conhecimento ancorado nas dinâmicas locais e em prol das comunidades rurais;

NE8 Valorização e promoção das tradições, da memória coletiva, Cultura, Património e História, através do reforço da identidade local e do sentido de pertença das comunidades rurais;

NE9 Incentivo a uma rede de respostas sociais sobretudo de apoio à infância e à terceira idade e equipamentos lúdicos de promoção da inclusão social;

NE10 Conservação e proteção dos ecossistemas, da biodiversidade e literacia sobre os impactos das alterações climáticas e formas de adaptação e mitigação;

NE11 Ordenamento do espaço e reforço da resiliência adaptada às alterações climáticas e assente em soluções verdes e baseadas na natureza de forma a antecipar os efeitos de fenómenos extremos;

NE12 Aposta nas TIC e na IoT, colocando soluções digitais inteligentes e sistemas autónomos ao serviço da comunidade e da internacionalização das empresas e dos negócios da economia verde e permitindo melhorar a sustentabilidade e a circularidade.

Fatores Críticos de Sucesso

- ✓ Existência de um GAL rural com experiência acumulada de 29 anos e um conjunto de projetos apoiados cujo efeito demonstrativo e transferível podem estimular novos projetos inovadores, coletivos e territoriais e facilitar a criação de redes para aumentar a consistência de ações e políticas locais, promovendo sinergias;
- ✓ Complementaridade de intervenções DLBC no território - rural e costeiro - apostando em atuações orientadas para o desenvolvimento harmonioso de um território de baixa densidade e apelando à integração de ações e iniciativas junto de públicos-alvo comuns;
- ✓ Dinamismo e mobilização da parceria de forma a contribuir para a mais eficaz e eficiente distribuição dos recursos, promovendo investimentos de suporte entre os vários atores;
- ✓ Nível de burocracia subjacente ao acesso, gestão e execução dos apoios atribuídos os quais podem comprometer a concretização de projetos;
- ✓ Ambiente económico favorável a investimentos produtivos para a promoção de uma economia verde em setores estabelecidos e emergentes/inovadores.

3. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E OBJETIVOS

Enquadramento

O objetivo central da atuação do GAL ADELIAÇOR, no seu território de atuação é o aumento da qualidade de vida da população e comunidades rurais, em todas as suas dimensões – socioeconómica, cultural e ambiental, em linha com as principais orientações estratégicas de caráter supranacional, nacional e regional.

São vários os instrumentos que constituem o referencial no qual assenta e que fundamenta a Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) da ADELIAÇOR para implementação do PEPAC no seu território de intervenção. Identificam-se os seguintes:

Instrumento	Publicação
Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	https://ods.pt
Journal of Smart Tourism, volume II, nº1, 2022 – Smart Tourism Research Centre	https://koreascience.kr/article/JAKO202210951901143.pdf
Pacto Ecológico Europeu	Comunicação da Comissão COM (2019) 640, de 11 de dezembro
Estratégia de Mobilidade Sustentável e Inteligente	Comunicação da Comissão COM (2020) 789, de 9 dezembro
Estratégia do Prado ao Prato	Comunicação da Comissão COM (2020) 381, de 20 de maio
Guidelines on member states' adaptation strategies and plans – Climate action	https://climate.ec.europa.eu/system/files/2023-07/Guidelines%20on%20MS%20adaptation%20strategies%20and%20plans.pdf
Handbook of Territorial and Local Development Stategies – Joint Research Centre	https://publications.jrc.ec.europa.eu/repository/handle/JRC130788
Estratégia de Biodiversidade da EU para 2020	https://ec.europe.eu/environment/nature/biodiversity/comm2006/2020.htm
Shaping Europe's Digital Future	https://digital-strategy.ec.europa.eu/en
Guia sobre como se tornar uma Aldeia Inteligente – Smart Rural 21	https://www.smartrural21.eu/wpcontent/uploads/Guide_PT.pdf
Estratégia "Cidades Sustentáveis 2020"	Resolução do Conselho de Ministros nº61/2015, de 11 de maio
Estratégia Portugal 2030	https://www.portugal.gov.pt
Plano Estratégico da Política Agrícola Comum 2023-2027 (PEPAC)	https://gpp.pt/indez.php/pepac/pepac-plano-estrategico-da-pac-2023-2027

Programa Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores 20+ (PEPGRA 20+)	Decreto Legislativo Regional nº29/2023/A, de 18 de julho
Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores (PEMTA)	Resolução do Conselho do Governo nº 123/2023 de 9 de agosto
Estratégia de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente para a RAA (RIS3 Açores 2022-2027)	Resolução do Conselho do Governo nº184/2022, de 16 de novembro
Plano de Ação da Sustentabilidade do Destino Turístico Açores (PASDTA)	https://sustainable.azores.gov.pt/wp-content/uploads/2021/09/EC08_01PlanoAca02019-2030_s.pdf
Programa Operacional Açores 2030 (PO Açores 2030)	https://consultalex.gov.pt/ConsultaPublica_Detail.aspx?Consulta_Id=259
Roteiro para a Economia Circular no Setor Agroflorestal RAA	https://portal.azores.gov.pt
Relatório SRIR 2021 – Resíduos Urbanos	https://servicos-sraa.azores.gov.pt/grastore/DSR/SRIR_Relatorio_Sintese_RU_2021.pdf
Plano Municipal de Ação Climática	Câmara Municipal da Horta

Com a adoção da **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável,** pela ONU em setembro de 2015, definiu-se um conjunto de 17 objetivos – os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** e de metas a alcançar até 2030.



Fonte: https://www.idis.org.br

Os 17 ODS abordam três grandes dimensões de desenvolvimento sustentável – social, económico e ambiental – e constituem um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade de forma a promover a paz, a sustentabilidade ambiental, a justiça e a igualdade.

A Agenda 2030 procura erradicar todas as formas de pobreza, combater desigualdades e as alterações climáticas, garantindo que ninguém fica pelo caminho.

A UE em coordenação com os Estados Membros procura apoiar a plena implementação da agenda 2030 das Nações Unidas, crucial para fortalecer a resiliência e preparar o mundo para choques futuros à medida que enfrentamos duas transições: verde e digital.

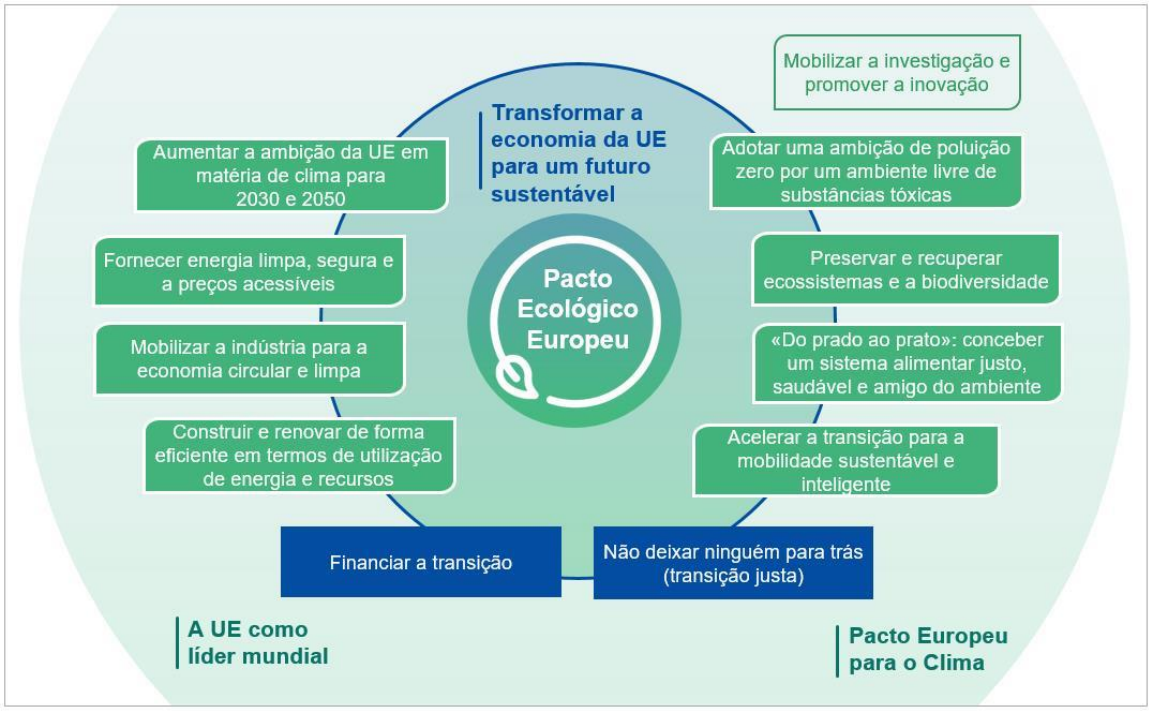
A Comissão Europeia apresentou um programa político para alcançar a sustentabilidade na UE e fora dela e os ODS são uma parte intrínseca das diretrizes políticas, estando no centro da ação interna e externa em todos os setores.

Para atingir os objetivos de sustentabilidade, incluindo os ODS, o financiamento sustentável dos investimentos públicos e privados tem um papel fundamental a desempenhar na concretização dos objetivos do **Pacto Ecológico Europeu** (PEE), bem como dos compromissos da UE em matéria de clima e proteção de biodiversidade.

O PEE redefine o compromisso da UE para enfrentar os desafios climáticos e ambientais, tarefa determinante desta geração.

Trata-se de uma nova estratégia de crescimento que visa transformar a UE numa sociedade equitativa e próspera, dotada de uma economia moderna, eficiente na utilização dos recursos e competitiva, numa trajetória mais sustentável e dissociada da utilização dos recursos, que até 2050 represente zero emissões líquidas de gases com efeito de estufa (GEE).

O PEE pretende igualmente proteger, conservar e reforçar o capital natural e proteger a saúde e o bem-estar dos cidadãos contra riscos e impactos relacionados com o ambiente.



Fonte: https://commission.europa.eu

Para concretizar o Pacto Ecológico Europeu as linhas orientadoras são as seguintes:

- ✓ Aumentar a ambição da UE em matéria de clima;
- ✓ Fornecer energia limpa, segura e a preços acessíveis;
- ✓ Mobilizar a indústria para a economia circular e limpa, incluindo produtos sustentáveis assentes na redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais;
- ✓ Plásticos: reutilizáveis, recicláveis, biodegradáveis – não à utilização única;
- ✓ Construir e renovar de forma eficiente em termos de utilização de energia e recursos;
- ✓ Gestão sustentável, eficiente e eficaz de serviços e infraestruturas básicas;
- ✓ Acelerar a transição para a mobilidade sustentável e inteligente;
- ✓ "Do prado ao prato": conceber um sistema alimentar justo, saudável e amigo do ambiente;
- ✓ Preservar e recuperar ecossistemas e a biodiversidade;
- ✓ Caminhar para o financiamento e o investimento ecológico;
- ✓ Mobilizar a investigação e promover a inovação;
- ✓ Apoiar a educação e a formação;
- ✓ Um juramento ecológico: Não prejudicar ("No harm").

Por sua vez a **Estratégia do Prado ao Prato** (EPP) está no centro do Pacto Ecológico Europeu. Trata de forma abrangente os desafios dos sistemas alimentares sustentáveis e reconhece as ligações indissociáveis entre pessoas, comunidades e um planeta saudável.

A EPP é também essencial para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. Todos os cidadãos e operadores das cadeias de valor devem beneficiar de uma transição justa especialmente no pós COVID-19 e da recessão económica.

A transição para um sistema alimentar sustentável trás benefícios para o ambiente, a saúde e a sociedade, proporciona ganhos económicos e assegura um caminho de sustentabilidade.

A pandemia demonstrou a importância de um sistema alimentar sólido e resiliente que funcione em todas as circunstâncias e seja capaz de garantir um abastecimento suficiente de alimentos a preços acessíveis. Demonstrou ainda as inter-relações entre a saúde, os ecossistemas, as cadeias de abastecimento, os padrões de consumo e os limites do planeta.

Os consumidores estão cada vez mais atentos às questões ambientais, de saúde, sociais e éticas. Querem alimentos frescos, menos transformados e obtidos de forma sustentável através de cadeias de abastecimento mais curtas.

Todos os intervenientes na cadeia alimentar devem considerar estes requisitos como sua responsabilidade e uma oportunidade económica para os agricultores, indústrias agroalimentares e serviços de restauração.

A produção, a transformação, a comercialização, o embalamento e o transporte dos alimentos contribuem de forma significativa para a poluição do ar, do solo e da água e para as emissões de GEE e têm impacto negativo na biodiversidade.

É, pois, necessário construir uma cadeia alimentar que beneficia os consumidores, os produtores, o ambiente e a biodiversidade, liderando uma transição para a sustentabilidade competitiva do prado ao prato, explorando novas oportunidades. Isto significa garantir uma cadeia alimentar com impacto ambiental neutro ou positivo; segurança alimentar, nutrição e a saúde pública com acesso a alimentos suficientes, nutritivos e sustentáveis; e alimentos mais sustentáveis sejam também mais acessíveis em termos de preços.



Fonte: https://commission.europa.eu

As linhas orientadoras para alcançar os objetivos da EPP são:

- ✓ Assegurar uma produção alimentar sustentável, baseada na economia circular;
- ✓ Garantir a segurança alimentar;
- ✓ Estimular práticas sustentáveis de transformação alimentar, de comércio grossista e a retalho, de hotelaria e de serviços de restauração e similares;
- ✓ Promover o consumo sustentável de alimentos e facilitar a transição para regimes alimentares saudáveis e sustentáveis;
- ✓ Reduzir as perdas e o desperdício alimentares;
- ✓ Lutar contra a fraude alimentar ao longo da cadeia de abastecimento alimentar;
- ✓ Investigação, inovação, tecnologia e investimentos;
- ✓ Serviços de aconselhamento, partilha de dados e de conhecimentos e competências.

O enfoque na **Economia Circular** assume particular relevância no território, disperso e insular, onde a escassez de recursos obriga a encontrar soluções para reduzir as necessidades de matérias primas e energia, bem como estender no tempo a sua circulação.



Fonte: https://recicla.pt

Para o desenvolvimento e consolidação de um modelo de desenvolvimento sustentável, o **Roteiro para a Economia Circular no Setor Agroflorestal na RAA** articula-se em torno de objetivos gerais e políticas que: estimulem a gestão estratégica e eficiente dos recursos naturais; minimizem as ameaças; promovam a inovação e a competitividade nos vários setores de atividade; incentivem a investigação científica e o desenvolvimento tecnológico; e fomentem a participação e a sensibilização dos diversos atores.

Estamos a viver um momento em que se configura uma reorientação de investimentos para tecnologias e empresas mais sustentáveis, com o objetivo de assegurar de forma prioritária, a neutralidade climática da Europa até 2050.

A relação entre as empresas e o mercado mudou, de um modelo tradicional de oferta, procura, risco e oportunidade para um novo modelo onde a Sustentabilidade desempenha um papel fundamental.

As empresas são agora avaliadas por considerações económicas, mas também pelo seu desempenho em termos de Sustentabilidade, visto que este tem efeito sobre o risco. Empresas

que não consideram o impacto de fatores de Sustentabilidade, como: Direitos Humanos; Governação Corporativa; Descarbonização; Digitalização; Ética Global; Diversidade ou a Gestão da cadeia de Fornecedores no desempenho dos negócios representam um risco não só para os investidores, mas também para os negócios.

Do ponto de vista dos investidores, estes são chamados de fatores **ESG**. Surgiram porque consumidores, parceiros e investidores esperam mais das empresas. Esperam investimentos sustentáveis, que as empresas moldem o mercado para o desenvolvimento sustentável.

O crescimento da integração de temas ESG nos processos de tomada de decisão de investimento conduz à necessidade de finanças sustentáveis. A União Europeia refere que "*O financiamento sustentável se refere ao processo de levar em consideração questões ambientais, sociais e de governação (ESG) ao serem tomadas decisões de investimento no setor financeiro, conduzindo a investimentos de longo prazo em atividades e projetos economicamente sustentáveis*".

Atualmente os consumidores exigem produtos e serviços mais sustentáveis usando as suas decisões de compra como uma mensagem às empresas sobre as suas prioridades em termos dos impactos produzidos no ambiente e na comunidade em que se inserem e a conduta de lideranças e chefias.

O Estado desempenha um papel ativo na condução do mercado através da criação de incentivos, sanções e regulamentos. O acesso a fundos de apoio e instrumentos de financiamento deve ser ponderado em função do comportamento ambiental, social e de governação dos beneficiários.

As empresas precisam de começar a escrutinar o desempenho não financeiro das suas cadeias de fornecimento para decidirem sobre as suas aquisições às empresas fornecedoras.

ESG corresponde aos domínios avaliados no desempenho não financeiro de uma empresa para determinar o seu nível de compromisso para com a sustentabilidade (Report Não Financeiro).

Esta avaliação é feita a partir de instrumentos que medem o desempenho da empresa em cada um dos domínios ESG e que é reportado no seu Relatório de Sustentabilidade.

Fatores Críticos a considerar em cada domínio **ESG**:

* **Ambiente**: trata-se de mitigar os impactos negativos da atividade da empresa sobre o ambiente tais como:
    - Controlar, reduzir ou eliminar os GEE (gases com efeito estufa);
    - Melhorar a eficiência hídrica e energética, reduzindo o consumo de água e de eletricidade;
    - Controlar, reduzir ou eliminar o desperdício de recursos naturais, racionalizando o seu uso e preservando a biodiversidade;
    - Controlar e tratar os resíduos resultantes da sua atividade, praticando a reciclagem e a reutilização ou eliminando riscos ambientais.

* **Social**: trata-se do desempenho socialmente responsável da empresa ao promover o bem-estar dos trabalhadores através de:
    - Melhorar as condições e as relações de trabalho;
    - Promover a inclusão e a diversidade, eliminando da sua conduta práticas discriminatórias ou preconceituosas;
    - Apoiar a sua comunidade envolvendo-se em iniciativas locais de apoio a pessoas e grupos vulneráveis;
    - Reduzir ou eliminar impactos socialmente negativos a partir da sua cadeia produtiva, tais como trabalho não digno ou desrespeito a trabalhadores.

* **Governação**: trata-se de adotar comportamentos e condutas de liderança e de gestão a todos os níveis da empresa e que:
    - Preservem a ética e a integridade na atuação da empresa;
    - Demonstrem transparência e combate à corrupção;

- Facilitem a igualdade de género, a diversidade e inclusão, fomentando o respeito por todos;
- Estimulem a relação com todas as partes da empresa.

A sustentabilidade não pode ser uma escolha, mas antes um dever de todos: cuidar do planeta, promover a justiça social e valorizar a boa governação.

O investimento público e privado deve, pois, orientar-se para a transição para uma economia sustentável e circular, neutra em carbono, resiliente, eficiente em termos de recursos e justa.

3.1. Objetivos, Viabilidade da Estratégia e Coerência com as Necessidades

Tendo presente as estratégias, políticas e pactos emanados pela UE e as 12 necessidades detetadas (NE), a atuação da ADELIAÇOR deve ser coesa e concertada porque apesar da sua coerência global, o território apresenta especificidades em cada uma das ilhas que o compõem. A coesão é fundamental para que se atinja o objetivo central numa lógica integrada de proximidade e subsidiariedade.

Pretende-se assim desenvolver e apoiar iniciativas e projetos de caráter inovador e diferenciador, que tirem partido do território no seu conjunto, de forma articulada e que fomentem as suas caraterísticas intrínsecas, únicas e diferenciadoras, como motor de desenvolvimento económico e do mercado de trabalho, da coesão social e da transição energética e digital com o objetivo final de colmatar as necessidades identificadas.

O apoio a atividades complementares à atividade agrícola, terá uma importância decisiva na ação do GAL ADELIAÇOR, privilegiando os apoios às microempresas e valorizando:

- ✓ a economia circular através da criação e modernização de empresas e negócios em setores de atividade associados às especificidades locais, que ofereçam bens e serviços necessários à população e turistas, que contribuam para a circularidade, descarbonização e criação de valor acrescentado de base local, com reforço das cadeias de abastecimento curtas;
- ✓ a criação e fixação de emprego;
- ✓ a gestão sustentável de serviços e infraestruturas básicas;

- ✓ a preservação do ambiente e da biodiversidade – conceito "no harm";
- ✓ a transição energética através de práticas sustentáveis que permitam reduzir a pegada ambiental;
- ✓ a transição digital.

No âmbito dos apoios destinados à promoção da inclusão social será privilegiado o apoio a respostas sociais que apresentem lacunas na oferta de serviços e respetivas infraestruturas e equipamentos.

Importa ainda apostar na gestão sustentável de infraestruturas e serviços básicos, lúdicos e de lazer; a valorização do património cultural e ambiental nas suas várias vertentes; a diferenciação e inovação da oferta; e a sustentabilidade ambiental, incluindo o reforço da proteção e conservação dos ecossistemas e da biodiversidade através da sensibilização, literacia e infraestruturas verdes.

A formulação da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) do GAL ADELIAÇOR resulta da caracterização da situação atual e tendências evolutivas do território em que se insere, nas vertentes económica, social e ambiental, particularmente quanto aos sectores que são, mais marcadamente, objeto da intervenção do DLBC Rural – agroindústria, comércio, turismo, respostas sociais, serviços básicos, ordenamento do território, ambiente, património cultural e edificado, inovação.

Com o contributo da análise SWOT, foram identificadas as 12 principais necessidades (NE) do território, fio condutor de toda a Estratégia de Desenvolvimento Local proposta e corresponde na prática ao cenário que se pretende alcançar, a médio prazo, através de Objetivos Estratégicos (OE), os quais deverão encaminhar recursos para as áreas chave identificadas, na prossecução dos resultados esperados.

A EDL procura traduzir o posicionamento do GAL ADELIAÇOR, perante as especificidades do seu território e as ameaças e oportunidades com que este se depara visando:

"Comunidade Inteligente – Sustentável, Circular e Resiliente"

- Considerando a existência de massa crítica – identidade e recursos específicos da fileira agroalimentar, em combinação com os principais ativos do território – respostas sociais; serviços básicos; património natural, cultural e edificado; turismo; restauração e gastronomia; inovação.
- Considerando o elevado potencial abrangente do setor agroalimentar e turístico, ao nível do desenvolvimento económico e para a criação de emprego e riqueza;
- Considerando o posicionamento dos Açores em geral e do território em particular, na área da produção agroalimentar de qualidade e serviços turísticos de excelência;
- Considerando o potencial de diferenciação face ao exterior.

A Estratégia de Desenvolvimento Local da ADELIAÇOR para implementação do PEPAC no seu território e face às necessidades identificadas definiu **7 Objetivos Estratégicos (OE)** e respetivos **Objetivos Específicos:**

OE1. Fomentar o emprego e a economia circular a partir da utilização inovadora dos recursos:

OE1.1. Promover a criação e modernização de microempresas que desenvolvam atividades relacionadas com os recursos e os produtos do mundo rural, o património e a cultura local.

OE1.2. Potenciar a mudança estrutural das indústrias e dos serviços numa aposta de especialização inteligente.

OE1.3. Apoiar a inovação através da circularidade, descarbonização, sustentabilidade e digitalização.

Pretende-se traduzir a necessidade de criação de condições para a dinamização da economia circular de base local, assente sobretudo nas micro e pequenas empresas nos sectores da agroindústria e turismo e na melhoria da sua capacidade de criar valor, obtendo uma maior eficiência na utilização dos recursos e valorizando os produtos e identidade do território, contribuindo assim para o crescimento económico, a descarbonização, a sustentabilidade,

para a manutenção e criação de emprego e para a fixação de população em idade ativa nas comunidades rurais.

Importa reforçar a competitividade da agroindústria e turismo, através da rentabilização dos recursos financeiros e materiais disponíveis, incluindo a promoção da segurança alimentar e energética (eficiência energética, energias alternativas).

Visa ainda o aumento do valor dos agroalimentares, através da diferenciação pelas especificidades dos produtos como fator competitivo e a aposta na transformação e conservação para garantir matéria-prima, produtividade e a rentabilidade dos negócios – em novos produtos, prontos a comer, garantindo a qualidade do produto e embalagens sustentáveis adequadas aos mercados alvo.

A promoção da circularidade, sustentabilidade, diversificação e inovação, no conteúdo e forma, através de novas técnicas de processamento e embalagens apelativas e reduzida pegada ambiental, bem como a adaptação às novas tendências atuais, com a introdução de técnicas de design, comunicação e marketing, para melhorar o acesso aos mercados e seduzir clientes.

A valorização do território rural e dos produtos locais de qualidade e identitários e afirmação da marca "Açores".

OE2. Apostar na sustentabilidade e segurança alimentar:

OE2.1. Valorizar os produtos locais e a cadeia de valor.

OE2.2 Fomentar sistemas alimentares sustentáveis através de cadeias de abastecimento curtas e comercialização com baixa pegada ambiental.

OE2.3. Potenciar a colaboração entre os produtos locais, gastronomia e saber fazer tradicional, enquanto fator distintivo.

Visa a valorização dos produtos locais agroalimentares, através da certificação, com a rastreabilidade ao longo da cadeia e controlo de qualidade, bem como o desenvolvimento de produtos alternativos.

Atende ainda à valorização dos produtos locais e dos vinhos dos Açores através da Enogastronomia, enaltecendo a harmonização perfeita que se verifica entre os produtos e os vinhos certificados do Pico.

A diversificação das atividades económicas passa por novas áreas de negócio, incluindo a valorização dos mercados municipais e circuitos de abastecimento curtos. Aposta na valorização da qualidade, diversidade e especificidade dos produtos do território, indo ao encontro da tendência para a preocupação com a sustentabilidade e segurança alimentar, junto da sociedade civil.

OE3. Valorizar o património natural e cultural e proteger a biodiversidade:

OE3.1. Valorizar e promover as tradições, a memória coletiva, cultura e história.

OE3.2. Requalificar e refuncionalizar o património.

OE3.3. Conservar e proteger a biodiversidade.

OE3.4. Fomentar a literacia para a sustentabilidade, circularidade e transições energética e digital.

Prioriza a valorização da identidade do território, do património de elevado valor ambiental e do espólio, material e imaterial, ligados à ruralidade, promovendo a criação de valor.

Pretende-se demonstrar a importância da preservação e divulgação do património natural, histórico, cultural e edificado, do território, como gerador de oportunidades de fomento económico e criação de emprego a nível local.

Importa por isso a valorização do património natural, histórico, cultural e edificado, com fins culturais. Disponibilizar, novas formas de encontrar, conhecer e viver a diversidade de testemunhos da História do território e o modo como teve um papel decisivo para a ocorrência dos factos.

Existe uma imensidão de histórias para contar e aventuras para viver, relacionadas com o património material e imaterial local.

Importa mencionar o interesse turístico do património edificado existente no território de atuação, enquanto elementos que permitem dar a conhecer a História, a Cultura e as atividades socioeconómicas desenvolvidas.

Promover e sensibilizar para a sustentabilidade dos recursos naturais, procurando sempre o equilíbrio, entre a Natureza e a rentabilidade das atividades e serviços.

Fomentar a sensibilização ambiental - 4R's, energias renováveis, circularidade, descarbonização e uso eficiente de recursos, com o objetivo de promover práticas ambientais adequadas e sustentáveis por parte das atividades económicas e serviços básicos e das comunidades rurais, através de ações de sensibilização e consciencialização para a literacia e as boas práticas ambientais, como também dotando as diversas entidades intervenientes de condições para a sua implementação, nomeadamente quanto à promoção da utilização de energias renováveis e eficiência energética e da melhoria das condições de redução, reutilização e recolha seletiva de resíduos.

A reconversão e refuncionalização de património edificado, tem como objetivo reutilizar e dar novos usos em detrimento das construções novas, e com recurso a equipamentos e infraestruturas verdes. A recuperação deste património tem relevância económica, social e cultural, gerando emprego e riqueza e criando novos ativos para o território, destinados à população local e aos visitantes, numa ótica de passar testemunho da História. Assim, tira-se proveito do charme, do imaginário, da autenticidade dos locais, para contar as estórias, onde a História se fez. São infinitas, as experiências genuínas e únicas que estes espaços poderão proporcionar.

Plano Estratégico da Política Agrícola Comum

OE4. Promover o ordenamento do espaço e reforçar a resiliência do território, incluindo a segurança energética:

OE4.1. Requalificar o espaço rural com recurso a soluções baseadas na natureza, verdes e sustentáveis.

OE4.2. Desenvolver infraestruturas verdes que preservem a biodiversidade, os ecossistemas e as paisagens.

OE4.3. Construir e renovar de forma eficiente em termos de energia e recursos.

Visa contribuir para ordenamento do espaço rural e reforço da resiliência do território adaptada às alterações climáticas e assente em soluções naturais e baseadas na natureza de forma a antecipar os efeitos de fenómenos extremos.

Privilegiar materiais e equipamentos verdes e construções eficientes, bem como energias renováveis e eficiência energética.

Zonas lúdicas e de lazer aliadas a outras infraestruturas relacionadas com atividades económicas, respostas sociais e cultura têm elevado potencial de sinergias com os restantes objetivos estratégicos.

OE5. Promover o turismo sustentável, a saúde e o bem-estar:

OE5.1. Incentivar o ecoturismo;

OE5.2. Promover o turismo associado à saúde física e mental e o bem-estar associados à natureza e atividades relacionadas com o mundo rural.

OE5.3. Promover atividades terrestres enquanto produto turístico associado às tradições e às especificidades locais.

Contribuir para o aumento dos rendimentos das microempresas com atividades complementares e intersectoriais no setor turístico e com recurso à crescente tendência do turismo digital através da adoção de tecnologias que permitem a migração do turismo tradicional para o turismo inteligente e a evolução dos recursos turísticos para recursos turísticos inteligentes.

O turismo inteligente recorre à tecnologia para encontrar soluções através da união entre conhecimento, dados e informação para implementar novas formas de gestão de fluxos turísticos, melhorar a oferta integrada de serviços, adotar novos modelos de marketing e

promoção e novos negócios colaborativos baseados em serviços "*cloud*" e "*open data*" – dados disponibilizados de forma livre e gratuita.

Em termos da procura e oferta de produtos e serviços turísticos, o turismo inteligente significa rapidez, conveniência e preço acessível para os clientes e significa eficiência, eficácia, produtividade, sustentabilidade e criatividade para as empresas, através de redes e cooperação de partilha de dados e informação, entre si ou com demais entidades, públicas e privadas, com o objetivo de alcançar metas comuns de valor acrescentado.

Contextualizando todas as dimensões do turismo inteligente, demonstra-se que estão em coerência com a presente EDL e o conceito de Comunidade Inteligente:

Capital Humano | Colaboração | Tecnologia | Sustentabilidade | Experiência | Acessibilidade | Gestão do Conhecimento | Inovação | Marketing | Serviços Personalizados | Transparência | Segurança | Governança | Mobilidade

No âmbito do Turismo Cultural e Gastronómico, as unidades de transformação da indústria agroalimentar, apresentam potencial turístico enquanto experiência autêntica associada à identidade e herança local. Na prática consiste numa oportunidade única de participar numa experiência genuína, criando condições simples de visita, provas e ponto de vendas, garantindo regras de higiene e segurança. Pode ser um complemento ao rendimento da atividade e contribui para dignificar o trabalho manual e artesanal que assiste às produções artesanais de qualidade.

Importa contribuir para a valorização das comunidades rurais e a sua identidade, enquanto produto turístico, através da oferta integrada – terra e mar - de bens e serviços.

Sensibilizar para a perspetiva da unidade de transformação de produtos agrícolas – património industrial - enquanto ponto de visita de locais e visitantes, mediante: visitas de reconhecimento da cadeia de valor, desde a matéria-prima produzida localmente, às técnicas artesanais de laboração, o embalamento e a comercialização, para cada tipo de mercado; passando pela prova dos produtos, com ou sem harmonização de outros produtos de

qualidade do território, nomeadamente o pão, o vinho; e venda dos produtos em prova, com o reconhecimento dos visitantes pela visita.

O apoio à diversificação da oferta turística e atração do território, passa também pela cultura local, em termos de alojamento e animação turística. Deve promover a reorientação de ativos através da diversificação de profissões – animação terrestre, agroturismo, etc - procurando novas formas de rendimento.

OE6. Estimular a inovação e o conhecimento e digitalizar as comunidades rurais:

OE6.1. Promover o conceito Smart Village (Comunidade Inteligente).

OE6.2. Apostar nas TIC e na IoT (Internet of Things) para desenvolver soluções digitais inteligentes ao serviço da comunidade e das empresas.

OE6.3. Contribuir para a sustentabilidade e circularidade dos negócios.

OE6.4. Potenciar a inovação e partilha de conhecimento ancorado nas dinâmicas locais.

Aposta na promoção do conceito de comunidade inteligente no reforço da sustentabilidade dos serviços de base através da transição digital, energética e ambiental.

Pretende-se traduzir uma preocupação constante com a aposta no conhecimento, inovação, capacitação e diferenciação, enquanto instrumentos de valor e que deverá ser transversal a todas as intervenções.

Passa pela investigação e conhecimento como contributo e base para o reforço de medidas de gestão adicionais de conservação dos ecossistemas, adaptação aos impactos das alterações climáticas, promovendo a sustentabilidade – Conhecer para Gerir Melhor.

Visa a promoção de um contexto de suporte à investigação, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação ao serviço do desenvolvimento local com o contributo fundamental da ciência e investigação para adaptar o esforço económico aos recursos disponíveis.

Deve garantir parcerias estratégicas para sensibilização dos atores locais, com o desenvolvimento de trabalho concertado, entre os parceiros, no sentido de disseminar informação atualizada de interesse para a comunidade.

Promoção de novos produtos, serviços e conhecimentos especializados, como critério diferenciador das ações a realizar, privilegiando aquelas que refletem uma maior especialização inteligente, inovação e diferenciação da oferta de bens e serviços face à realidade atual.

OE7. Promover a inclusão social e serviços básicos sustentáveis:

OE7.1. Proporcionar uma rede de respostas sociais abrangente e equipamentos lúdicos de promoção da inclusão social.

OE7.2. Incentivar a gestão sustentável de infraestruturas e serviços básicos.

Promoção da inclusão social garantindo respostas sociais com infraestruturas e equipamentos capazes de dar resposta às necessidades dos respetivos grupos-alvo de forma a contrariar o despovoamento e envelhecimento da população e dar suporte ao incentivo à natalidade e aos cuidadores.

Abordagem inteligente com soluções sustentáveis face à segurança energética, mobilidade de pessoas e bens, redução da pegada ambiental.

De forma resumida, os Objetivos Estratégicos e Específicos pretendem colmatar as

Necessidades identificadas conforme expresso no quadro seguinte:

CONTRIBUTO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E ESPECÍFICOS PARA AS NECESSIDADES DO TERRITÓRIO		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	**OBJETIVOS ESPECÍFICOS**	**NECESSIDADES**
OE1. Fomentar o emprego e a economia circular a partir da utilização inovadora dos recursos	**OE1.1.** Promover a criação e modernização de microempresas que desenvolvam atividades relacionadas com os recursos e os produtos do mundo rural, o património e a cultura local **OE1.2.** Potenciar a mudança estrutural das indústrias e dos serviços numa aposta de especialização inteligente **OE1.3.** Apoiar a inovação através da circularidade, descarbonização, sustentabilidade e digitalização	**NE1** Promoção do conceito Smart Village **NE2** Criação de um ambiente favorável à iniciativa empresarial e à criação do próprio emprego **NE6** Diversificação da base económica local **NE12** Aposta nas TIC e na IoT
OE2. Apostar na sustentabilidade e segurança alimentar	**OE2.1.** Valorizar os produtos locais e a cadeia de valor **OE2.2** Fomentar sistemas alimentares sustentáveis através de cadeias de abastecimento curtas e comercialização com baixa pegada ambiental **OE2.3.** Potenciar a colaboração entre os produtos locais, gastronomia e saber fazer tradicional, enquanto fator distintivo	**NE1** Promoção do conceito Smart Village **NE3** Fomento de sistemas alimentares sustentáveis
OE3. Valorizar o património natural e cultural e proteger a biodiversidade	**OE3.1.** Valorizar e promover as tradições, a memória coletiva, cultura e história **OE3.2.** Requalificar e refuncionalizar o património **OE3.3.** Conservar e proteger a biodiversidade **OE3.4.** Fomentar a literacia para a sustentabilidade, circularidade e transições energética e digital	**NE1** Promoção do conceito Smart Village **NE8** Valorização e promoção das tradições, da memória coletiva, Cultura, Património e História **NE10** Conservação e proteção dos ecossistemas, da biodiversidade e literacia **NE11** Ordenamento do espaço e reforço da resiliência adaptada às alterações climáticas
OE4. Promover o ordenamento do espaço e reforçar a resiliência do território, incluindo a segurança energética	**OE4.1.** Requalificar o espaço rural com recurso a soluções baseadas na natureza, verdes e sustentáveis **OE4.2.** Desenvolver infraestruturas verdes que preservem a biodiversidade, os ecossistemas e as paisagens **OE4.3.** Construir e renovar de forma eficiente em termos de energia e recursos	**NE1** Promoção do conceito Smart Village **NE11** Ordenamento do espaço e reforço da resiliência adaptada às alterações climáticas **NE12** Aposta nas TIC e na IoT
OE5. Promover o turismo sustentável, a saúde e o bem-estar	**OE5.1.** Incentivar o ecoturismo **OE5.2.** Promover o turismo associado à saúde física e mental e o bem-estar associados à natureza e atividades relacionadas com o mundo rural **OE5.3.** Promover atividades terrestres enquanto produto turístico associado às tradições e às especificidades locais	**NE1** Promoção do conceito Smart Village **NE2** Criação de um ambiente favorável à iniciativa empresarial e à criação do próprio emprego **NE4** Incentivo à tendência do "ecoturismo", "turismo lento" e "turismo de bem-estar" **NE5** Aproveitamento turístico do potencial de atratividade externa das Ilhas dos Açores **NE6** Diversificação da base económica local **NE12** Aposta nas TIC e na IoT

OE6. Estimular a inovação e o conhecimento e digitalizar as comunidades rurais	**OE6.1.** Promover o conceito Smart Village (Comunidade Inteligente) **OE6.2.** Apostar nas TIC e na IoT (Internet of Things) para desenvolver soluções digitais inteligentes ao serviço da comunidade e das empresas **OE6.3.** Contribuir para a sustentabilidade e circularidade dos negócios **OE6.4.** Potenciar a inovação e partilha de conhecimento ancorado nas dinâmicas locais	**NE1** Promoção do conceito Smart Village **NE7** Contributo das instituições de ensino profissional, de I&D e das incubadoras para um ambiente favorável à inovação e à partilha de conhecimento **NE12** Aposta nas TIC e na IoT
OE7. Promover a inclusão social e serviços básicos sustentáveis	**OE7.1.** Proporcionar uma rede de respostas sociais abrangente e equipamentos lúdicos de promoção da inclusão social **OE7.2.** Incentivar a gestão sustentável de infraestruturas e serviços básicos	**NE1** Promoção do conceito Smart Village **NE9** Incentivo a uma rede de respostas sociais **NE12** Aposta nas TIC e na IoT

3.2. Relação dos Objetivos Estratégicos da EDL e o PEPAC Açores

A prioridade transversal à PAC e vertida no PEPAC de Portugal 2023-2027, na parte referente à RAA concentra-se em "*Modernizar as áreas agrícolas e rurais através da promoção e partilha de conhecimentos, inovação e digitalização na agricultura e nas zonas rurais e através do incentivo à sua utilização pelos agricultores, em virtude da melhoria do acesso à investigação, à inovação, ao intercâmbio de conhecimentos e formação*".

Os Objetivos Estratégicos da EDL da ADELIAÇOR estão em consonância com os objetivos específicos do PEPAC e do LEADER.

As tabelas que se seguem devem ser complementadas com o Anexo II Plano de ação EDL – Objetivos.

CONTRIBUTO DA EDL ADELIAÇOR PARA A CONCRETIZAÇÃO DOS OBJETIVOS PEPAC				
Objetivos Estratégicos EDL ADELIAÇOR	OBJETIVOS PEPAC			
	OE2 Aumentar a competitividade, com maior incidência na investigação, tecnologia e digitalização	OE7 Atrair a apoiar os jovens agricultores para o desenvolvimento sustentável das empresas rurais	OE8 Promover o emprego, crescimento, igualdade de género, inclusão social, incluindo a bioeconomia circular	OE9 Melhorar a segurança alimentar e a saúde, redução dos resíduos
OE1. Fomentar o emprego e a economia circular a partir da utilização inovadora dos recursos	++	+++	+++	+++
OE2.Apostar na sustentabilidade e segurança alimentar	++	++	++	+++
OE3.Valorizar o património natural e cultural e proteger a biodiversidade	+	+	+	++
OE4. Promover o ordenamento do espaço e reforçar a resiliência do território, incluindo a segurança energética	++	++	++	++
OE5.Promover o turismo sustentável, a saúde e o bem-estar	++	++	+++	++
OE6.Estimular a inovação e o conhecimento e digitalizar as comunidades rurais	+++	++	++	++
OE7. Promover a inclusão social e serviços básicos sustentáveis	++	+	+++	+

Legenda: + contributo moderado; ++ contributo forte; +++ contributo muito forte

3.3. Relação dos Objetivos Estratégicos da EDL com os desafios do LEADER

CONTRIBUTO DA EDL ADELIAÇOR PARA A CONCRETIZAÇÃO DOS DESAFIOS DO LEADER				
Objetivos Estratégicos EDL ADELIAÇOR	DESAFIOS DO LEADER			
	Diversificação de atividades e valorização dos recursos endógenos	Promoção do emprego e do crescimento socioeconómico das zonas rurais da RAA	Promoção dos setores conexos ao setor agrícola e silvícola, tais como o turismo e as indústrias culturais e criativas	Transição digital do meio rural
OE1. Fomentar o emprego e a economia circular a partir da utilização inovadora dos recursos	+++	+++	+++	++
OE2.Apostar na sustentabilidade e segurança alimentar	++	+++	+++	+
OE3.Valorizar o património natural e cultural e proteger a biodiversidade	+++	+	++	+
OE4. Promover o ordenamento do espaço e reforçar a resiliência do território, incluindo a segurança energética	++	++	+	+
OE5.Promover o turismo sustentável, a saúde e o bem-estar	+++	+++	+++	+
OE6.Estimular a inovação e o conhecimento e digitalizar as comunidades rurais	++	++	++	+++
OE7. Promover a inclusão social e serviços básicos sustentáveis	++	+++	+	+

Legenda: + contributo moderado; ++ contributo forte; +++ contributo muito forte

3.4. Coerência e complementaridades com outras políticas e/ou ações locais, regionais, nacionais e europeias.

A implementação da EDL, pressupõe a sua coerência e complementaridade com os outros instrumentos de política, presentes no mesmo território e que sobre ele atuam.

Conforme descrito de forma pormenorizada e demonstrado no Ponto 2. Análise SWOT e Necessidades - Introdução e no Ponto 3. EDL e Objetivos – Enquadramento, do presente documento, a EDL apresenta-se coerente e complementar com as seguintes políticas supranacionais:

Objetivos Estratégicos EDL ADELIAÇOR	COMPLEMENTARIDADE DA EDL ADELIAÇOR COM AS POLÍTICAS EUROPEIAS				
	POLÍTICAS EUROPEIAS				
	Smart Rural Areas 21	Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável – 17 ODS	Pacto Ecológico Europeu	Estratégia do Prado ao Prato	Roteiro para a Economia Circular na RAA
OE1. Fomentar o emprego e a economia circular a partir da utilização inovadora dos recursos	+++	+++	+++	+++	+++
OE2.Apostar na sustentabilidade e segurança alimentar	+++	+++	+++	+++	+++
OE3.Valorizar o património natural e cultural e proteger a biodiversidade	+++	+++	+++	++	++
OE4. Promover o ordenamento do espaço e reforçar a resiliência do território, incluindo a segurança energética	+++	+++	+++	+	+
OE5.Promover o turismo sustentável, a saúde e o bem-estar	+++	++	++	+	+
OE6.Estimular a inovação e o conhecimento e digitalizar as comunidades rurais	+++	+++	+++	+++	+++
OE7. Promover a inclusão social e serviços básicos sustentáveis	+++	+++	+++	++	+

Legenda: + contributo moderado; ++ contributo forte; +++ contributo muito forte

No que respeita ao **PO Açores 2030**, é o Programa Operacional que, na RAA, determinará a execução das verbas do FEDER e do FSE no período 2021-2027.

CONTRIBUTO DA EDL ADELIAÇOR PARA OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PO AÇORES 2030			
Objetivos Estratégicos EDL ADELIAÇOR	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PO AÇORES 2030		
	OE1 Europa + Inteligente: OP1 Promover o desenvolvimento económico, a investigação, a inovação e a digitalização	OE2 Europa + Verde: OP2 Promover a sustentabilidade ambiental e OP3 Desenvolver a mobilidade	OE4 Europa + Social: OP4 Promover estratégias para a coesão social
OE1. Fomentar o emprego e a economia circular a partir da utilização inovadora dos recursos	+++	++	++
OE2.Apostar na sustentabilidade e segurança alimentar	+	++	+
OE3.Valorizar o património natural e cultural e proteger a biodiversidade	+	+++	+
OE4. Promover o ordenamento do espaço e reforçar a resiliência do território, incluindo a segurança energética	+	+++	+
OE5.Promover o turismo sustentável, a saúde e o bem-estar	+++	++	++
OE6.Estimular a inovação e o conhecimento e digitalizar as comunidades rurais	+++	++	+
OE7. Promover a inclusão social e serviços básicos sustentáveis	+	++	+++

Legenda: + contributo moderado; ++ contributo forte; +++ contributo muito forte

Foram definidos cinco princípios relativos à orientação estratégica regional para o período:

- Promover o desenvolvimento económico, a competitividade, atração de investimento externo, a criação e emprego qualificado e a fixação de populações no território através da especialização inteligente, da investigação e da inovação;

- Desenvolver estratégias para a coesão social, aumentando os níveis de escolaridade e formação profissional, diminuindo os níveis de abandono escolar, o acesso universal a cuidados de saúde, à proteção social e o acesso à cultura;
- Desenvolver a mobilidade, enquanto pilar da competitividade e coesão económica e social contribuindo para integração nas redes internacionais e para projeção dos Açores no mundo;

- Promover a sustentabilidade ambiental, a resiliência às alterações climáticas, a prevenção de riscos, a produção energética a partir de fontes endógenas e sustentáveis e a proteção dos ecossistemas em articulação com o desenvolvimento da economia do setor primário;

- Promover a digitalização e a proximidade da administração pública nas suas interações com os cidadãos e as empresas, através da desmaterialização e da desburocratização.

Tendo em conta estas prioridades e a sua implementação em todo o território da RAA, é indiscutível a sua complementaridade com os instrumentos a utilizar pelo GAL ADELIAÇOR na sua atividade no âmbito do PEPAC.

23.27
pepac
Plano Estratégico da
Política Agrícola Comum

Por sua vez e no que diz respeito à **Estratégia RIS3 Açores** o quadro infra demonstra o contributo, moderado a muito forte, da EDL PEPAC para os objetivos estratégicos definidos, com especial incidência para a Agricultura e Agroindústria; Gestão do Território, valorização dos recursos e promoção da economia circular; Transformação digital e economia; Turismo e património; e Promoção da qualidade de vida e resposta aos desafios sociais.

CONTRIBUTO DA EDL ADELIAÇOR PARA A CONCRETIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DA ESTRATÉGIA RIS3 AÇORES 2022-2027						
Objetivos Estratégicos EDL ADELIAÇOR	OBJETIVOS DA ESTRATÉGIA RIS3 AÇORES 2022-2027					
	Agricultura e Agroindústria	Turismo e Património	Gestão do Território, valorização dos recursos e promoção da economia circular	Proteção do ambiente e ação climática	Transformação digital e economia	Promoção da qualidade de vida e resposta aos desafios sociais
OE1. Fomentar o emprego e a economia circular a partir da utilização inovadora dos recursos	+++	+++	+++	+	++	++
OE2.Apostar na sustentabilidade e segurança alimentar	+++	+	+++	++	+	+
OE3.Valorizar o património natural e cultural e proteger a biodiversidade	+	++	++	+++	+	+
OE4. Promover o ordenamento do espaço e reforçar a resiliência do território, incluindo a segurança energética	+	++	++	+++	+	+
OE5.Promover o turismo sustentável, a saúde e o bem-estar	+	+++	+++	+	+	++
OE6.Estimular a inovação e o conhecimento e digitalizar as comunidades rurais	++	++	++	++	+++	+
OE7. Promover a inclusão social e serviços básicos sustentáveis	+	+	++	++	+	+++

Legenda: + contributo moderado; ++ contributo forte; +++ contributo muito forte

Do conjunto de instrumentos de apoio existentes, destaca-se o **DLBC MAR2030** da parceria ADELIAÇOR MAR, cuja entidade gestora é a ADELIAÇOR. Os Objetivos Estratégicos definidos pelo GAL ADELIAÇOR MAR para a sua EDL, são essencialmente coerentes com as vertentes fundamentais da lógica de intervenção da EDL PEPAC, já que também este, assenta numa filosofia de DLBC à qual todos os Objetivos Estratégicos da EDL se dirigem.

O MAR2030 DLBC, gerido pela ADELIAÇOR MAR neste território de atuação, disponibiliza para ser gerido através da abordagem LEADER, o seguinte conjunto de Intervenções:

Pontos de venda de promoção das Cadeias de Abastecimento Curtas de baixa pegada ambiental e em prol da sustentabilidade energética e segurança alimentar.
Ações de formação e qualificação dos jovens utilizadores do mar.
Desenvolvimento de soluções digitais inteligentes (I&DT e IoT) ao serviço dos utilizadores do mar.
Ações de promoção dos produtos locais da pesca, gastronomia e saber fazer e apoio à valorização e promoção das tradições marítimas e memória coletiva.
Requalificação e refuncionalização do património edificado marítimo e costeiro.
Ações de conservação e proteção da biodiversidade marinha e de promoção da literacia do oceano.
Requalificação sustentável do espaço marítimo e apoio a infraestruturas verdes de preservação da paisagem costeira.
Diversificação de atividades associadas aos recursos do mar, património e cultura marítima visando valorizar os produtos da pesca e da cadeia de valor, através da especialização inteligente na indústria e serviços da economia do mar.
Inovação a bordo e em terra para a descarbonização e sustentabilidade energética.
Incentivo ao ecoturismo, turismo associado à saúde física e mental e ao bem-estar relacionados com o mar e a água.
Apoio a atividades náuticas associadas às tradições marítimas e especificidades locais.

Em termos operacionais, não se verifica qualquer sobreposição entre as Intervenções propostas no âmbito da EDL ADELIAÇOR MAR e as medidas e ações do PEPAC abrangidas pela abordagem LEADER, uma vez que se pretende proceder à distinção clara, com critérios

de demarcação, de projetos de carácter inovador destinados à fileira das pescas, essencialmente através dos CAE elegíveis, no que se refere ao PO MAR2030.

O efetivo contributo do DLBC para os objetivos e prioridades do PEPAC dependerá não só da implementação das respetivas intervenções no território, mas também da efetiva capacidade de articulação entre os Programas e as suas diversas estruturas e da clara definição e demarcação de elegibilidades.

No âmbito da Estratégia de Desenvolvimento Local apresentada importa referir que, para além da identidade territorial que a ruralidade confere ao território de atuação do GAL ADELIAÇOR, este constitui-se como recurso de especialização inteligente, pelas mais diversas razões:

* A sua articulação com a atividade agrícola e indústria agroalimentar.
* O relevante contributo para o setor turístico.
* A estreita interdependência com o equilíbrio ambiental e com a ecoeficiência do território e da Região.
* O potencial de desenvolvimento, com a incorporação de conhecimento e inovação.

Estão identificados um conjunto significativo e diverso de áreas com elevado potencial de especialização, em coerência com as orientações estratégicas europeias, nacionais e regionais, e que devidamente articuladas, com os restantes instrumentos setoriais e políticas incidentes no território, possibilitarão a criação de emprego e de riqueza associados ao mundo rural.

3.5. Impacto Esperado da Estratégia e Indicadores

Indicadores

Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Objetivo 2029
Superfície coberta pelo GAL	km²	1.019,58 Km²
População abrangida pelo GAL	%	100

Indicadores por Intervenção
E.16.1 Implementação das Estratégias de Desenvolvimento Local

Código de Intervenção	Indicadores									
	Projetos Apoiados (Nº)		Promotores de Projetos (Nº)		Despesa Pública (€)				Emprego criado (Nº)	Emprego mantido ou consolidado (Nº)
	Produtivos	Não Produtivos	Públicos	Privados	Produtivos	Não Produtivos	Públicos	Privados		
Eixo 1 Empregabilidade e Competitividade	**16**	**0**	**0**	**16**	**1.370.000,00**	**0,00**	**0,00**	**1.370.000,00**	**15**	**0**
16.1.1. Prémio à instalação de empresas rurais	5	0	0	5	90.000,00	0,00	0,00	90.000,00	5	0
16.1.2. Apoio à criação e/ou desenvolvimento de empresas em meio rural	11	0	0	11	1.280.000,00	0,00	0,00	1.280.000,00	10	0
Eixo 2 Serviços básicos de apoio à população	**0**	**14**	**11**	**3**	**0,00**	**576.000,00**	**460.000,00**	**116.000,00**	**0**	**0**
16.1.3. Gestão sustentável de infraestruturas e serviços de base	0	12	11	1	0,00	476.000,00	460.000,00	16.000,00	0	0
16.1.4. Apoio à criação ou modernização de respostas sociais para a inclusão social	0	2	0	2	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0	0
Eixo 3 Património Cultural, Ambiente e Sustentabilidade	**0**	**20**	**11**	**9**	**0,00**	**794.953,80**	**582.000,00**	**212.953,35**		
16.1.5. Preservação, valorização e/ou dinamização do património	0	8	3	5	0,00	294.000,00	110.000,00	184.000,00	0	0
16.1.6. Transição para uma sociedade verde	0	12	8	4	0,00	500.953,80	472.000,00	28.953,35	0	0
TOTAL	**16**	**34**	**22**	**28**	**1.370.000,00**	**1.370.953,80**	**1.042.000,00**	**1.698.953,35**	**15**	**0**

Considerando o plano financeiro e os limites de apoio por projeto para cada intervenção, as metas indicadas para os indicadores respetivos resultam da seguinte previsão de resultados:

16.1.1. Prémio à instalação de empresas rurais

Prevê-se apoiar 5 projetos produtivos de empresas e a criação de 1 posto de trabalho por projeto.

Prevê-se aprovar 2 projetos em 2024 e 3 projetos em 2025.

16.1.2. Apoio à criação e/ou desenvolvimento de empresas em meio rural

Prevê-se apoiar 11 projetos produtivos de empresas e a criação de 10 postos de trabalho.

Prevê-se aprovar 1 projeto em 2024, 5 projetos em 2025 e 5 projetos em 2026.

16.1.3. Gestão sustentável de infraestruturas e serviços de base

Prevê-se apoiar 12 projetos não produtivos, dos quais 11 de beneficiários públicos e 1 de beneficiário privado.

Prevê-se aprovar 2 projetos em 2024, 6 projetos em 2025 e 4 projetos em 2026.

16.1.4. Apoio à criação ou modernização de respostas sociais para a inclusão social

Prevê-se apoiar 2 projetos não produtivos, de IPSS.

Prevê-se aprovar os 2 projetos em 2025.

16.1.5. Preservação, valorização e/ou dinamização do património

Prevê-se aprovar 8 projetos não produtivos, dos quais 3 de beneficiários públicos e 5 de beneficiários privados.

Prevê-se aprovar 1 projeto em 2024, 5 projetos em 2025 e 2 projetos em 2026.

16.1.6. Transição para uma sociedade verde

Prevê-se aprovar 12 projetos não produtivos, dos quais 8 de beneficiários públicos e 4 de beneficiários privados.

Prevê-se aprovar 7 projetos em 2024, 2 projetos em 2025 e 3 projetos em 2026.

Indicadores
E.16.2 Atividades de Cooperação entre Grupos de Ação Local
E 16.3 Gestão, Acompanhamento, Avaliação e Animação de Grupos de Ação Local

Código de Intervenção	Indicadores Resultado				
	Projetos Cooperação (Nº)	Grupos envolvidos em projetos de cooperação (Nº)	Ações de Animação (Nº)	Ações Formação Interna (Nº)	Despesa Pública (€)
16.2. Atividades de Cooperação entre Grupos de Ação Local	1	4	Não aplicável	Não aplicável	189.524,22
16.3. Gestão, Acompanhamento, Avaliação e Animação de Grupos de Ação Local	Não aplicável	Não aplicável	4	4	685.238,00

Indicadores de Resultado Gerais

Código	Descrição	Nº Projetos			Despesa Pública Total (Euros)			Despesa Total (Euros)		
		Total	Promotor Público	Promotor Privado	Total	Promotor Público	Promotor Privado	Total	Promotor Público	Promotor Privado
R.15	Energia renovável[1]	36	11	25	1.960.953,35	562.000,00	1.398.953,35	2.640.000,00	690.000,00	2.256.000,00
R.37	Novos Empregos	15	0	15	1.370.000,00	0,00	1.370.000,00	1.950.000,00	0,00	1.950.000,00
R.38	% População abrangida por EDL	100%								
R.39	Empresas[2]	20	0	20	1.398.953,35	0,00	1.398.953,35	2.006.000,00	0,00	2.006.000,00
R.40	Transição Inteligente[3]	43	17	26	2.496.953,35	862.000,00	1.634.953,35	3.526.953,35	1.030.000,00	2.276.000,00
R.41	Conexão da Europa rural[4]	50	22	28	2.740.953,35	1.042.000,00	1.698.953,35	3.566.000,00	1.210.000,00	2.356.000,00
R.42	Promoção da Inclusão Social[5]	50	22	28	2.740.953,35	1.042.000,00	1.698.953,35	3.566.000,00	1.210.000,00	2.356.000,00

[1] Consideram-se todos os projetos a apoiar que se prevê possam incluir despesa com energias renováveis, no todo ou em parte, desde que seja indispensável fonte de energia.
[2] Consideram-se todos os projetos produtivos e não produtivos cujos beneficiários são empresas.
[3] Consideram-se todos os projetos que contribuem para a transição inteligente no todo ou em parte da despesa.
[4] Considera-se que o universo total de projetos a aprovar com a EDL contribuem para a conexão da Europa rural no todo ou em parte da despesa.
[5] Considera-se que o universo total de projetos a aprovar com a EDL contribuem para a promoção da inclusão social no todo ou em parte.

Por favor consultar o Anexo III Plano de Ação – Indicadores para informação detalhada por intervenção.

3.6. Impacto dos Objetivos Estratégicos na Promoção do Emprego, Crescimento, Inclusão Social e Desenvolvimento Local nas Zonas Rurais

Objetivos Estratégicos EDL ADELIAÇOR	IMPACTO OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA EDL DA ADELIAÇOR NA PROMOÇÃO DO EMPREGO, CRESCIMENTO, INCLUSÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL			
	Promoção do Emprego	Crescimento	Inclusão Social	Desenvolvimento Local
OE1. Fomentar o emprego e a economia circular a partir da utilização inovadora dos recursos	+++	+++	++	+++
OE2.Apostar na sustentabilidade e segurança alimentar	++	++	+	+++
OE3.Valorizar o património natural e cultural e proteger a biodiversidade	+	++	+	+++
OE4. Promover o ordenamento do espaço e reforçar a resiliência do território, incluindo a segurança energética	+	++	+	+++
OE5.Promover o turismo sustentável, a saúde e o bem-estar	+++	+++	++	+++
OE6.Estimular a inovação e o conhecimento e digitalizar as comunidades rurais	++	++	+	+++
OE7. Promover a inclusão social e serviços básicos sustentáveis	+	++	+++	+++

Legenda: + contributo moderado; ++ contributo forte; +++ contributo muito forte

Política Agrícola Comum

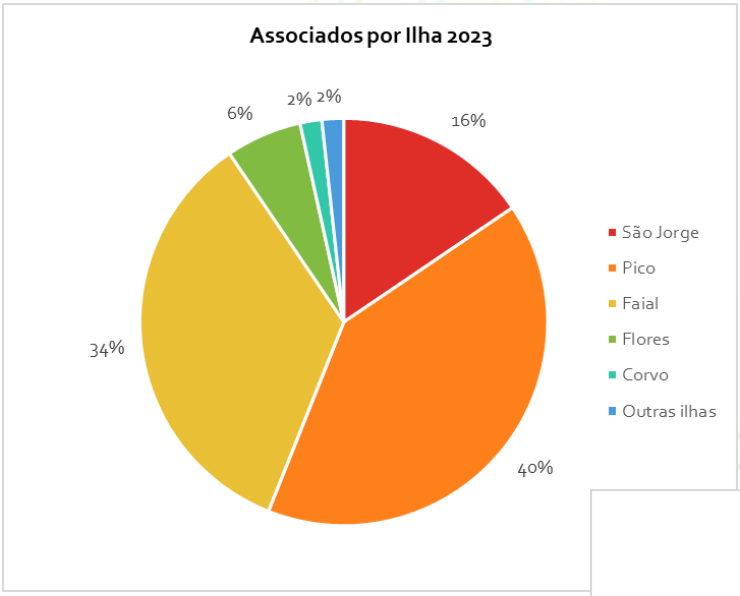
4. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO E DINAMIZAÇÃO

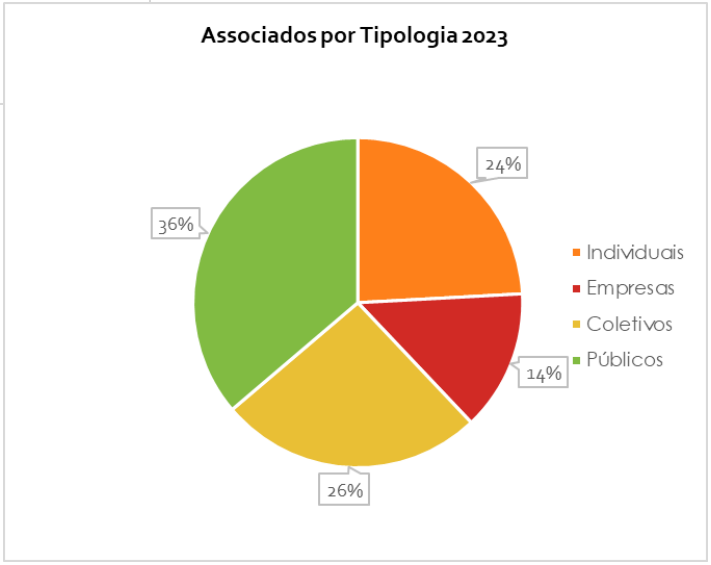
4.1. Envolvimento de entidades parceiras na conceção e preparação da EDL

O envolvimento com os parceiros e com a comunidade constitui-se como um fator determinante para garantir a execução da EDL proposta. De facto, são os agentes destas comunidades, sob a forma individual ou coletiva, quem irá beneficiar e executar o conjunto de ações, iniciativas e investimentos que se enquadram no âmbito desta estratégia.

Na conceção e definição da EDL que se propõe no presente documento, o GAL ADELIAÇOR teve assim em conta a participação de entidades relevantes, públicas e privadas, que atuam no seu território de intervenção.

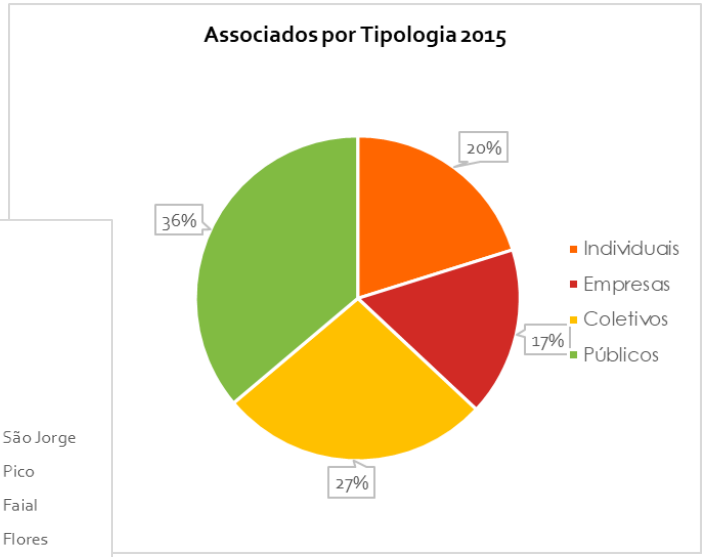
O GAL ADELIAÇOR e os seus parceiros coincidem com o conjunto de 116 associados da Associação, maioritariamente privado (64%) e distribuídos da seguinte forma por ilha e tipologia:

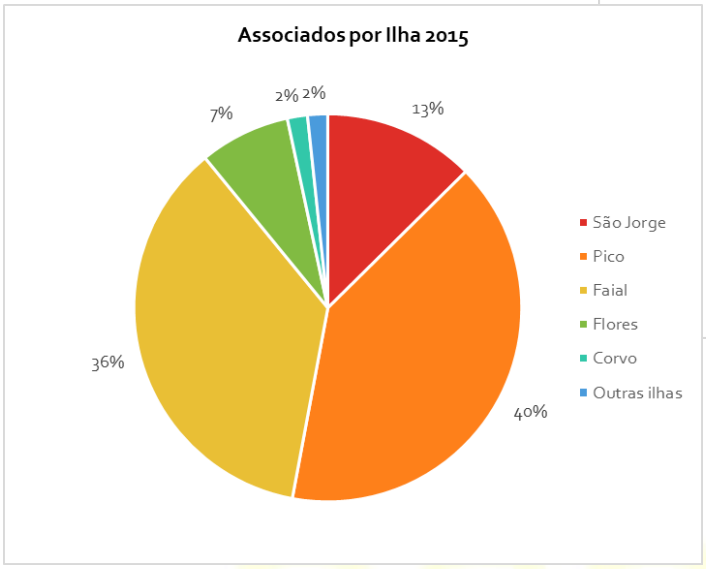




Fonte: ADELIAÇOR

Relativamente à estrutura da parceria em 2015 aquando da anterior EDL PRORURAL+ verifica-se que houve, entretanto, um decréscimo do número de parceiros: 119 para 116.

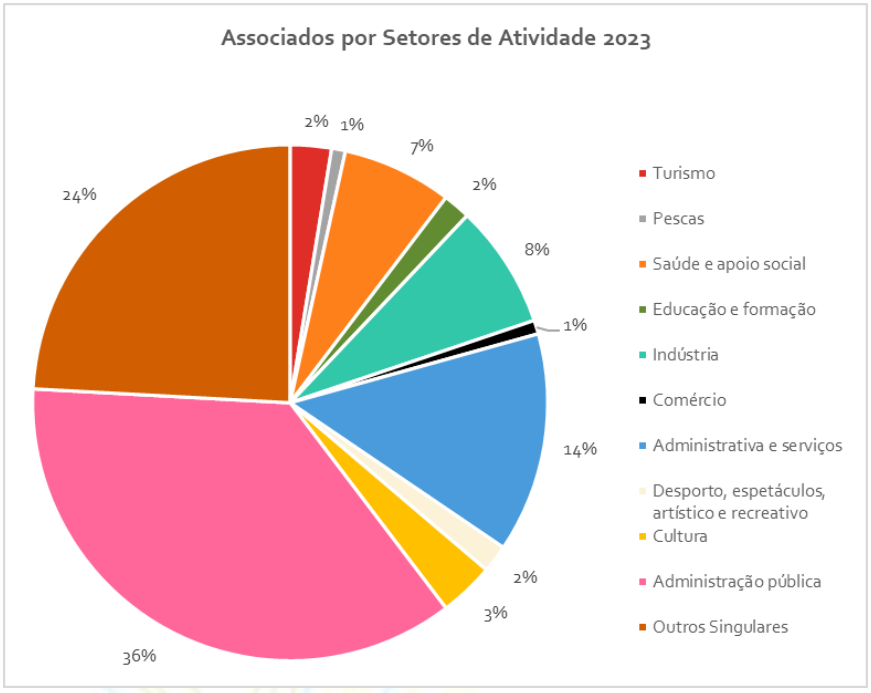




Fonte: ADELIAÇOR

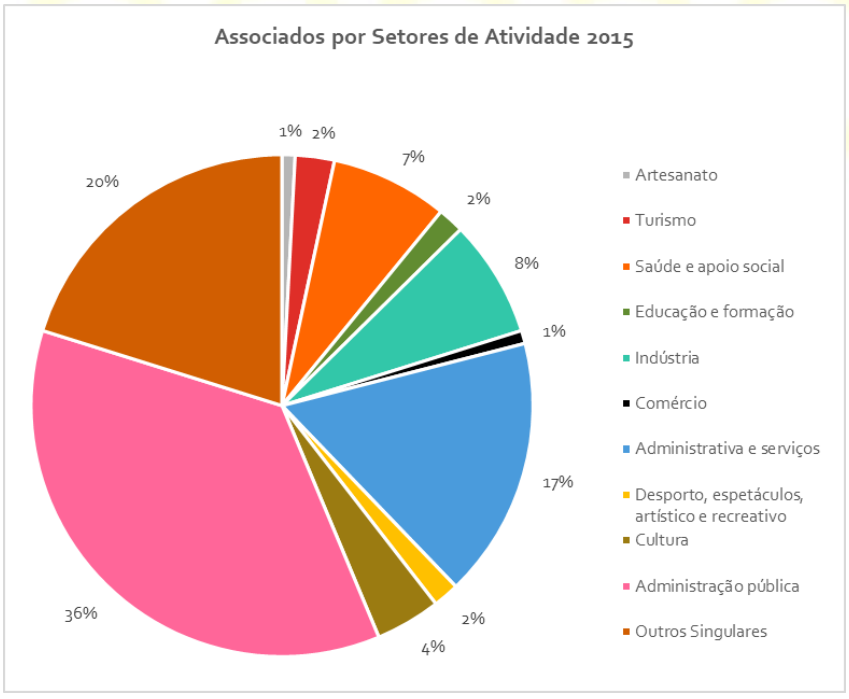
Verifica-se em termos de tipologia de associados entre 2015-2023 que houve aumento de sócios singulares (mesmo quando são empresários uma vez que a quota anual é significativamente inferior, ou seja, €15,00 singulares e € 60,00 coletivos/empresas) e diminuição de empresas e entidades coletivas.

Verificam-se **9 setores de atividade** representados em 2023: Serviços (associações/cooperativas produtores/comerciantes, restauração, consultoria) - 14%; Indústria Agroalimentar - 8%; Apoio Social - 7%; Cultura - 3%; Turismo - 2%; Formação - 2%; Recreativo - 2%; Pescas - 1%; e Comércio - 1%.



Fonte: ADELIAÇOR

No que diz respeito aos setores existiam em 2015 a representatividade de 9 setores, sendo que o Artesanato foi substituído pelas Pescas. Este último setor é muito importante apesar da EDL ser rural porque tratando-se de território insular, o mar é indissociável do mundo rural.



Fonte: ADELIAÇOR

4.2. Descrição da metodologia e resultados da participação dos cidadãos e outros agentes socioeconómicos do território na conceção e elaboração da EDL

Para preparação da EDL e recolha de contributos a ADELIAÇOR optou por dois métodos: presencial através de reuniões por ilha e digital via questionário Google Forms remetido por email aos parceiros.

As reuniões realizadas foram as seguintes por ordem cronológica:

✓ Em 27 de junho de 2023, reunião com o Município das Lajes do Pico, Freguesia da Piedade, Freguesia da Ribeirinha, Freguesia da Madalena e Freguesia de São Caetano para auscultação das necessidades de investimento público em termos de infraestruturas e serviços básicos, transição energética, verde e digital.

✓ Em 28 de junho de 2023, reunião com o Município de São Roque do Pico e Freguesia de Santo António para auscultação das necessidades de investimento público em termos de infraestruturas e serviços básicos, transição energética, verde e digital.

✓ Em 29 de junho de 2023, reunião com o Município de Velas e Freguesia dos Rosais, para auscultação das necessidades de investimento público em termos de infraestruturas e serviços básicos, transição energética, verde e digital.

✓ Em 30 de junho de 2023, reunião com o Município da Calheta, Freguesia da Calheta, Freguesia de Santo Antão e Freguesia de Norte Pequeno para auscultação das necessidades de investimento público em termos de infraestruturas e serviços básicos, transição energética, verde e digital.

✓ Em 03 de julho de 2023, reunião com o Município de Santa Cruz das Flores, para auscultação das necessidades de investimento público em termos de infraestruturas e serviços básicos, transição energética, verde e digital.

✓ Em 04 de julho de 2023, reunião com o Município das Lajes das Flores, Freguesia da Fazenda e Freguesia da Fajãzinha, para auscultação das necessidades de investimento

público em termos de infraestruturas e serviços básicos, transição energética, verde e digital.

✓ Em 05 de julho de 2023, reunião com o Município do Corvo, para auscultação das necessidades de investimento público em termos de infraestruturas e serviços básicos, transição energética, verde e digital.

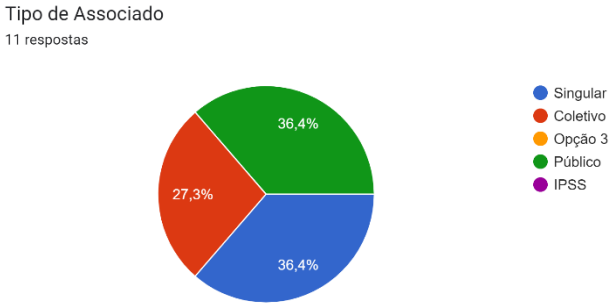
✓ Em 10 de julho de 2023, reunião com o Município da Horta e Freguesia dos Cedros, para auscultação das necessidades de investimento público em termos de infraestruturas e serviços básicos, transição energética, verde e digital.

✓ Em 20 de julho de 2023, reunião com a Associação de Agricultores da Ilha do Faial, Associação de Agricultores da Ilha do Pico, Associação Comercial e Industrial do Pico e Valor Positivo.

Indo ao encontro da transição digital e do incentivo ao uso das tecnologias ao dispor dos cidadãos, considerando as limitações de tempo e recursos do GAL, da parceria e de todos os atores envolvidos, tendo presente o efeito demonstrativo e transferível característico do LEADER;

Considerando o potencial das ferramentas digitais de participação que permitem o envolvimento dos cidadãos no processo de desenvolvimento estratégico de uma Comunidade Inteligente - Smart Village;

O GAL ADELIAÇOR optou pela participação digital da parceria alargada através de uma ferramenta digital – Questionário Google Forms, intitulado **Recolha Contributos para a EDL PEPAC,** remetido por email no dia 13.07.2023 aos associados da ADELIAÇOR solicitando o seu preenchimento e contributos para a definição da EDL, tendo sido rececionadas 11 respostas.



Associados	Público	Privado
Freguesia das Angústias	√	
Freguesia de Santo Amaro	√	
Freguesia de Santa Luzia	√	
Freguesia da Candelária	√	
Freguesia da Piedade	√	
José Maia (turismo)		√
Urbhorta - EMM	√	
Miguel Sequeira – Make it Happen (turismo)		√
Adega A Buraca (indústria vitivinícola)		√
APEDA (serviços/pesca)		√
Luis Filipe Botelho (turismo)		√

Verifica-se que a taxa de resposta de contributos dos parceiros – via presencial e digital - foi de **30%** do universo, sendo que destes 74% são entidades públicas e 26% são entidades privadas.

Relativamente às questões colocadas as mesmas foram estruturadas de forma a dar conhecimento à parceria sobre as novas tendências de desenvolvimento local sustentável face aos ODS, incluindo o PEE e a EPP – economia circular, transição energética e digital, preservação da biodiversidade, descarbonização – e auscultar sobre e a atuação perante os objetivos do PEPAC, as respetivas intervenções de enquadramento de projetos do DLBC e o envelope financeiro disponível para o território.

Quanto às respostas obtidas no questionário **Recolha Contributos para a EDL PEPAC** as mesmas demonstram preocupação e dão contributos importantes em linha com as temáticas centrais:

1. **Conhece ou já apresentou candidaturas nos anteriores programas geridos pela ADELIAÇOR (LEADER II, LEADER+, PRORURAL, PRORURAL+)?**

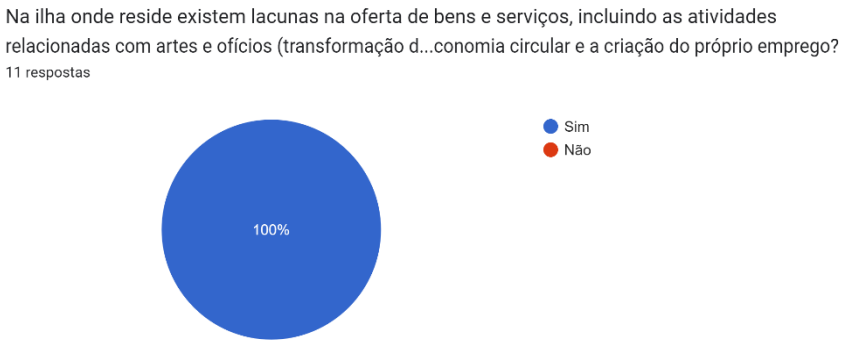
Todas as pessoas que responderam revelaram conhecer a ADELIAÇOR e o programa em vigor.

2. **A Estratégia do Prado ao Prato defende a necessidade de adotar uma economia circular: aproveitamento, redução do desperdício alimentar, alimentação saudável, consumo dos produtos locais e sazonais. Identifique as necessidades da sua freguesia/concelho sobre este tema e possíveis soluções para os desafios.**

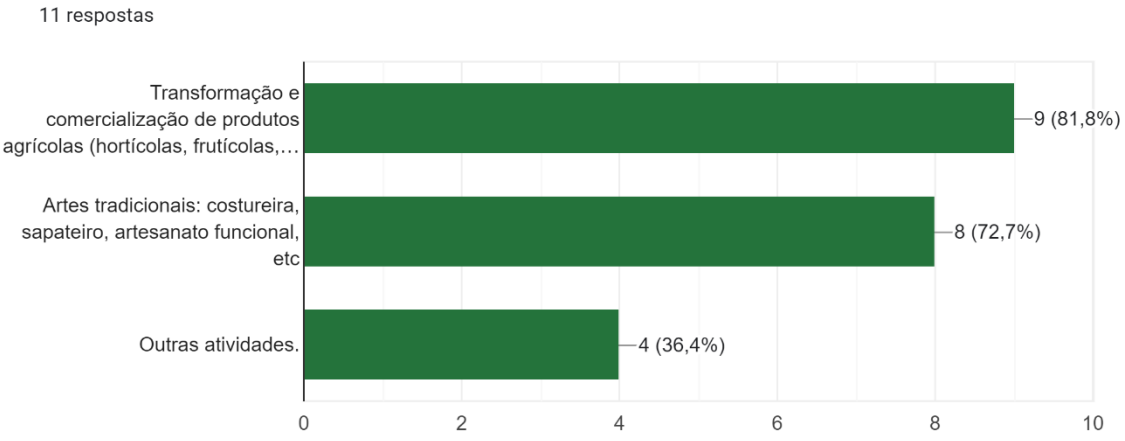
As respostas obtidas revelam que:

* a economia circular ainda é um desafio por atingir muito devido à escala do território/ilha;
* as estratégias e incentivos comunitários são essenciais para tornar mais atrativa a implementação de PMEs nestas áreas;
* necessidade de campanhas se sensibilização para evitar o desperdício alimentar, alimentação saudável e consumo dos produtos locais e sazonais; aproveitamento com valorização dos resíduos orgânicos urbanos e agrícolas;
* falta locais de venda certificada de produtos exclusivamente locais;
* preços competitivos para os produtos locais;
* rede de angariação e distribuição de produtos perecíveis a famílias carenciadas;
* criação de hortas comunitárias bem infraestruturadas;
* necessidade de apoiar não apenas os agricultores, mas sobretudo os residentes sem atividade agrícola oficial, no sentido de os dotar de informação e formação, que os habilite a ter uma atividade complementar que promova a política europeia e a estratégia do prado ao prato.

3. **Na ilha onde reside existem lacunas na oferta de bens e serviços, incluindo as atividades relacionadas com artes e ofícios (transformação de produtos agrícolas, costureira, sapateiro, etc). A criação de novas empresas para colmatar estas lacunas pode contribuir para a economia circular e a criação do próprio emprego?**



4. Identifique quais as atividades económicas cujas empresas deviam ser apoiadas para incentivar a sua criação.



Política Agrícola Comum

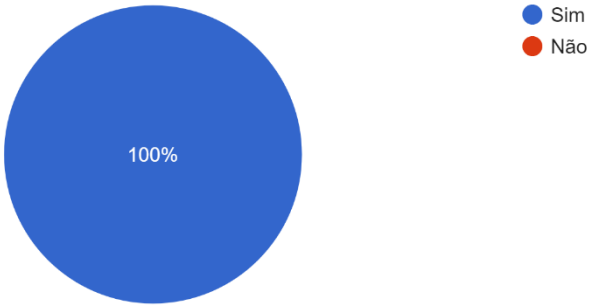
5. **Se identificou outras atividades económicas a apoiar descreva quais.**

A transformação de resíduos em matéria-prima e a área de alojamento turístico/restauração/campismo, não enquadráveis noutros sistemas de apoio local, regional ou nacional.

No que diz respeito à segunda sugestão aqui elencada sobre as tipologias de alojamento turística, na presente data e no âmbito dos Avisos disponíveis nesta data do Construir +, são enquadráveis investimentos para as áreas identificadas.

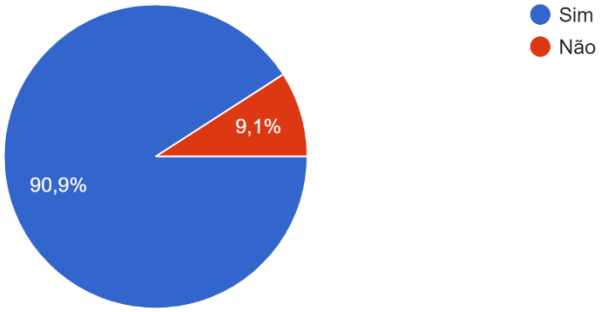
6. Concorda com a atribuição de um prémio monetário inicial para novas microempresas destinado a apoiar a criação do próprio emprego e a tesouraria, nas atividades económicas que identificou acima?

11 respostas



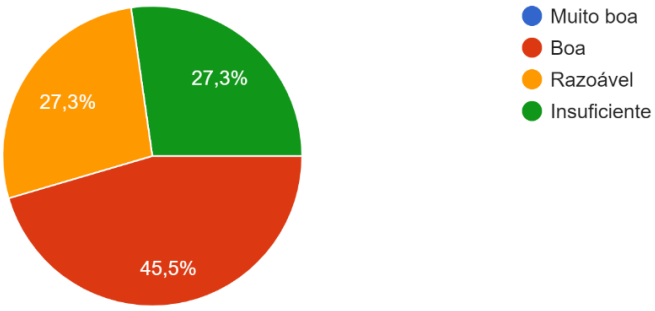
7. Concorda que as empresas devem fazer um esforço de substituição das embalagens e sacos de plástico por embalagens ecológicas e menos poluentes?

11 respostas



8. Como classifica a oferta de serviços básicos - gestão da rede de água, recolha de resíduos urbanos (lixo), mobilidade de pessoas e bens, parque infanti...de pública de internet - na freguesia onde reside?

11 respostas



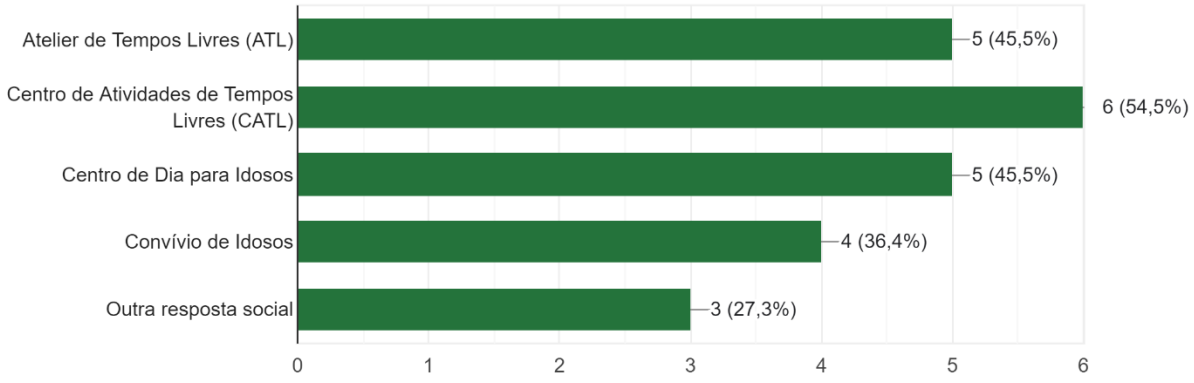
9. Se considera que faltam serviços básicos na freguesia onde reside identifique quais os serviços em falta e/ou quais as melhorias necessárias nos serviços que já existem.

As respostas obtidas foram as seguintes:

* serviço de ATL para os mais novos;
* ATM (Multibanco);
* Melhor cobertura de dados móveis;
* Recolha e gestão eficiente dos resíduos recicláveis e orgânicos;
* Serviços de alojamento, restauração.

10. A freguesia onde reside tem falta de algum tipo de resposta social?

11 respostas

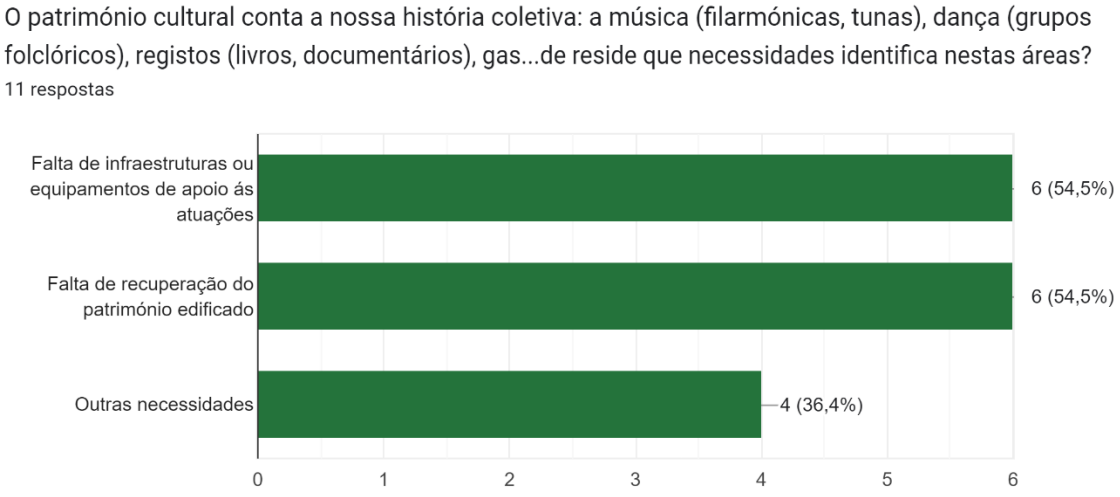


11. Se identificou a falta de outra resposta social descreva qual.

* Centro de Dia para idosos;
* Melhoria do ATL e do espaço para o Convívio de Idosos.

Plano Estratégico da Política Agrícola Comum

12. O património cultural conta a nossa história coletiva: a música (filarmónicas, tunas), dança (grupos folclóricos), registos (livros, documentários), gastronomia, imóveis (moinhos, coretos, ermidas/impérios religiosos, espaços para atuações). Na freguesia onde reside que necessidades identifica nestas áreas?

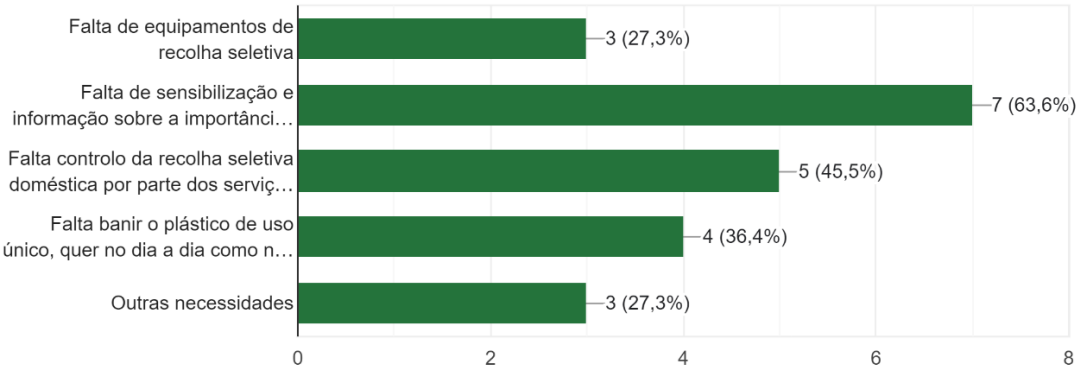


13. Se identificou outras necessidades em termos de património cultural descreva qual ou quais.

* Casa da música, com aulas de formação em cordas para todas as idades.
* Falta de interpretação e mediação entre o património (Edificado e não identificado) acessível ao público de um modo permanente (localização e horário), adequado (idioma, nível de acessibilidade intelectual) e relevante (respondendo a temas que para além de serem património local, seja simultaneamente relevantes para as audiências e enriquecidos com conteúdos escrito, vídeo e áudio de alta qualidade e apresentados com criatividade).
* Necessidade de apoio na substituição de instrumental e fardamento e de espaços para realização de atuações (Palcos).

14. O Pacto Ecológico Europeu defende um papel ativo de todos os cidadãos na forma como utilizamos os recursos que temos à nossa disposiçã... reside que necessidades identifica nesta área?

11 respostas



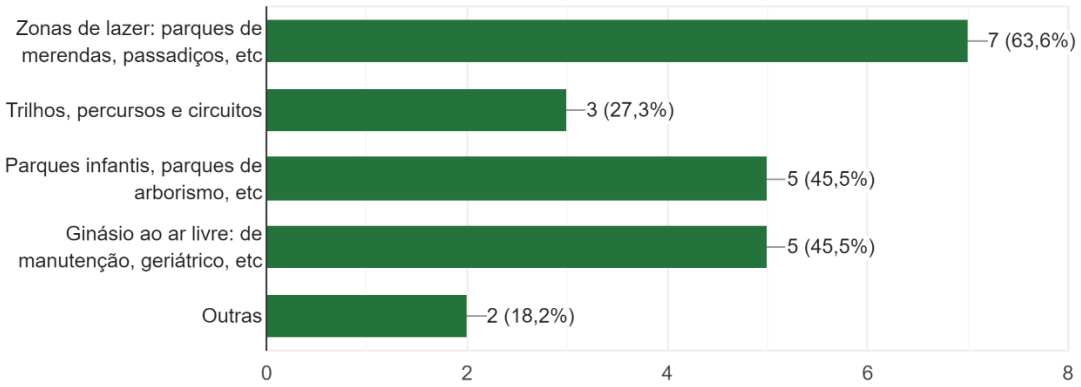
15. Se identificou outras necessidades em termos ambientais descreva quais.

* meios inteligentes de monitorização, como o recurso a sensores, por exemplo.
* recolha seletiva porta a porta, sendo penalizado com preço de recolha mais elevado para quem não cumpre.
* Utilização nos espaços públicos (jardins, bermas, etc.) das espécies primitivas e endémicas dos Açores, ao invés das exóticas.
* Necessidade de melhorar as frequências das recolhas.

Verifica-se que as respostas estão em consonância com o **Pacto Ecológico Europeu** e com a **Estratégia de Biodiversidade da EU para 2020**.

16. Os espaços/infraestruturas/equipamentos destinados ao lazer e atividades lúdicas contribuem para a socialização das pessoas e favorecem a prát...e reside que necessidades identifica nesta área?

11 respostas



17. Se identificou outras necessidades nesta área descreva quais.

* Piscina
* Parques de Campismo.

O resultado do processo participativo digital, inovador e pioneiro na construção de uma EDL da ADELIAÇOR no seu território, é positivo porque permitiu:

* introduzir uma nova forma abrangente e imediata de participação dos parceiros que não deixa ninguém para trás;
* disponibilizar um meio de participação acessível, inclusivo e sustentável na poupança de recursos essenciais – tempo e custo de deslocações;
* recolher contributos relevantes, a serem todos atendidos na presente EDL, nomeadamente na definição e tipologia de projetos a financiar.

A parceria alargada do GAL ADELIAÇOR, faz-se representar pela Assembleia Geral (AG), Conselho Fiscal (CF) e a Direção, prevendo-se uma grande proximidade e participação na vida da parceria.

O modelo de Desenvolvimento Local de Base Comunitária que o GAL ADELIAÇOR adota para o seu território de atuação, constituído pelas ilhas de São Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo, baseia se num conceito de parceria, consubstanciado num conjunto de forças vivas, organizações de base local, administração pública, agentes económicos e pessoas singulares, que se pretende organizado com a copresença destes vários e distintos atores para agir de forma recíproca e colaborativa, na busca de resultados sustentados em relações e interações de médio e longo prazo.

As relações entre a parceria caracterizam-se pela proximidade e assentam na capacidade de envolvimento dos atores com as comunidades rurais, na base da confiança e na identificação coletiva do bem comum. Esta relação de entreajuda gera um ambiente privilegiado para a inovação social. Associado a esta forma de estar, estará a partilha de experiências e know-how,

fomentando a comunicação, o efeito demonstrativo e a disseminação de boas práticas de gestão, características da filosofia DLBC.

Considera-se fundamental a prática ativa da aproximação entre os parceiros e seus representantes na intervenção de iniciativa local, com uma equipa interinstitucional e intersectorial – AG, CF, Direção e Equipa Técnica – que facilitam as relações de proximidade e de confiança e garantem que as necessidades locais são consideradas e integradas.

O GAL ADELIAÇOR entendeu convidar estas organizações a integrar o processo de diagnóstico territorial, na procura de respostas às necessidades da zona de atuação, envolvendo as organizações de base local no desenho de uma estratégia mais ajustada às especificidades de cada ilha, no contexto do desenvolvimento rural, de forma direta e indireta.

4.3. Métodos previstos de participação dos cidadãos e outros agentes socioeconómicos na fase de implementação da EDL

A presente EDL prepara um caminho, segue os princípios e fornece as linhas orientadoras para a construção de uma Comunidade Inteligente, isto é, comunidade em espaço rural que utiliza soluções inovadoras para melhorar a sua resiliência, estimulando as suas forças, contrariando as suas fraquezas, potenciando as oportunidades e enfrentando as ameaças enquanto desafios a ultrapassar.

A Comunidade Inteligente depende de uma abordagem participativa de desenvolvimento para implementar a sua estratégia e fomentar o crescimento social, económico e ambiental, especificamente através da mobilização de soluções digitais e tecnológicas.

Será dada primordial importância aos métodos digitais para alcançar todos os cidadãos na implementação da EDL, contribuindo para a sustentabilidade dos recursos, incluindo a redução da pegada ambiental da própria Associação.

Esta ponte digital deve ser acompanhada de presença efetiva no território mantendo-se as visitas ao território para fomentar um processo de gestão inclusivo e abrangente, mas também de rigor na atribuição de apoios a projetos sustentáveis face às necessidades dos potenciais beneficiários e na verificação in loco dos investimentos financiados.

As Assembleias Gerais do GAL ADELIAÇOR são momentos únicos de partilha que devem ser aproveitados para a troca de conhecimento sobre o território e novas formas de atrair os cidadãos ao processo de desenvolvimento participativo.

4.4. Descrição do Plano de Divulgação estabelecido na fase de execução da EDL

Em coerência com a EDL proposta e perante o conjunto de tipologias de projetos que dela decorrerem, propõe-se um plano de dinamização dos potenciais destinatários dos apoios de forma a alcançar o universo de uma forma abrangente.

Considerando o Plano Financeiro proposto na presente EDL e atendendo à dimensão do universo de potenciais destinatários dos apoios a conceder, o GAL ADELIAÇOR fará um trabalho de divulgação dos apoios de forma concertada e focada nos objetivos que se procuram atingir, nos meios disponíveis e nas metas definidas.

O Plano de Divulgação da EDL está assente nas ferramentas que estão à disposição de uma Comunidade Inteligente:

* Manutenção dos Gabinetes Locais atuais: sede na Ilha do Faial, gabinete na Madalena do Pico e gabinete nas Velas São Jorge, que permitem proximidade com a comunidade. As ilhas das Flores e Corvo são compensadas com visitas presenciais ao território com a frequência e disponibilidade orçamental possível;
* Divulgação da EDL e dos avisos na página eletrónica do GAL ADELIAÇOR e do PEPAC;
* A abertura de avisos será precedida de reuniões presenciais e/ou digitais de forma a divulgar os apoios disponíveis e transmitir/trocar informações, conhecimento e dados que permitam a aplicação eficiente e eficaz do PEPAC no território contribuindo efetivamente para os objetivos e metas definidas na EDL;
* Divulgação de fases de candidatura nas redes sociais (Facebook, Linkedin);
* Criação de momentos no âmbito da animação e cooperação para comunicar e relembrar os conceitos que alicerçam a EDL – economia circular, sustentabilidade, transição energética e digital; facilitar informação; e aprender, partilhar e trocar experiências.

As tipologias de operações previstas na EDL contemplam públicos alvo bem identificados pelo que se irá procurar manter uma relação de grande proximidade com os mesmos em termos de divulgação e comunicação sobre os apoios em vigor.

De facto, o conjunto de entidades que constituem a parceria na qual assenta o GAL ADELIAÇOR é abrangente e tem a virtude de garantir a representatividade territorial (pública e privada) mas também a representatividade setorial em todas as áreas com maior impacto na EDL:

- ✓ Pessoas singulares com atividade turística, da construção civil, artesanato, restauração, comércio (os 2 sócios singulares que são ENI na área da construção civil e do artesanato não estão contemplados nos 9 setores de atividade representados no território e identificados na pagina 108 do presente documento, conforme nota da Orientação ao Aviso nº1/2023);
- ✓ Associações de Agricultores das ilhas de São Jorge, Pico e Faial e Cooperativa União Agrícola Florentina;
- ✓ Associação de Produtores de Espécies Demersais dos Açores (pesca);
- ✓ Associações empresariais;
- ✓ Consultoria e assessoria;
- ✓ Confraria do Queijo de São Jorge;
- ✓ Escola Profissional de São Jorge com importante relevância no setor agrícola e agroindustrial;
- ✓ AVEA -Escola de Formação Turística e Hoteleira;
- ✓ Casas do Povo e Santas Casas da Misericórdia;
- ✓ Associação de Pais e Amigos Deficientes do Faial;
- ✓ Indústrias Agroalimentares: lacticínios, carne, mel e vinho;
- ✓ Juventude;
- ✓ Instituições culturais: filarmónicas, associações de defesa do património e centros recreativos;
- ✓ Autarquias Locais e Empresa Municipal.

Com esta forma de atuação pretende-se:

* Promover a divulgação da EDL em todas as ilhas da zona de atuação e facilitar às comunidades rurais, o acesso às informações de uma forma mais eficiente.
* Criar dinâmica em sectores direta e indiretamente associados à economia rural, através da aquisição de conhecimentos sobre diversificação, complementaridade e adaptação dos serviços das empresas às novas tendências do mercado e exigências dos consumidores.
* Promover os produtos e serviços locais, enquanto bens de qualidade únicos e identitários do território, através da promoção dos circuitos curtos de abastecimento e de ações de assistência técnica e de sensibilização, para a importância da valorização dos produtos e serviços genuínos, tradicionais e diferenciadores.
* Capacitar o Departamento Técnico, com conhecimento sobre o território e instrumentos de trabalho que permitam o adequado acompanhamento, análise e execução dos projetos e da EDL.
* Capacitar os beneficiários dos apoios, com conhecimentos que permitam executar adequadamente os projetos sobretudo na aquisição de competências.

4.5. Métodos previstos de avaliação da EDL

O GAL ADELIAÇOR propõe-se implementar mecanismos de monitorização e avaliação da EDL que garantam dois propósitos fundamentais:

* Em primeiro lugar, que disponibilizem atempadamente, ao longo do período de vigência da EDL, informação relevante para a introdução dos ajustamentos que se venham a revelar necessários ao seu sucesso. Estes ajustamentos poderão ocorrer ao nível da tipologia das ações, ao nível dos seus objetivos, indicadores e plano financeiro.

* Em segundo lugar, uma avaliação integral da adequação da EDL, tanto ao nível do valor intrínseco dos seus objetivos, como ao nível do seu efetivo e eficiente contributo para a concretização das estratégias regionais, como ainda ao nível da adequação dos projetos apoiados para que esses mesmos objetivos e metas sejam atingidos.

Considerando estes propósitos, o GAL ADELIAÇOR propõe implementar dois mecanismos de avaliação, seguindo as melhores práticas atuais em matéria de avaliação de programas de desenvolvimento local e regional. Esta proposta estará, no entanto, sujeita a ajustamentos em função dos requisitos do plano de avaliação e outras orientações emanadas pela Autoridade de Gestão do PEPAC:

- ✓ **Avaliação on-going da implementação da EDL**, a efetuar ao longo do período de execução, visando produzir informação para a monitorização e controlo de gestão da EDL, numa ótica de melhoria contínua que permitam introduzir os ajustamentos (tanto ao nível das intervenções como dos objetivos) que venham a revelar-se adequados e necessários.

Esta primeira modalidade de avaliação utilizará essencialmente dois tipos de informação:

- Conjunto de indicadores de monitorização das diversas intervenções, que foram definidos;
- Informação recolhida periodicamente a partir dos diversos projetos aprovados, com recursos a ferramentas digitais: **Gráfico de GANTT** e **método EVG – Gestão de Valor Agregado**.

Uma vez que os "valores-meta" destes indicadores de monitorização estão articulados com os Indicadores de Realização e de Resultado da EDL, será possível, com uma periodicidade anual, propor os ajustamentos adequados à estrutura e condicionalismos das diversas tipologias de operações e/ou ao ajustamento dos respetivos objetivos. A proposta destes ajustamentos deverá figurar em relatórios de avaliação intercalar a elaborar pela ADELIAÇOR, podendo conduzir a alterações nos objetivos e estrutura da EDL.

No âmbito das tarefas de acompanhamento, monitorização e avaliação da EDL a ADELIAÇOR fará uso dos meios digitais com ferramentas inteligentes para apoiar a gestão da lógica de intervenção, identificar soluções, envolvendo e coresponsabilizando as partes interessadas.

Assim, com recurso ao **Gráfico de GANTT** que consiste numa ferramenta de planeamento e acompanhamento da execução individual dos projetos, nomeadamente numa versão digital

com recurso a software online (p.e GANTTPRO) será realizada a gestão dos projetos de forma flexível porque estes são complexos e dinâmicos e é necessário garantir recursos para medir o desempenho.

Para além de permitir gerir a execução física e financeira dos projetos, o **gráfico de GANTT** tem a mais valia de permitir a gestão da equipa e das respetivas tarefas, em prol da eficiência e eficácia dos resultados.

Possibilita ainda a produção de dados para enriquecer a elaboração de relatórios "Analytics & Report" sobre cada projeto.

Importa também introduzir a **Gestão por Valor Agregado** (Earned Value Management – EVM) para avaliar o desempenho e progresso da vida dos projetos durante a sua execução.

A EVM é uma forma objetiva de avaliar o desempenho de um projeto comparando as dimensões: objetivo, tempo e custo.

O método de EVM baseia-se em dois princípios fundamentais:

a. Integração dos objetivos, prazos e orçamento: as atividades previstas no cronograma estão formalmente relacionadas com a orçamentação, ou seja, o orçamento discriminado está na sua totalidade retratado no cronograma de atividades;

b. Aferição independente do custo, progresso físico e prazos: o progresso físico é valorizado com base no orçamento e nas medições de avanço dos trabalhos, o qual poderá ser diferente do custo incorrido e do tempo decorrido.

São 3 as medições do EVM: **Orçamentado** ou Planned Value (PV) - orçamento aprovado, **Planeado** ou Earned Value (EV) - execução prevista no cronograma e respetivo custo e o **Realizado** ou Actual Cost (AC) - execução efetiva a cada momento e custo efetivo.

Estas três medições constituem a base do sistema de métricas de desempenho do método de EVM, nomeadamente:

* Quanto trabalho devia estar realizado em cada momento conforme o cronograma aprovado? Corresponde ao Orçamentado ou PV – Planned Value.
* Quanto trabalho foi realizado em cada momento? Corresponde ao Planeado ou EV – Earned Value.
* Quanto custou o trabalho realizado final? Corresponde ao AC – Atual Cost.

A análise da diferença destes três valores revela de imediato algumas conclusões:

* Atraso (PV vs. EV): realizado menos do que o previsto;
* Custo excessivo (AC vs. EV): custos acima do orçamentado;
* Cash-flow (AC vs. PV): mais custos realizados de forma mais rápido do que o planeado.

Para além de medir o estado atual do projeto e o seu desempenho passado, o método de EVM permite ainda analisar o futuro, no que respeita aos prazos e ao orçamento.

Este tipo de análise de tendência para o futuro não tem como propósito gerar uma previsão do resultado inevitável para o projeto: menos ou mais custos em mais ou menos tempo, mas sim pretende ser um alerta para a boa gestão, obrigando a intervir no projeto, no sentido de o fazer regressar ao plano inicial.

A lógica subjacente ao EVM é: "se o desempenho passado se mantiver constante e nada for adaptado para o alterar, este será o resultado final".

Baseia-se numa filosofia de gestão que considera as variações como inevitáveis (um projeto é dinâmico) e que por isso pretende que estas sejam detetadas cedo, medidas e utilizadas como base objetiva e consensual para a intervenção cedo no projeto enquanto ainda há espaço e tempo para ações corretivas eficazes.

O método EVM impõe rigor no planeamento do projeto e mede o desempenho durante a execução e as suas principais mais valias são:

* Qualidade na gestão dos projetos:
  - ✓ Um plano de trabalhos irrealista ou mal estruturado não passa o filtro dos critérios de qualidade e cedo vai revelar variações persistentes no projeto;
  - ✓ Dados recolhidos nos autos de medição que sejam inconsistentes não passarão o filtro do controle de qualidade dos dados do EVM;
  - ✓ Dados relativos a prazos dos trabalhos, custos e quantidades têm de estar sincronizados.

* Identifica cedo no projeto (a cerca de 20% de execução) níveis de desempenho persistentes, incentivando à tomada de medidas corretivas ou de recuperação quando ainda existe margem para opções eficazes e eficientes;
* Harmoniza a linguagem comum entre todas as partes envolvidas;
* Proporciona uma avaliação sobre o estado do projeto, oferecendo uma base de análise viável, estimulando a colaboração conjunta e contínua entre as partes, na busca das melhores soluções para o projeto. **Permite uma avaliação**:
  - ✓ Objetiva porque baseada em métricas;
  - ✓ Integrada: trabalho, custos e prazos estão formalmente ligados;
  - ✓ Completa: abrange todo o projeto;
  - ✓ Única: é um retrato da realidade;
  - ✓ Transparente: baseado em práticas standard.

* Estimula uma cultura de gestão pró-ativa, orientada para a colaboração e gestão de expectativas.

Concluindo, o método de Gestão por Valor Agregado garante:

- Projetos com prazos mais previsíveis;
- Projetos mais eficientes e com menor variação orçamental;
- Aumento de produtividade e qualidade do trabalho realizado por todos os intervenientes.

✓ **Avaliação ex-post**, a realizar após o encerramento formal do Programa, visando efetuar uma avaliação do desempenho sobre a adequação dos objetivos visados pela EDL, bem como a efetiva adequação das intervenções implementadas na prossecução desses objetivos.

Esta avaliação deverá seguir as metodologias estabelecidas para a avaliação da EDL, pela Autoridade de Gestão, comparando, através dos indicadores mais apropriados, os resultados efetivamente alcançados com os indicadores de resultado que espelham os objetivos visados aos diferentes níveis.

Tendo em mente os diferentes níveis de objetivos, a avaliação deverá ter em conta os Indicadores e metas específicos da EDL, quer em termos de Realização quer de Resultado.

Os desvios apurados deverão, sempre que significativos, ser interpretados e explicados com base nos seguintes elementos:

* Menor aderência e adequação das medidas e ações ao tecido económico e social existente e à sua evolução ao longo do período de implementação da EDL;
* Desadequação dessas mesmas ações aos objetivos inicialmente propostos;
* Desadequação dos objetivos propostos;
* Inadaptação dos beneficiários às regras e orientações do Programa em vigor.

Igualmente relevante será a inclusão, neste processo de avaliação, dos resultados da avaliação on-going e dos ajustamentos que a EDL venha a sofrer em função dessa mesma avaliação.

Reafirma-se, uma vez mais, que os mecanismos previstos deverão ser ajustados às orientações e normativos que venham a ser produzidos sobre esta matéria pela Autoridade de Gestão.

23.27
pepac
Plano Estratégico da
Política Agrícola Comum

5. EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EDL

5.1. Plano de Ação

a) Descrição das linhas de atuação e relação com os desafios do LEADER

Tendo presente as estratégias, políticas e pactos emanados pela UE e as necessidades detetadas, a atuação da ADELIAÇOR deve ser coesa e concertada porque apesar da sua coerência global, o território apresenta especificidades em cada uma das ilhas que o compõem. A coesão é fundamental para que se atinja o objetivo central numa lógica integrada de proximidade e subsidiariedade.

Pretende-se assim desenvolver e apoiar iniciativas e projetos de caráter inovador e diferenciador, que tirem partido do território no seu conjunto, de forma articulada e que fomentem as suas caraterísticas intrínsecas, únicas e diferenciadoras, como motor de desenvolvimento económico e do mercado de trabalho, da coesão social e da transição energética e digital.

O apoio a atividades complementares à agricultura, terá uma importância decisiva na ação do GAL ADELIAÇOR, privilegiando os apoios às microempresas e valorizando:

- ✓ a economia circular através da criação e modernização de empresas e negócios em setores de atividade associados às especificidades locais, que ofereçam bens e serviços necessários à população e turistas, que contribuam para a circularidade, descarbonização e criação de valor acrescentado de base local, com reforço das cadeias de abastecimento curtas;
- ✓ reintrodução da tendência de reutilização e recuperação de bens enquanto oportunidade para a criação do próprio emprego, economia circular, poupança de recursos, incentivo a novas empresas dedicadas às artes e ofícios tradicionais e saberes fazeres com utilidade quotidiana (sapateiro, costureira, carpinteiro, etc.);
- ✓ a criação e fixação de emprego;
- ✓ a gestão sustentável de serviços e infraestruturas básicas;
- ✓ a preservação do ambiente e da biodiversidade – conceito "no harm";

- ✓ a transição energética através de práticas sustentáveis que permitam reduzir a pegada ambiental;
- ✓ a transição digital.

Importa ainda contribuir para o aumento dos rendimentos das microempresas com atividades complementares e intersectoriais no setor turístico e com recurso à crescente tendência do turismo digital através da adoção de tecnologias que permitem a migração do turismo tradicional para o turismo inteligente e a evolução dos recursos turísticos para recursos turísticos inteligentes.

No âmbito do Turismo Cultural e Gastronómico, as unidades de transformação da indústria agroalimentar, apresentam potencial turístico enquanto experiência autêntica associada à identidade e herança local.

Na prática consiste numa oportunidade única de participar numa experiência genuína, criando condições simples de visita, provas e ponto de vendas, garantindo regras de higiene e segurança. Pode ser um complemento ao rendimento da atividade e contribui para dignificar o trabalho manual e artesanal que assiste às produções artesanais de qualidade.

Importa contribuir para a valorização das comunidades rurais e a sua identidade, enquanto produto turístico, através da oferta integrada – terra e mar - de bens e serviços.

Sensibilizar para a perspetiva da unidade de transformação de produtos agrícolas – património industrial - enquanto ponto de visita de locais e visitantes, mediante: visitas de reconhecimento da cadeia de valor, desde a matéria-prima produzida localmente, às técnicas artesanais de laboração, o embalamento e a comercialização, para cada tipo de mercado; passando pela prova dos produtos, com ou sem harmonização de outros produtos de qualidade do território, nomeadamente o pão, o vinho; e venda dos produtos em prova, com o reconhecimento dos visitantes pela visita.

O apoio à diversificação da oferta turística e atração do território, passa também pela cultura local, em termos de alojamento e animação turística. Deve promover a reorientação de ativos

através da diversificação de profissões – animação terrestre, agroturismo, etc - procurando novas formas de rendimento.

No âmbito dos apoios destinados à promoção da inclusão social será privilegiado o apoio a respostas sociais que apresentem lacunas na oferta de serviços e respetivas infraestruturas e equipamentos.

Importa ainda apostar na gestão sustentável de infraestruturas e serviços básicos, lúdicos e de lazer; a valorização do património cultural e ambiental nas suas várias vertentes; a diferenciação e inovação da oferta; e a sustentabilidade ambiental, incluindo o reforço da proteção e conservação dos ecossistemas e da biodiversidade através da sensibilização, literacia e infraestruturas verdes.

Relativamente às linhas de atuação e os desafios do **LEADER** o seguinte quadro apresenta um resumo da sua forma de concretização:

CONTRIBUTO DA EDL ADELIAÇOR PARA A CONCRETIZAÇÃO DOS DESAFIOS DO LEADER				
Objetivos Estratégicos EDL ADELIAÇOR	DESAFIOS DO LEADER			
	Diversificação de atividades e valorização dos recursos endógenos	Promoção do emprego e do crescimento socioeconómico das zonas rurais da RAA	Promoção dos setores conexos ao setor agrícola e silvícola, tais como o turismo e as indústrias culturais e criativas	Transição digital do meio rural
OE1. Fomentar o emprego e a economia circular a partir da utilização inovadora dos recursos	+++	+++	+++	++
OE2.Apostar na sustentabilidade e segurança alimentar	++	+++	+++	+
OE3.Valorizar o património natural e cultural e proteger a biodiversidade	+++	+	++	+
OE4. Promover o ordenamento do espaço e reforçar a resiliência do território, incluindo a segurança energética	++	++	+	+
OE5.Promover o turismo sustentável, a saúde e o bem-estar	+++	+++	+++	+
OE6.Estimular a inovação e o conhecimento e digitalizar as comunidades rurais	++	++	++	+++
OE7. Promover a inclusão social e serviços básicos sustentáveis	++	+++	+	+

Legenda: + contributo moderado; ++ contributo forte; +++ contributo muito forte

b) Sinergias e complementaridades com outros planos setoriais da Região Autónoma dos Açores

Ver ponto **3.4 Coerência e complementaridade com outras políticas e/ou ações locais, regionais, nacionais e europeias,** do presente documento.

c) Definição e previsão de tipologias de projetos (produtivos e não produtivos) e potenciais beneficiários (públicos/privados)

O seguinte quadro sintetiza a tipologia de projetos por intervenção de acordo com o Anexo IV Eixo e Tipologias de Intervenção bem como os respetivos beneficiários.

23.27
pepac
Plano Estratégico da
Política Agrícola Comum

Código	Descrição	Tipo Investimento	Tipo de Beneficiário
16.1.1	Prémio à instalação de empresas rurais	Diversificação de atividades visando valorizar a cadeia de valor dos produtos locais e demais setores com lacunas, atraves da economia circular e especialização inteligente na indústria e serviços.	Pessoas singulares ou sócio de pessoa coletiva com idade ≤ 40 anos Desempregados de longa duração > 12 meses
16.1.2	Apoio à criação e/ou desenvolvimento de empresas em meio rural	Incentivo ao turismo inteligente nas vertentes do ecoturismo, turismo associado à saúde física e mental e ao bem-estar de forma inovadora e diferenciada, associado às especificadades naturais e culturais locais. Apoiar investimentos nos vários setores de atividade de incentivo à inovação, diversificação, circularidade, descarbonização, sustentabilidade e digitalização.	PME a criar ou existentes, com e sem criação de PT, excluíndo o próprio emprego Entidades coletivas sem fins lucrativos com exploração de atividades produtivas
16.1.3	Gestão sustentável de infraestruturas e serviços de base	Apoio à criação/requalificação sustentável dos mercados locais e equipamentos para fomento da circularidade, das cadeias de abastecimento curtas, da segurança alimentar, de baixa pegada ambiental. Criação e requalificação de padarias/cozinhas comunitárias	Juntas Freguesia Câmaras Municipais, Empresas Municipais e ESNL
		Criação e requalificação de parques infantis. Inovação para a transição e sustentabilidade energética: energias renováveis, eficiência energética, pontos públicos de carregamento/abastecimento de combustíveis alternativos. Desenvolvimento de soluções inteligentes e sustentáveis - TIC e IoT (Internet of Things) para a gestão de infraestruturas e serviços básicos de apoio à população: rede de abastecimento de água, resíduos urbanos, mobilidade sustentável de pessoas e bens. Bancos de ajudas técnicas ou outros serviços de apoio à população excluídos das respostas sociais previstas na Carta Social da RAA.	Juntas Freguesia Câmaras Municipais, Empresas Municipais e ESNL
16.1.4	Apoio à criação ou modernização de respostas sociais para a inclusão social	Apoio a respostas sociais existentes ou a criar conforme previsto na Carta Social da RAA.	IPSS Juntas de Freguesia Câmaras Municipais
16.1.5	Preservação, valorização e/ou dinamização do património	Requalificação e refuncionalização do património edificado. Recuperação e apetrechamento de zonas sociais de realização de atividades culturais nas instalações das instituições com relevância cultural: cozinha, palco, salas de espetáculo. Aquisição de fardamento/trajes/instrumentos destinados a grupos musiciais e/ou etnográficos. Registos videográficos, fonográficos e literários (papel e digital) associados ao património cultural. Criação de museus e centros interpretativos da Cultura Local	Juntas de Freguesia Câmaras Municipais, Empresas Municipais e ESNL
16.1.6	Transição para uma sociedade verde	Acções de sensibilização, conservação e proteção da biodiversidade e de promoção da literacia para a transição verde e energética e a circularidade.	Juntas de Freguesia Câmaras Municipais, Empresas Municipais e ESNL
		Aquisição de equipamentos de promoção da transição verde e/ou energética.	Entidades singulares ou coletivas com fins lucrativos
		Criação e requalificação sustentável do espaço rural e apoio a infraestruturas e equipamentos verdes de preservação da paisagem: parques de campismo, zonas de lazer, zonas balneares, trilhos pedestres e percursos recomendados, passadiços, parques de arborismo e aventura, entre outros.	Juntas de Freguesia Câmaras Municipais, Empresas Municipais e ESNL

d) Identificação e detalhe das propostas inovadoras no território de intervenção

Conforme apresentado no quadro supra, todas as tipologias de projetos previstos abrangem e sublinham o caracter inovador dos projetos a apoiar.

De facto, a EDL ora proposta para o território e os seus objetivos estratégicos baseiam-se no conceito de **Comunidade Inteligente (Smart Village),** conforme demonstrado ao longo de todo o presente documento.

É uma EDL suficientemente abrangente, mas focada em áreas-chave e articulada com os atores e políticas locais, unindo os pontos de modo a permitir apoiar projetos e novas ideias, estabelecendo prioridades nas falhas de mercado (via limitação de Códigos de Atividade Económica) e procurando soluções inteligentes.

A inovação é uma das caraterísticas mais importantes da Comunidade Inteligente e é desencadeada pela necessidade e vontade de mudar, de enfrentar desafios específicos. Conforme demonstrado, os desafios são enormes – circularidade, transição digital e energética, redução da pegada ambiental, coesão económica e inclusão social – e cabe a esta geração encontrar soluções inteligentes e sustentáveis.

Soluções inovadoras = projetos inovadores

Inovação de uma solução depende do contexto local onde é implementada. Algo que seja prática comum numa comunidade rural, pode representar uma novidade noutra comunidade rural.

A inovação não deve cingir-se apenas a questões digitais porque a tecnologia digital é um elemento-chave, mas não necessariamente a única forma de uma comunidade se tornar inteligente. A digitalização é uma ferramenta e não um fim em si mesma.

Assim, antes de dar início ao desenvolvimento e à transição digital deve considerar-se o motivo, público-alvo e objetivos que a transformação poderá proporcionar à comunidade local sobretudo em termos sociais - inovação social.

A abordagem participativa e o impacto das soluções inteligentes na sociedade rural são condições fundamentais para a comunidade inteligente.

O GAL desempenha um papel de agente de inovação através do processo de implementação de EDL alicerçada no conceito Comunidade Inteligente, apoiando projetos piloto e de experimentação locais orientados para o futuro.

O PEPAC e o LEADER referem-se às Comunidades Inteligentes como uma ferramenta fundamental para "*reforçar o tecido económico e social das zonas rurais e modernizar a agricultura e as áreas rurais, promovendo e partilhando os conhecimentos, a inovação e a digitalização na agricultura e nas zonas rurais*".

Os temas abordados na EDL estão totalmente alinhados com as 4 áreas temáticas de intervenção sugeridas pela **Visão de Longo Prazo para as Áreas Rurais** da UE:

- ✓ **Zonas rurais mais fortes**: cuidar dos idosos, envolver os jovens e utilizar plataformas de dados para melhorar os serviços locais:
- ✓ **Zonas rurais resilientes**: planeamento paisagístico e (re)construções sustentáveis, economia circular, energia eficiente e renovável;
- ✓ **Zonas rurais ligadas**: mobilidade inteligente e soluções digitais;
- ✓ **Zonas rurais prósperas**: qualidade de vida.

5.2. Plano de Financiamento

a) Definição e previsão dos limites e percentagens de ajudas e investimentos elegíveis.

Ver Anexo I / Separador Investimentos Elegíveis.

O GAL ADELIAÇOR propõe distribuir o envelope financeiro alocando **50% aos projetos produtivos** destinados às Empresas e **50% a projetos não produtivos,** destinados a beneficiários públicos, ESNL e Empresas.

Assim, as intervenções 16.1.1 e 16.1.2 disponibilizam um total de € 1.370.000,00 Despesa Pública (50%) e o conjunto das intervenções 16.1.3, 16.1.4, 16.1.5 e 16.1.6 disponibilizam um

total de € 1.370.953,80Despesa Pública (50%). Com esta proposta pretende-se um contributo significativo para a criação de postos de trabalho e alavancar o tecido económico do território.

b) Previsão da Despesa Pública necessária por anos.

Ver Anexo I – Separador Plano de Financiamento.

c) Resumo do Plano de Ação desenhado.

Ver Anexo II – Plano de Ação da EDL – Objetivos e Anexo III – Plano de Ação – Indicadores Obrigatórios.

d) Previsão do PEPAC RAA LEADER

Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Objetivo
		2029
Superfície coberta pelo GAL	km²	1.019,58 Km²
População abrangida pelo GAL	%	100

Plano Estratégico da Política Agrícola Comum

Intervenções	Indicadores									
	Projetos Apoiados (Nº)		Promotores de Projetos (Nº)		Despesa Pública (€)				Emprego criado (Nº)	Emprego mantido ou consolidado (Nº)
	Produtivos	Não Produtivos	Públicos	Privados	Produtivos	Não Produtivos	Públicos	Privados		
Eixo 1 Empregabilidade e Competitividade	**16**	**0**	**0**	**16**	**1.370.000,00**	**0,00**	**0,00**	**1.370.000,00**	**15**	**0**
16.1.1. Prémio à instalação de empresas rurais	5	0	0	5	90.000,00	0,00	0,00	90.000,00	5	0
16.1.2. Apoio à criação e/ou desenvolvimento de empresas em meio rural	11	0	0	11	1.280.000,00	0,00	0,00	1.280.000,00	10	0
Eixo 2 Serviços básicos de apoio à população	**0**	**14**	**11**	**3**	**0,00**	**576.000,00**	**460.000,00**	**116.000,00**	**0**	**0**
16.1.3. Gestão sustentável de infraestruturas e serviços de base	0	12	11	1	0,00	476.000,00	460.000,00	16.000,00	0	0
16.1.4. Apoio à criação ou modernização de respostas sociais para a inclusão social	0	2	0	2	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0	0
Eixo 3 Património Cultural, Ambiente e Sustentabilidade	**0**	**20**	**11**	**9**	**0,00**	**794.953,80**	**582.000,00**	**212.953,35**		
16.1.5. Preservação, valorização e/ou dinamização do património	0	8	3	5	0,00	294.000,00	110.000,00	184.000,00	0	0
16.1.6. Transição para uma sociedade verde	0	12	8	4	0,00	500.953,80	472.000,00	28.953,35	0	0
TOTAL	**16**	**34**	**22**	**28**	**1.370.000,00**	**1.370.953,80**	**1.042.000,00**	**1.698.953,35**	**15**	**0**

Política Agrícola Comum

Intervenção	Indicadores Resultado				
	Projetos Cooperação (Nº)	Grupos envolvidos em projetos de cooperação (Nº)	Ações de Animação (Nº)	Ações Formação Interna (Nº)	Despesa Pública (€)
16.2. Atividades de Cooperação entre Grupos de Ação Local	1	4	Não aplicável	Não aplicável	189.524,22

5.3. Disposições para Gestão, Acompanhamento e Avaliação

a) Descrição da entidade candidata a gestor da EDL

O GAL ADELIAÇOR, é uma Associação de Desenvolvimento Local sem fins lucrativos, constituída em 05.09.1994 que será administrativa e financeiramente responsável pela gestão da EDL, no seu território de atuação - ilhas São Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo da RAA.

Para o efeito conta com a Direção (composição de maioria privada com apenas 1 parceiro público), o Conselho Fiscal e a Assembleia Geral e apoio da Equipa Técnica. Serão afetos às tarefas inerentes ao PEPAC, em regime parcial, todos os colaboradores, assegurando a segregação de funções, nomeadamente entre analise de pedidos de apoio e pedidos de pagamento.

Organograma da ADELIAÇOR



A Equipa Técnica é constituída pelos seguintes colaboradores:

Nome	Nível e área de formação	Perfil funcional/ Tarefas a realizar
Arlene Silva Goulart	Licenciatura em Relações Internacionais	Coordenadora Técnica
Dolores Maria Oliveira dos Santos Silva	Licenciatura em Gestão de Empresas	Técnica Superior Analista e Contabilista Certificada
Sónia Evelina Costa Borges	Licenciatura em Comunicação Social	Técnica Superior Analista
Roberto Carlos Mendonça Faria	12º ano LH	Assistente Técnico
José Luis Bettencourt	10º ano LH	Assistente Técnico
Ricardo Filipe Gomes Duarte	Licenciatura em Engenharia Civil	Técnico/a Superior Analista

O regime parcial no PEPAC resulta do facto da ADELIAÇOR ser, em simultâneo, Entidade Gestora do GAL Pescas ADELIAÇOR MAR, para a gestão do MAR2030 no mesmo território, cuja EDL foi aprovada em 30.06.2023. As despesas de funcionamento comuns serão objeto de definição com as respetivas Autoridades de Gestão do PEPAC RAA e MAR2030.

Desde 1997 que a ADELIAÇOR tem sido o GAL rural responsável pela gestão do LEADER (hoje DLBC) no território constituído pelas ilhas de São Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo. Iniciando-se com o LEADER II em 1997, acompanhou a gestão do LEADER+, PRORURAL e gere atualmente o PRORURAL+.

Para informação detalhada sobre o historial da ADELIAÇOR nos últimos 29 anos por favor consultar o documento anexo intitulado "Historial da ADELIAÇOR".

As despesas de funcionamento inerentes e comuns à gestão dos dois programas que se encontram em atual gestão – PRORURAL+ e Mar2020 – são cofinanciadas em taxa fixa, entre 2018 e 2021 na proporção de 65% e 35%, respetivamente e desde 01.01.2022 na proporção de 85% e 15% respetivamente.

Em caso de aprovação da candidatura que ora se apresenta a taxa de comparticipação de despesas comuns será posteriormente identificada e concertada com a Autoridade de Gestão dos programas envolvidos, consoante a proporção de plano financeiro gerido e considerando as tarefas inerentes.

Relativamente ao modelo organizacional e aos procedimentos instaurados, de forma a garantir a adequada gestão dos fundos públicos atribuídos, bem como a respetiva segregação de funções, o GAL ADELIAÇOR dispõe de Manual de Procedimentos Interno (em anexo), o qual serve de apoio ao funcionamento técnico.

Este documento fornece linhas de orientação que consideram a eficácia e a eficiência dos procedimentos como base para, de forma continuada, assegurar o acompanhamento e avaliação do trabalho realizado, na melhoria do desempenho da organização e a satisfação de todas as partes interessadas, associados, beneficiários, clientes, fornecedores e Estado.

Para que o funcionamento do GAL ADELIAÇOR seja liderado e mantido com sucesso é necessário que o mesmo seja gerido de forma sistemática e transparente. A manutenção de

um sistema de gestão, concebido para melhorar o desempenho, garante a satisfação das necessidades das partes interessadas.

O Manual descreve o funcionamento e circuitos de procedimentos em vigor, para o conjunto de atividades que realiza, identificando os recursos necessários em cada processo.

Os procedimentos instaurados na análise, acompanhamento e execução das operações são transparentes e garantem isenção e imparcialidade de forma objetiva, quer através de critérios de seleção focados em aspetos mensuráveis e quantificáveis e evidenciáveis quer através de verificação documental que evidencia os procedimentos realizados.

Instrumentos de Gestão

De forma a assegura o máximo rigor, transparência, eficiência e eficácia na sua ação, o GAL ADELIAÇOR estabeleceu um conjunto de procedimentos internos que pautam toda a sua atividade e processos.

O processo de análise e decisão sobre os assuntos de interesse para o GAL obedece aos seguintes princípios:

- **Princípio da Subsidiariedade,** pressupõe que as instituições e os intervenientes mais próximos dos problemas a superar e das oportunidades a realizar são os protagonistas e responsáveis mais eficientes e eficazes.
- **Princípio da Igualdade de Género,** sem discriminação.
- **Princípio da Transparência e Prestação de Contas,** através da aplicação de boas práticas de informação pública dos apoios concedidos.
- **Princípio da Participação,** promovendo o envolvimento dos parceiros e da comunidade.
- **Princípio da Segregação de Funções de Gestão e de Prevenção de Conflitos de Interesse,** com a separação rigorosa de funções de análise, decisão e pagamento e garantindo isenção e imparcialidade na análise e decisão de processos.

* **Princípio da Proporcionalidade,** os recursos financeiros e humanos devem ser proporcionais à dimensão dos apoios financeiros concedidos, com o objetivo de reduzir os encargos de gestão.
* **Princípio da Simplificação,** adoção dos requisitos processuais necessários e suficientes.
* **Princípio da Racionalidade Económica** que determina a subordinação de qualquer decisão de apoio à aferição rigorosa da sua mais-valia económica, social e ambiental.

b) Taxa de Compromisso e Execução final no período de programação 2007-2013

PRORURAL 2007-2013	
Taxa Compromisso	**Taxa de Execução**
74%	80%

c) Descrição dos processos de gestão, acompanhamento e avaliação da EDL

Por favor ver o Ponto 4.5 Métodos previstos de avaliação da EDL do presente documento (páginas 117 a 122).

Plano Estratégico da Política Agrícola Comum

6. PROCEDIMENTOS DE GESTÃO DE AVISOS

6.1. Sistema de Priorização de Projetos

Relativamente ao processo de análise e decisão a aplicar à gestão da EDL, serão definidos avisos de concurso para receção de pedidos de apoio, com identificação das medidas de enquadramento, da dotação orçamental, dos critérios de seleção, das tipologias de operações e objetivos e CAE's abrangidos.

Serão identificados os Critérios de Seleção para análise dos pedidos de apoio e determinação da pontuação mínima necessária para a seleção das operações, não podendo esta ser inferior ao valor médio da escala de classificação final, bem como incluindo os procedimentos de desempate.

As candidaturas serão analisadas de acordo com o seguinte procedimento geral:

* Controlo documental para verificação do cumprimento dos critérios de admissibilidade do beneficiário e da elegibilidade do pedido de apoio, consoante a tipologia dos mesmos e as exigências legais aplicáveis.
* Visita "in loco" ao local de implantação do investimento para reportagem fotográfica e verificação das pré-existências, quando aplicável.
* A análise prossegue com a avaliação técnica e a aplicação dos critérios de seleção para determinação da pontuação.
* Em casos devidamente fundamentados podem ser solicitados pareceres a entidades externas, com competência nas matérias em causa.

Na verificação da falta de documentos anexos ao pedido de apoio ou informações complementares é realizado um pedido de elementos.

A análise financeira dos investimentos propostos é efetuada mediante a verificação da razoabilidade das despesas e elegibilidade das mesmas por tipo e valor, para determinação dos valores elegíveis e não elegíveis. É utilizado modelo próprio com discriminação de todas as despesas previstas, quantidades, custos, orçamentos escolhidos e adicionais, valores elegíveis e não elegíveis e ainda justificação para as não elegibilidades. Este documento é anexado em formato PDF na plataforma.

Concluída a análise técnica das candidaturas e a aplicação dos critérios de seleção, as mesmas serão hierarquizadas pela pontuação obtida. A Direção reunida para o efeito, e de cuja reunião se lavrará ata, toma conhecimento do objeto e objetivos dos pedidos de apoio, da proposta técnica de pontuação e dos valores elegíveis e não elegíveis e delibera sobre os mesmos. A decisão pode ser favorável ou desfavorável.

A proposta de decisão é notificada ao beneficiário, em sede de Audiência de Interessados e via sistema de informação online o qual deverá identificar: dados do beneficiário e da operação, data da reunião de Direção, programa e medida de enquadramento da operação, objeto e objetivos do investimento, percentagem e respetivos montantes por fonte de financiamento, pontuação obtida, rubricas de investimento, despesas elegíveis e não elegíveis e datas de execução.

Ao abrigo do Código do Procedimento Administrativo os beneficiários dispõem do prazo mencionado para informar da aceitação dos montantes atribuídos ou apresentar contestação dos mesmos.

Na sequência da Audiência de Interessados e em caso de eventual contestação procede-se à respetiva análise exaustiva, que pode determinar manutenção ou alteração do teor do parecer técnico inicial.

A Direção apresenta proposta de decisão final à Autoridade de Gestão, cuja decisão final é posteriormente notificada ao beneficiário via sistema online. Em caso de aprovação a notificação da decisão final segue em simultâneo com o envio do Termo de Aceitação.

A ADELIAÇOR dispõe de um Manual interno de apoio à análise de candidaturas detalhando todo o workflow, o qual é objeto de revisão sempre que se julga necessário.

Critérios de Seleção

Para a implementação da EDL e cumprimento dos seus Objetivos Estratégicos e Específicos através de cada uma das Intervenções propostas é, em grande medida, conduzida através de um conjunto de Critérios de Seleção, gerais e específicos, que permitem avaliar, classificar e hierarquizar as candidaturas com a finalidade de, de forma objetiva e transparente, alocar os recursos disponíveis àquelas que melhor respondem às necessidades identificadas e efetivamente contribuem para os objetivos e metas, em prol do desenvolvimento socioeconómico do território.

Descrição da avaliação a realizar para cada **Critério de Seleção**:

✓ **Enquadramento nos Objetivos Estratégicos da EDL**

Será avaliado o contributo do projeto para alcançar os objetivos estratégicos e específicos definidos na EDL.

✓ **Tipologia de Projeto**

Será avaliada a tipologia de projeto em termos dos investimentos previstos.

✓ **Criação /Manutenção de Emprego**

✓ **Capacitação de Agentes Económicos**

Será tida em consideração a qualificação do promotor na área do investimento proposto, através da avaliação das habilitações e experiência profissional.

✓ **Falhas de Mercado**

Será avaliada a necessidade e pertinência dos bens, serviços e/ou equipamentos, idênticos ou semelhantes àquelas resultantes do investimento proposto, numa perspetiva da oferta local integrada, por concelho, de forma a aferir da manifesta carência dessa atividade no mercado de implantação. Pretende-se evitar a deslocação.

✓ **Contributo para a Economia Circular**

✓ **Complementaridade de intervenções**

Será avaliada a interligação entre intervenções em busca de resultados comuns, numa perspetiva integrada das intervenções a apoiar.

✓ **Diferenciação de Produtos e Serviços em Áreas-chave**

Contributo do projeto para áreas-chave da EDL: transformação de produtos agroalimentares; turismo inteligente; inclusão social; transição energética; transição digital; transição verde.

✓ **Sustentabilidade do Projeto - ESG (Ambiente, Social e Governação)**

✓ **Sustentabilidade Ambiental**

Pretende avaliar o contributo para a conservação da natureza e preservação dos ecossistemas e da biodiversidade, bem como a localização de investimentos quando integrados em zonas abrangidas pela Rede de Áreas Protegidas da RAA, Rede Natura2000 ou classificação Ramsar, Reserva da Biosfera e geosítio. Controlar, reduzir ou eliminar o desperdício de recursos naturais, racionalizando o seu uso e preservando a biodiversidade.

✓ **Gestão sustentável de resíduos**

Avaliar a forma como o projeto contribui para mitigar os impactos negativos sobre a gestão de resíduos, controlar e tratar os resíduos, praticando a reciclagem e a reutilização ou eliminando riscos ambientais.

✓ **Gestão sustentável de recursos hídricos**

Melhorar a eficiência hídrica reduzindo o consumo de água.

✓ **Resiliência do Ordenamento do Território**

Será avaliada a capacidade de adaptação do projeto face às alterações climáticas de forma sustentável e com recurso a infraestruturas/equipamentos "verdes".

✓ **Transição digital**

Será avaliado o contributo do projeto para a transição digital efetiva evidenciada pelos investimentos elegíveis: plataformas, IoT, software, aplicações, etc.

✓ **Transição energética**

Será avaliado o contributo do projeto para melhorar a eficiência energética, reduzindo o consumo de eletricidade e para a transição energética efetiva evidenciada pelos investimentos elegíveis: eficiência energética, energias renováveis, etc.

✓ **Contributo para os Circuitos de Abastecimento Curtos e segurança alimentar**

✓ **Inovação**

A avaliação do carácter inovador do projeto será efetuada mediante o número de vetores abordados no projeto: novas práticas, processos, produtos.

✓ **Contributo Sociocultural**

Serão valorizados os projetos que representem um contributo significativo para a promoção e divulgação da cultura e património local.

✓ **Taxa de Cobertura de Resposta Social**

Serão valorizados os equipamentos sociais localizados na área geográfica de abrangência da instituição que permitam alcançar maior taxa de cobertura, de forma a corrigir as assimetrias identificadas.

✓ **Inclusão Social**

Será valorizado o contributo do projeto para reforçar a inclusão social nas comunidades em que se insere.

✓ **Acessibilidade**

Será valorizado o contributo do projeto para a inclusão social, com o reforço de serviços de proximidade que permitam contribuir para aumentar a qualidade de vida dos grupos mais fragilizados.

✓ **Mobilidade Inteligente de Pessoas e Bens**

Será valorizado o contributo para a mobilidade inteligente.

Posteriormente, serão afinados os critérios de seleção ora sugeridos ou incluindo novos critérios de seleção, bem como os critérios de desempate e a fórmula de cálculo da pontuação final de cada projeto em cada Intervenção.

6.2. Procedimento para Resolução de Potenciais Conflitos de Interesse e Combate a Fraudes na Seleção de Projetos

No domínio da Política Agrícola Comum, e nos termos do Regulamento (UE) n.º 2021/2116, do Parlamento e do Conselho, de 2 de dezembro, relativo ao seu financiamento, gestão e acompanhamento, os Estados -Membros adotam as medidas necessárias para assegurarem uma proteção eficaz dos interesses financeiros da UE, incluindo medidas que visam prevenir, detetar e corrigir irregularidades e fraudes.

A **Estratégia Nacional Antifraude no âmbito da Prevenção e Combate à Fraude** na aplicação dos Fundos do Orçamento da União Europeia para o período de 2023-2027 visa "*definir linhas enquadradoras e de orientação para o desenvolvimento de planos de ação individuais de medidas de combate à fraude eficazes e proporcionadas, no domínio da gestão e controlo dos fundos.*

Para o efeito, a presente Estratégia assenta num conjunto de princípios, objetivos e prioridades enquadradoras das medidas fundamentais a observar na prevenção e luta contra a fraude no domínio dos Fundos Europeus aplicados em Portugal, incluindo os provenientes dos períodos de programação 2014 -2020 e 2021 -2027.

A Estratégia foi desenvolvida tendo por referencial as orientações específicas emitidas pela Comissão Europeia, com a colaboração de entidades intervenientes nos sistemas gestão e controlo nacionais, designadamente a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P., e o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P., porquanto assumem, entre outras, a função de Entidade Pagadora dos Fundos da Política de Coesão e dos Fundos Agrícolas, respetivamente, tendo sido auscultada a Estrutura de Missão Recuperar Portugal.

Em suma, a Estratégia Nacional Antifraude, partindo de uma adequada análise de risco, identifica as correspondentes medidas de mitigação, o cronograma para a sua efetiva implementação e os indicadores específicos para a sua avaliação e monitorização periódica".[6]

Neste contexto, uma abordagem estruturada em matéria de combate à fraude envolve os domínios de prevenção, da deteção, da correção e da repressão.

[6] Despacho n.º 7833/2023, de 31 de julho, Aprovação da Estratégia Nacional Antifraude no âmbito da Prevenção e Combate à Fraude na aplicação dos Fundos do Orçamento da União Europeia para o período de 2023-2027

A adequada monitorização dos sinais de alerta e indicadores de fraude deve potenciar a prevenção e a deteção de irregularidades e de casos de suspeita de fraude.

Nos termos do artigo 61.º do Regulamento (UE, Euratom) 2018/1046, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de julho, existe um conflito de interesses caso o exercício imparcial e objetivo das funções de um interveniente financeiro ou de outra pessoa envolvida na execução do orçamento se veja comprometido por motivos familiares, afetivos, de afinidade política ou nacional, de interesse económico, ou por qualquer outro interesse pessoal direto ou indireto.

Um conflito de interesses pode surgir mesmo que a pessoa não beneficie efetivamente da situação, uma vez que é suficiente que as circunstâncias comprometam o exercício das suas funções de um modo objetivo e imparcial. Contudo, essas circunstâncias têm de ter uma certa ligação identificável e individual com (ou impacto em) aspetos concretos da conduta, do comportamento ou das relações da pessoa.

Conforme definido na Estratégia Nacional Antifraude, a gestão e implementação da EDL do GAL ADELIAÇOR assenta no princípio de uma política de "tolerância zero" perante a prática de atos ilícitos e situações de suspeitas de fraude e fraude comprovada, pelo que serão adotados procedimentos que visem identificar prioridades e medidas específicas, devidamente articuladas, nas diferentes fases do denominado ciclo antifraude, que envolve, os seguintes domínios:

* **Prevenção**, para reduzir a probabilidade de ocorrência de situações de fraude através da implementação de um sistema de gestão e controlo adequado e articulado entre todas as entidades intervenientes.

  Para tal é essencial uma efetiva avaliação e gestão do risco de fraude, estruturada, orientada e atualizada, bem como a promoção de uma cultura de ética e de conduta que potencie a adoção de uma política de informação, formação e sensibilização abrangente que promova a racionalização de comportamentos de todos os intervenientes nos respetivos processos.

* **Deteção**, os procedimentos de prevenção devem ser acompanhados de práticas de deteção de irregularidades, incluindo os casos de suspeitas de fraude, através de:
    - verificações de gestão com o recurso a Check-list de Verificação, que harmoniza e sistematiza o conjunto de parâmetros a avaliar e organiza as tarefas a realizar;
    - adequado tratamento dos resultados da avaliação do risco de gestão e fraude;
    - adoção sistemática de medidas de mitigação das áreas de risco significativo identificadas;
    - otimização de todos os meios e recursos ao dispor;
    - adequado tratamento de toda a informação disponível, nos diferentes níveis.

* **Correção e Repressão**, devem ser definidos implementados mecanismos de correção e repressão dos casos de fraude, corrupção ou qualquer outra prática ilegal lesiva dos interesses financeiros da União Europeia, nomeadamente a aplicação efetiva de sanções e a sua visibilidade enquanto elemento dissuasor para os potenciais infratores.

Em sede de gestão de fundos importa identificar que as tipologias de irregularidades mais frequentes associadas às candidaturas, estão relacionadas com critérios de admissibilidade e elegibilidade, as atividades previstas, o incumprimento das regras de contratação pública e a implementação das ações aprovadas.

Surgem ainda questões relacionadas com relações especiais entre beneficiário e fornecedores ou entre fornecedores, as quais são passíveis de serem detetadas mediante Check list de verificação de orçamentos e consulta de CAE (sicae), sócios (IAPMEI e/ou Ministério da Justiça), habilitação para o exercício da atividade de construção (IMPIC).

E ainda questões que se prendem com contabilidade e declarações fiscais passíveis de serem verificadas mediante mapas contabilísticos e cruzamento da informação bem como evidência documental do cumprimento das obrigações declarativas.

No que diz respeito ao incumprimento de prazos, importa atuar em tempo útil com a aplicação efetiva da legislação em vigor de forma a evitar atrasos e não execução financeira do programa de apoio.

Aqui revela-se da maior eficácia a introdução das 2 ferramentas digitais mencionadas no Ponto 4.5 do presente documento (páginas 121 a 123) capazes de contribuir para a gestão, implementação e controlo, não apenas, mas também antifraude:

- ✓ **Gráfico de GANTT**, tem a mais valia de permitir a gestão da equipa e das respetivas tarefas de avaliação do desempenho e progresso da vida dos projetos durante a sua execução e possibilita a produção de dados "Analytics & Report" para enriquecer a elaboração de relatórios sobre cada projeto e permitir atuação precoce em casos de atrasos.

- ✓ **Método de Gestão de Valor Agregado (EVG)**, é uma forma objetiva de avaliar o desempenho de um projeto comparando as dimensões de objetivos, tempo e custo, tendo por dois princípios fundamentais:
  - * Integração dos objetivos, prazos e orçamento: as atividades previstas no cronograma estão formalmente relacionadas com a orçamentação, ou seja, o orçamento discriminado está na sua totalidade retratado no cronograma de atividades;
  - * Aferição independente do custo, progresso físico e prazos: o progresso físico é valorizado com base no orçamento e nas medições de avanço dos trabalhos, o qual poderá ser diferente do custo incorrido e do tempo decorrido.

O aperfeiçoamento do modelo de acompanhamento da gestão da EDL permite reforçar a transparência através da implementação de procedimentos coadjuvados com ferramentas digitais (Comunidade Inteligente) que permitam não só antecipar situações de fraude como também assegurar a prestação de contas.